

Muros da ideologia dominante

A necessária, persistente e cuidada iniciativa e acção dos comunistas para que os *media* portugueses reflectam de modo suficiente e crítico, sério e verdadeiro, a vida e as intervenções do PCP, não ilude a exigência de que o PCP analise sem preconceitos e ideias feitas a actividade dos nossos *media*.



■ Agostinho Lopes Pág. 19

Cimeira de Havana Vitória de Cuba derrota dos EUA

O mérito principal da Cimeira Ibero-Americana cabe a Fidel Castro; os Estados Unidos, ausentes em Havana, foram ali o grande derrotado.

■ Miguel Urbano Rodrigues Págs. 24 e 25

Porto 2001 Reflectir corrigir seguir em frente

■ Jorge Sarabando Pág. 22

Organização Mundial de Comércio É preciso mudar de política

■ Pedro Guerreiro Pág. 23



Aldeia do Meco Um atentado urbanístico e ambiental

Pág. 12

Os arquivos da PIDE e de novo as provocações contra o PCP

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 25 de Novembro de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1356 • Director: José Casanova

Reunião do Comité Central do PCP

Novo Governo política velha



Reunido no passado fim-de-semana, o Comité Central do PCP analisou a situação política nacional e debateu e aprovou medidas para o reforço da organização partidária.

Págs. 5, 16, 17 e 18

Toneladas de calúnia

Págs. 20 e 21

Quando, de novo, é ressuscitada a calúnia do envolvimento do PCP na alegada entrega ao KGB dos «arquivos da Pide», o «Avante!» recorda, através de excertos de uma entrevista ao nosso jornal, o que, já em 1994, o camarada Álvaro Cunhal respondia aos detractores dos comunistas portugueses.

Tomar a iniciativa

O Comité Central do PCP, reunido no último fim-de-semana, procedeu a uma análise da situação política actual e definiu linhas de intervenção política e partidária para o futuro imediato.

Sublinhando o conteúdo de classe da política do Governo do PS – visível no prosseguimento de uma política de apoio predominante e prioritário aos grandes grupos eco-

nómicos e de violação dos direitos e interesses dos trabalhadores – o Comité Central confirmou a postura do PCP como oposição de esquerda a este Governo e a esta política e reafirmou a sua disposição de lhes dar firme e permanente combate. Assumindo claramente as suas responsabilidades enquanto força essencial e determinante da luta por uma efectiva viragem à esquerda na política nacional, o PCP – honrando os seus compromissos de sempre com os trabalhadores e o povo português e dando resposta à confiança que recebeu dos eleitores nas recentes eleições legislativas – propõe-se tomar audaciosamente a iniciativa política visando alcançar esse objectivo.

Os resultados obtidos pela CDU nas últimas eleições, criando condições mais favoráveis não só ao reforço organizativo do Partido, como à intervenção dos comunistas em toda a vida nacional, constituem uma importante plataforma para o necessário desenvolvimento e intensificação da luta de massas, articulada com uma dinâmica intervenção institucional e tendo sempre como preocupação básica o reforço da ligação do Partido às massas. A defesa e a promoção do trabalho e do emprego com direitos; a defesa de uma justa reforma do sistema fiscal; a luta por uma urgente reforma democrática do Serviço Nacional de Saúde que trave a sua degradação e a linha privatizadora em curso; a defesa e aperfeiçoamento dos serviços públicos e a luta contra as privatizações; o combate a alterações à legislação eleitoral que visam diminuir ou alterar negativamente a proporcionalidade e empobrecer ainda mais a democracia participativa; o combate aos processos de natureza privatizadora que estão em desenvolvimento na área educativa e o combate em defesa da escola pública e da sua qualidade – constituem algumas das grandes linhas de intervenção e de luta que, no momento actual, se colocam aos comunistas portugueses e que exigem a mobilização e a congregação de esforços e vontades das massas populares.

Nesta situação, o reforço orgânico, interventivo e de ligação às massas por parte do Partido assume uma importância determinante. Daí a necessidade, sublinhada pelo Comité Central, da prossecução do combate a insuficiências e atrasos existentes – nomeadamente dando especial atenção ao reforço das organizações de base, prosseguindo persistentemente o objectivo de desenvolver a acção e a organização partidárias junto da classe operária e de todos os trabalhadores; intensificando e ampliando o trabalho com outros sectores e camadas sociais, em particular com a juventude; desenvolvendo um amplo trabalho de recrutamento e de estímulo ao aumento da militância;

chamando novos quadros – e especialmente quadros jovens – a tarefas de maior responsabilidade.

O esforço de reforço do Partido levado a cabo nos últimos tempos, apesar de se situar aquém das necessidades e das possibilidades constatadas, evidencia inegáveis possibilidades e potencialidades. Por isso, e tendo em conta o actual e mais favorável momento político, o Comité Central considera que existem hoje melhores condições para levar por diante com êxito a acção de reforço orgânico e de intervenção política do Partido.

Considerou, ainda, o Comité Central que esse reforço orgânico e interventivo do Partido tem na imprensa partidária um importante suporte.

E foi tendo em conta a necessidade e a relevância política, ideológica e partidária da sua maior difusão, do aumento das suas vendas e de um crescente estímulo à sua leitura que o Comité Central decidiu a realização de uma ampla campanha de promoção e divulgação do «Avante!», com início em Fevereiro do próximo ano, por ocasião do 69.º aniversário do jornal. Essa campanha coincidirá com a concretização de um processo de remodelação do «Avante!», visando o enriquecimento da sua função de veículo das posições e propostas do Partido, da actividade das suas organizações e de uma informação e análise sobre as grandes questões nacionais e internacionais – incidindo os principais vectores dessa remodelação em nova arrumação, reordenamento e redimensionamento das páginas e das secções do jornal, dos trabalhos e das colaborações e na maior amplitude e diversidade das matérias abordadas.

Com os seus 68 anos de vida, a maior parte dos quais sendo publicado clandestinamente, o «Avante!» é uma referência exemplar e incontornável no conjunto da imprensa portuguesa e um justo motivo de orgulho para todos os militantes comunistas e para toda a Esquerda. Jornal

que existe para as massas populares e em função delas, aborda com rigor, seriedade e verdade os problemas que mais afectam os trabalhadores, o povo e o País. Possuindo características directamente decorrentes da natureza e dos objectivos de classe do PCP, o «Avante!», hoje como no passado, afirma com clareza e frontalidade a sua opção de classe e não se esconde por detrás de falsas e hipócritas independências: está com os explorados e contra os exploradores, com os oprimidos e contra os opressores, com a justiça e contra a injustiça, com o socialismo e o comunismo e contra o capitalismo. Assim, sendo o transmissor privilegiado da actividade e das orientações partidárias, o «Avante!» – enquanto órgão central do PCP – é também, e quer sê-lo cada vez mais, um interveniente activo no debate, na reflexão, e na batalha das ideias, um órgão de informação que pela amplitude e seriedade das matérias abordadas e pela sua qualidade suscite crescentemente o interesse não só dos militantes comunistas mas também dos milhares de homens, mulheres e jovens que não se conformam com as injustiças e desigualdades que os donos do Mundo nos querem impor como inevitáveis e acreditam que vale a pena reflectir e lutar por uma sociedade livre, justa, fraterna, solidária.



O Comité Central do PCP reuniu-se este fim-de-semana

RESUMO

17 Quarta-feira

O PCP exige a realização de um estudo ambiental para avaliar as consequências da queima de armas na zona de Alcochete ■ Em Lisboa, alunos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e do Instituto Politécnico da Guarda manifestam-se em frente ao Ministério da Educação, os primeiros reivindicando um aumento do investimento estatal no ensino superior e os segundos o recomeço das aulas ■ O IRA afirma-se disposto a cumprir o acordo de paz assinado em Abril de 1998 ■ Um general desertor da Unita, Jacinto Bandua, afirma que Savimbi «perdeu a razão das coisas» ■ Mais de 20 mil pessoas participam numa manifestação anti-americana em Atenas, organizada pelos partidos de esquerda.

18 Quinta-feira

O Governo aumenta 4,1 por cento o salário mínimo nacional para a agricultura, indústria e comércio ■ Uma rapariga de 16 anos morre em Santiago do Cacém com um tiro disparado pelo namorado, que alega o ter feito inadvertidamente ■ Ian Martin, chefe da UNAMET, afirma que a violência pós-referendo em Timor era inevitável e que a comunidade internacional cometeu «um erro» ao deixar Jacarta garantir a segurança do território ■ A Rússia aceita que a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa tenha um papel político no problema tchecheno.

19 Sexta-feira

Na sessão solene de inauguração do ano parlamentar, Jorge Sampaio defende uma reforma do sistema constitucional e tece duras críticas à conduta dos órgãos políticos do país ■ Sérgio Vieira de Mello, administrador de Timor-Leste, apresenta uma proposta para formar um Conselho Supremo de Transição para o território, em que a ONU e o CNRT participam em igual número de efectivos ■ Moscovo recusa uma mediação da OSCE para o conflito no Cáucaso, assinando no entanto uma Carta de Segurança para a Europa que reconhece à organização um papel na busca de uma solução negociada do problema ■ A visita de Bill Clinton à Grécia é marcada por uma manifestação de protesto organizada por partidos de esquerda que envolve milhares de pessoas, chegando a registar-se confrontos de alguns elementos com a polícia de choque.

20 Sábado

Inicia-se a reunião do Comité Central do PCP ■ A CDU de Alenquer inicia a primeira fase de uma «campanha de indignação»

que visa denunciar o «estado de algumas vias do concelho» ■ Xanana Gusmão comemora o sétimo aniversário da sua detenção, assinalado como o dia da «Limpeza Nacional» ■ O presidente da Comissão de Inquérito Indonésia afirma que o general Wiranto vai ser o primeiro a ser investigado sobre a violação dos direitos humanos em Timor ■ Durante a visita à Grécia a administração norte-americana reconhece, de forma inédita, que agiu conforme os seus interesses aquando da tomada do poder pelos coronéis gregos em 1967.

21 Domingo

Em conferência de imprensa, Carlos Carvalhas anuncia a renovação do jornal Avante! e a realização do Congresso do PCP no último trimestre do próximo ano ■ Guilherme Oliveira Martins, ministro das Finanças, afirma que não haverá cortes nos orçamentos do ensino superior ■ Termina, em Florença, o seminário sobre «Reformismo no século XXI», em que participam os líderes de oito países ocidentais ■ Em França, equipas de socorro resgatam sete pessoas que estavam presas numa gruta devido ao mau tempo.

22 Segunda-feira

O PCP de Coimbra acusa o Governo de não cumprir as promessas eleitorais, ao retomar o caso da co-incineração ■ É assinado um acordo entre a ONU, a Interfet e a Indonésia sobre o repatriamento dos timorenses em Timor Ocidental ■ Rocha Vieira desloca-se a Pequim, na sua última visita oficial como governador de Macau ■ Bombardeamentos russos causam dez mortos civis nos arredores de Grozny ■ Abdelkader Hachani, membro da Frente Islâmica de Salvação, é assassinado em Argel ■ Na Turquia, um balanço oficial revela que o sismo causou 714 mortos e mais de 5 mil feridos.

23 Terça-feira

Carlos Carvalhas visita as obras da barragem do Alqueva ■ O PCP apresenta projecto de resolução para a criação de um Observatório para o Comércio Mundial ■ Jorge Sampaio veta mais dois diplomas, somando assim, cinco vetos em dois dias ■ BE apresenta na AR um protesto sobre a liberdade de expressão em Angola que acusa a detenção do jornalista angolano Rafael Marques ■ A fragata «Vasco da Gama» regressa a Darwin após uma estadia de sete dias ao largo de Díli ■ Termina, em Luxemburgo, a reunião ministerial de Outono da União da Europa Ocidental ■ O Presidente da Indonésia afirma que não haverá consulta sobre a independência em Aceh ■ Pang Nga, chefe da seita 14K em Macau, é condenado a 15 anos de prisão.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
— 1600 — 196 Lisboa. Tel. 21 781 38 00

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90 - 21 781 71 91.
Fax: 21 781 71 93

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
— 1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
— 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87/815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. 21 815 34 87/815 35 11

Atenção aos novos números de Telefone
do Partido Comunista Português
e da Redacção do «Avante!»

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linhó — 2710 Sintra
Telef. 21 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L.T. 227 — 4470 Maia
Telef. 22 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1169-161 Lisboa
— Telef. 21 815 34 87/21 815 35 11 — Fax: 21 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1169-161 Lisboa
— Telef. 21 815 34 87/21 815 35 11 — Fax: 21 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 — 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

A esquerda no Poder!

Na cimeira da «esquerda mundial», realizada em Florença no passado fim-de-semana, estiveram presentes as mais destacadas figuras dessa esquerda, nomeadamente Clinton, Blair, Schroeder, Jospin e Guterres. Na origem do conclave estiveram as preocupações dos seus participantes com as desigualdades e injustiças sociais existentes no mundo e a procura de soluções para acabar com elas. Ao que consta, Clinton padece de persistentes e cruéis insónias desde que descobriu e tornou público, há dois meses, que «há hoje 40 milhões de pessoas que morrem de fome cada ano» e que «mais de mil milhões de pessoas vivem com menos de um dólar por dia». Acresce que o Presidente dos EUA, apesar de intensas investigações e exaustivas análises, não conseguiu detectar as causas de tão dramática situação. Diz-se que alguém lhe terá dito que o responsável principal dessa situação era um tal sistema capitalista, mas como ninguém foi capaz de lhe dizer onde é que isso ficava, Clinton não teve, infelizmente, oportunidade de resolver o problema com o seu proverbial pragmatismo, ou seja, à bomba.

No entanto, como homem de esquerda que se preza de ser, o Presidente dos EUA não desistiu

de procurar uma solução. E encontrou-a. Assim: «A Internet, o uso da tecnologia avançada na comunicação, ao serviço da cultura, da educação, da aprendizagem, deverá ser a mola de desenvolvimento dos países mais pobres e em vias de desenvolvimento, não só pelo seu baixo custo, mas porque será um modo mais democrático de uma melhoria social e económica, graças ao próprio melhoramento intelectual». Eis o problema da injustiça e da desigualdade resolvido à escala planetária por via da «cultura e da educação», eis as imensas auto-estradas da informação repletas de camiões Tir carregados de milhões de toneladas de pão e leite e carne e peixe e arroz e feijão em forma de «melhoramento intelectual», eis enfim a fome de milhares de milhões de pessoas liquidada à velocidade digital... Bendita esquerda que tais clintons tens!

Se a esquerda norte-americana esteve condignamente representada no conclave, a esquerda portuguesa – com Guterres, o próprio – não o esteve menos.

Justificando a sua presença (face a críticas que alguém lhe fizera por andar a correr de cimeira em cimeira), o «intelligentíssimo Primeiro Ministro»

que Deus nos deu confessou-se e explicou-se: «Também tenho o direito a fins-de-semana. Poderia ter estado com a minha família (...) o que seria bem mais agradável. Penso, no entanto, que foi bem mais útil para o País estar em Florença a estabelecer contactos com grandes dirigentes políticos mundiais». A obsessão de Guterres em exibir os seus relacionamentos com «grandes dirigentes políticos mundiais» é coisa velha e que não só trespassa a ridícula parolice como tem levado o Primeiro-Ministro a fazer tristíssimas figuras nada úteis para o País que representa. (E estou em crer que se trata de doença característica da lusa família rosa: todos nos lembramos das exuberantes representações protagonizadas por Mário Soares para mostrar que tinha amigos importantes no estrangeiro – mesmo sabendo-se que, por vezes, nem a amizade nem a importância dos ditos eram tão grandes como Soares dizia...)

De qualquer forma, o painel de chefes de estado e de governo presentes na «cimeira da esquerda mundial» em Florença coloca na ordem do dia um facto de incontestável importância, significado e originalidade: a esquerda está no Poder. Praticando uma política de direita? Claro, mas não se pode querer tudo, não é verdade?

■ José Casanova

Títulos e factos

Numa época de codificação elaborada – ou desenfreada? – temos de aprender os códigos erigidos em lei pela informação que vamos recebendo. Temos de reaprender a ler e ouvir, de interpretar o que nos é dito pelo não dito.

Assistimos na passada semana a um fogo de artifício de títulos em que o PCP «foi notícia», com uma catarata de comentários em jornais, rádios e tv's.

Mas comparemos os títulos com os factos: as posições do PCP que podem dar suporte aos títulos.

Títulos do «DN» (a toda a largura da 1ª página!): «Carvalhas condena comunismo do Leste»; «Carvalhas reconhece que a derrota do socialismo se ficou a dever a um modelo que desprezou a liberdade e a democracia política».

Títulos do «Público»: «PCP afinal move-se»; «Carvalhas fez ontem um discurso de costas voltadas para os velhos dogmas de Cunhal».

Títulos da RTP: «O PCP admite agora que a liberdade e a democracia política são condições fundamentais para o desenvolvimento das sociedades»; «10 anos depois da queda do muro de Berlim o líder do PCP muda o discurso oficial do Partido».

Para avaliar devidamente o rigor desses títulos, confrontemo-los com os factos – isto é, as posições do PCP quanto aos temas em questão:

– «Nesses países (URSS e Leste da Europa) acabou por instaurar-se e instituir-se, em determinadas circunstâncias históricas, um "modelo" que violou características essenciais de uma sociedade socialista e se afastou, contrariou e afrontou aspectos essenciais das ideologias comunistas. Em vez do aprofundamento da democracia política, um poder excessivamente centralizado nas mãos de uma burocracia, cada vez mais afastado da intervenção e vontade das massas e cada vez menos sujeito a mecanismos fiscalizadores da sua actuação».

– «A democracia política possui um valor intrínseco, pelo que é necessário salvaguardá-la e assegurá-la como elemento integrante e inalienável da sociedade portuguesa».

– «O PCP empenha os seus melhores esforços para a consolidação do

regime democrático, para o prosseguimento de uma vida democrática normal, no quadro das instituições».

O curioso, na compilação aqui resumida, é a observação das datas.

Os títulos – são da semana passada. Os textos do PCP (os factos) – são, respectivamente, de 1992 (XIV Congresso, Programa do PCP), de 1988 (XII Congresso, Programa do PCP) e de 1976 (VIII Congresso).

O que explica tal desfasamento de datas entre factos e títulos?

A «pressão da cacha», – o engodo pela «novidade», pelo «diferente», pelo «sensacional», «original» – não explica tudo. Por quê, o que seria «novidade» em 1976, 88 ou 92, não fez «cacha»? E por que fizeram «cacha» declarações de Carvalhas que, oportuna e ajustadamente, apresentou aos jovens um conjunto de posições que fazem parte do património teórico e de luta do PCP? (E repare-se: só no «Avante!» da semana passada essas posições foram noticiadas no seu conjunto...)

Para além da «pressão da cacha», outros factores condicionam os títulos e notícias. Em 1988, 90 e 92, dominava a pressão que queria apresentar o PCP como um partido esclerosado, dinossáurico, incapaz de responder aos problemas do nosso tempo. Agora sopra a pressão que pretende fomentar (também com títulos...) «rupturas» no PCP.

Há uma responsabilidade de ler e ouvir, como existe uma responsabilidade de quem difunde notícias. Há um elo obrigatório de ligação entre o direito de informar e o direito de ser informado, de cuja fidedignidade e equilíbrio a democracia não pode prescindir.

Os comunistas não são imunes à pressão dos órgãos informativos. Mas têm de estar bem atentos na análise e absorção da matéria informativa. O que exige de nós uma reflexão, serena, sem fantasmas, tendo em conta os factos reais, e sem esquecer que nesses factos e conclusões nós também participamos e deliberamos.

■ Aurélio Santos

DEMOCRACIA Grécia, Turquia

As magníficas manifestações populares de protesto estragaram a visita que Clinton efectuou à Grécia. Prevista para durar 3 dias, a visita acabaria por ser adiada, encurtada para 24 horas, e realizada «na clandestinidade», longe de qualquer contacto público. Um discurso perante o Parlamento grego foi cancelado, após o Presidente americano recusar a solicitação do presidente do Parlamento para que a sua segurança desarmasse antes de entrar no hemiciclo (*Financial Times*, 20.11.99). Enquanto Clinton se limitava a um passeio turístico-televisivo, nas ruas milhares de manifestantes exprimiam a indignação dos gregos perante a presença dessa *persona non grata* em solo helénico. Por detrás de tanto fiasco, uma realidade tão incontornável que o próprio Clinton acabaria por reconhecê-la publicamente: a esmagadora maioria do povo grego opôs-se frontalmente à guerra de agressão da NATO contra a Jugoslávia, e à política imperial dos EUA em toda a região.

Claramente na defensiva, Clinton afirmou que «na mais antiga democracia do mundo», as pessoas tinham o direito de se manifestar. A Grécia tem hoje uma democracia política, sim. Mas não graças aos EUA. Tem-na, apesar dos EUA. Entre 1967 e 1974, uma ditadura militar governou a Grécia, na sequência dum golpe de Estado. Era o «regime dos coronéis». O golpe e a ditadura foram promovidos pelos Estados Unidos. A Grécia continuou tranquilamente na NATO, essa organização «de defesa do mundo livre». E a queda da ditadura (como em Portugal), não foi obra das «democracias ocidentais», mas da luta do povo grego. Em 17 de Novembro de 1973, milhares de atenienses saíram para as ruas em enormes manifestações de protesto iniciadas pelos estudantes da Escola Politécnica. Os confrontos com a polícia foram violentos, as vítimas numerosas. Mas foi o dobre de finados da ditadura, que haveria de cair poucos meses mais tarde. A quase coincidência de datas da visita de Clinton e do aniversário da revolta do Politécnico apenas contribuiu para tornar mais chocante a hipocrisia das bonitas palavras sobre liberdade e democracia.

Que a liberdade e a democracia não têm um valor intrínseco e universal para a burguesia internacional ficou também bem patente durante as duas Cimeiras que decorreram nestes dias. Na *Cimeira Ibero-Americana de Havana*, multiplicaram-se os contactos de Guterres, Sampaio e Aznar com «dissidentes» (que afirmam não haver tortura em Cuba) e as suas declarações sobre a importância da democracia e dos direitos humanos. Poucos dias depois, realizou-se em Istambul a *Cimeira da OSCE*, na presença de dezenas de Chefes de Estado e de Governo. Istambul é a maior cidade da Turquia. País onde há milhares de presos políticos; onde a tortura é prática corrente; onde os militares depõem primeiros ministros e presidentes de Câmara eleitos; onde nos últimos 15 anos as Forças Armadas têm travado uma guerra contra a minoria curda que já provocou, segundo a Amnistia Internacional, 30 mil mortos e mais de dois milhões de exilados; onde uma deputada curda é presa por vários anos pelo «gravíssimo crime» de falar em língua curda no Parlamento (o que é proibido); onde numerosos jornalistas têm sido assassinados ao longo dos anos por denunciarem os crimes dos militares. A Turquia é um país que invadiu, dividiu e ocupa desde há 25 anos parte dum país independente (Chipre), e que efectua regularmente incursões militares dentro de outro país independente (Iraque). Seria de esperar que Guterres e os seus amigos se multiplicassem em denúncias, condenações, encontros com activistas dos direitos humanos, e curdos vítimas de perseguições. Que intervissem em favor do dirigente curdo Abdullah Öcalan, raptado pelos turcos (e a CIA) no estrangeiro e condenado à morte. Mas o fervor democrático e a convicção inabalável na importância da liberdade e dos direitos humanos parecem ter ficado em Cuba... Pelo contrário, a Turquia foi muito elogiada pelos presentes, assinou importantes acordos sobre oleodutos no Cáucaso sob o olhar garante de Clinton, e será quase certamente aceite como candidato formal à adesão à União Europeia na Cimeira da UE de 11 de Dezembro próximo.

Quando os «democratas ocidentais» falam em direitos humanos, querem dizer lucros. Quando falam em democracia querem dizer poder de classe, nacional ou imperial.

■ Jorge Cadima



Foto: Jorge Caria

Sophia recebe Prémio Camões

A grande poetisa Sophia de Mello Breyner Andresen recebeu, esta semana, das mãos do Presidente da República o Prémio Camões/99, numa cerimónia em que a homenageada confessou ter aprendido o verdadeiro significado do galardão nas vozes dos portugueses espalhados pelo mundo. Diz a Lusa que, perante uma audiên-

dever da poesia, fiel à poesia por amor, da liberdade e da justiça» e sobre os seus poemas políticos que «souberam ser do tempo e além do tempo, da circunstância e além da circunstância, particulares e universais, ao mesmo tempo». A agradecer as palavras a si dedicadas, a poetisa lembrou algumas viagens realizadas, no

decorrer das quais percebeu o verdadeiro significado do Prémio Camões nos povos com que se foi cruzando. Como quando visitou Cabo Verde e encontrou a ouvir as suas palavras «rostos escuros novos com uma atenção tão densa que quase se



cia que aplaudiu de pé a entrega do prémio, Sophia ouviu elogios à sua obra, mas também à pessoa que é: «Verdadeiramente aristocrata porque fez do que recebeu uma marca do espírito, uma exigência, uma responsabilidade e uma partilha», nas palavras do Presidente da República. Jorge Sampaio falou de uma Sophia «fiel à liberdade e à justiça por

podia tocar». «São todas as vozes dos portugueses no mundo que constituem o Prémio Camões», sustentou. Quatro poemas de Sophia, lidos pelo actor Luís Miguel Cintra, encerraram a cerimónia que decorreu no Palácio de Belém. O último - «Tão grande dor» - falou de Timor-Leste: «Dever que não foi cumprido e por isso dói».

China lança cápsula espacial

A República Popular da China lançou esta semana para o espaço o seu primeiro foguetão transportando uma cápsula espacial que, embora vazia, está em condições de ser tripulada. A missão foi estritamente militar e comercial e a cápsula esteve 21 horas no espaço, orbitando 14 vezes o planeta. Após a Rússia e os EUA, a China tornou-se, assim, o terceiro país a colocar uma cápsula no espaço com capacidade para ser tripulada. O lançamento fez-se através de um foguetão chinês

da linha «Longa Marcha» e realizou-se a partir da plataforma espacial de Jiuquan, na província de Ganzu, no Noroeste da China, culminando um projecto considerado «ultra secreto» pelas autoridades chinesas desde, pelo menos, 1992.

Telecom promete baixar telefones

Francisco Murteira Nabo, presidente do grupo Portugal Telecom, anunciou esta semana

em entrevista ao *Diário de Notícias* que a empresa que dirige vai proceder a um ajustamento tarifário nas comunicações telefónicas interurbanas, para assim fazer frente à concorrência que, a partir de 1 de Janeiro do próximo ano, vai afrontar o monopólio da Portugal Telecom no sector das comunicações por via da liberalização do sector. «Baixámos cerca de 6% em 1999 e esperamos fazer um abaixamento próximo disso em 2000, mas esperamos baixar mais».



Associação de Municípios homenageia Lopes Graça

A Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS) vai homenagear o pianista, maestro e compositor Fernando Lopes Graça com o lançamento de um CD

com o registo de um conjunto de 22 Marchas, Danças e Canções, onde mais de metade são inéditos. A cerimónia de apresentação do CD realizar-se-á amanhã, dia 26 de

Novembro, no Convento dos Capuchos em Almada, e integra-se nas comemorações do 25.º aniversário do 25 de Abril. A cerimónia inclui um concerto, onde serão interpre-

tados excertos do CD pela pianista Madalena Sá Pessoa e pelo Coro Lopes Graça da Academia de Amadores de Música de Lisboa, fundada pelo próprio Lopes Graça.

Mau tempo na Europa mata mais de 40 pessoas

Uma vaga de frio e tempestades de neve que se abateram esta semana sobre a Europa central e de leste causaram já dezenas de mortos, nomeadamente quatro na Hungria, 11 na Rússia e 26 na Polónia. Em Moscovo, o número de mortos referiu-se à semana de 15 a 21 de Novembro, mas desde o início deste Inverno o frio já matou 60 pessoas na capital russa, enquanto em São Petersburgo, a segunda cidade do país, as vítimas mortais já vão

em 16, em geral pessoas que vagueiam pelas ruas sem trabalho nem casa. Noutros países europeus, como a Alemanha, a França, o Norte de Itália ou a Espanha as tempestades de neve isolaram milhares de pessoas, cortaram as comunicações e causaram numerosas inundações, provocando o caos e expondo, mais uma vez, a fragilidade da chamada protecção civil para responder adequadamente a crises desta envergadura.



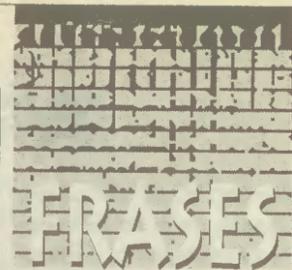
Peste suína em Almodôvar

As autoridades sanitárias da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo (DRAAL) ordenaram o abate de 950 porcos no concelho de Almodôvar, no Baixo Alentejo, para combater um foco de peste suína detectado há cerca de uma semana numa exploração da localidade de Aldeia de Fernandes. O abate dos 950 suínos fez-se num raio de três quilómetros à volta da exploração onde se detectou a doença, como é usual nestes casos,

tendo igualmente sido montado um cordão sanitário num raio de 10 quilómetros abrangendo 13 concelhos do distrito de Beja e três no Algarve, onde todos os porcos da área serão analisados regularmente até se ter a certeza de que o foco infeccioso foi totalmente erradicado. Nesta área encontram-se sete brigadas sanitárias para recolha de amostras de sangue de todos os animais. Entretanto, uma delegação de cinco técnicos veteri-

nários da União Europeia (integrando um espanhol, um inglês, um alemão e um dinamarquês, chefiados por uma francesa) deslocaram-se ao nosso país, quer para analisarem os relatórios elaborados pelas autoridades portuguesas, quer para confirmarem no terreno esses relatórios e a evolução da situação, posto o que apresentarão o seu próprio relatório ao Comité Veterinário da União Europeia, que ainda esta semana se decidirá, ou

não, por um eventual embargo à carne de suíno oriunda desta região de Portugal. Quanto aos suinicultores atingidos por estas medidas, inicialmente protestaram contra uma alegada «prepotência» das autoridades, que não teriam explicado convenientemente as razões dos abates, mas depois apaziguaram os ânimos, sobretudo quando a DRAAL se comprometeu a indemnizá-los com o pagamento de 480\$00 por quilo de cada animal abatido.



“Já na anterior legislatura António Guterres tinha governado como se fosse um presidente da República que preside ao Conselho de Ministros. Agora, contudo, refinou-se. Deixou de tentar esconder o desinteresse pela actividade governativa.”

(João Carreira Bom
«Diário de Notícias», 21.11.99)

“O sempiterno e incontornável autarca de Matosinhos, Narciso Miranda, ansiava há muito por um ano sabático – e foi imediatamente repousar o corpo e o espírito para esse idílico porto de abrigo que é o governo da Pátria.”

(Alfredo Barroso
«Expresso», 20.11.99)

“Tenho um problema chamado PS.”

(Durão Barroso
«O Diábo», 23.11.99)

“O PSD é um partido balcanizado.”

(Raul Vaz
«Diário Económico», 19.11.99)

“O que está em causa no episódio da pré-candidatura do dr. Santana Lopes é, muito simplesmente, a sua credibilidade aos olhos dos portugueses. Porque uma coisa é saber-se que temos memória curta, a outra é tomarem-nos por idiotas lobotomizados.”

(Pedro Norton
«Diário Económico», 18.11.99)

“O litigante Manuel Maria Carrilho seria o primeiro-ministro ideal para a reforma do sistema, se o PSD se compromettesse a eleger, como líder da oposição, o másculo Pedro Santana Lopes.”

(João Carreira Bom
«Diário de Notícias», 21.11.99)

“(Carrilho) compõe o papel de ministro com um sorriso tímido e um tique, certamente resquícios de uma educação politicamente autoritária. Já foi Macbeth com terríveis sentenças fora do texto - “Manuel Alegre é um homem do passado”, “Marcelo Rebelo de Sousa é pura gelatina”, “Maria José Nogueira Pinto” confunde cultura com puericultura”. Agora é um Otelo branco que tenta matar o banqueiro e a ingénua.”

(Manuel de Brito
«A Capital», 17.11.99)

“A reforma da política é bem capaz de ser a mãe de todas as reformas. Sem elas, as outras, as chamadas estruturais, dificilmente vão acontecer.”

(Sérgio Figueiredo
«Diário Económico», 22.11.99)

“O novo reformismo é um quarto com vista para o socialismo.”

(Miguel Gaspar
«Diário de Notícias», 23.11.99)

“Tenho muitas dúvidas sobre o que é o serviço público. Penso que a discussão sobre esse tema promete ser meramente retórica e inconsequente.”

(Judite de Sousa
«TV Guia», 17.11.99)

Reunião do Comité Central Novo Governo política velha

A insistência na revisão das leis laborais é um dos vectores da política anti-social que o novo Governo pretende aprofundar (foto de arquivo)

O Comité Central do PCP, reunido no passado fim-de-semana, fez uma análise do programa do Governo, concluindo que não só «vai continuar a velha política», como se propõe mesmo «aprofundar alguns dos seus aspectos mais negativos». Deste modo, como sublinhou Carlos Carvalhas em conferência de imprensa, a nova equipa socialista optou por «fazer tábua rasa das razões que estiveram na origem da recusa do eleitorado em lhe propiciar uma maioria absoluta e do enfraquecimento relativo da sua votação mais à esquerda».

Entre as orientações mais negativas do actual Governo, o secretário-geral do PCP começou por destacar a insistência na alteração da legislação laboral, nomeadamente a lei da contratação colectiva e a lei das férias, o condicionamento do exercício do direito à greve, por via da alteração do conceito de serviços mínimos a prestar durante a greve, e a retoma de concepções corporativas na negociação da contratação colectiva e a instrumentalização da concertação social.

Significativa, salientou Carvalhas, é a «ausência de qualquer compromisso quanto à necessária e urgente reforma dos impostos sobre o rendimento», de forma a aliviar a carga fiscal sobre os rendimentos dos trabalhadores por conta de outrem e pôr cobro ao «escândalo dos benefícios fiscais aos rendimentos e aplicações de capital», bem como à fraude e evasão fiscal. Mesmo a reforma dos impostos sobre o património - «o único elemento de reforma fiscal» - acabou por ser abandonada pelo Governo no decurso do debate parlamentar.

O PCP vê na actuação do Governo «a patente abdicação e incapacidade de definir e promover uma política capaz de afrontar com eficácia os problemas de fundo da sociedade portuguesa, desde os relativos à economia e à estrutura produtiva até às graves injustiças sociais e desigualdades, passado pelas assimetrias e a desertificação do interior». Sobre a evolução económica, Carlos Carvalhas alertou para a subida em flecha do défice da balança comercial: mil milhões de contos em apenas quatro anos.

A luta social

O documento aprovado pelo Comité Central coloca grande ênfase no «desenvolvimento da luta social, em particular dos trabalhadores», considerando-o «um actor determinante para obstaculizar a concretização de uma política direccionada para servir os interesses do grande

capital, para defender e alcançar direitos e melhores condições de vida e de trabalho».

Neste sentido, é destacada a importância do fortalecimento do Movimento Sindical Unitário, consubstanciado em torno da CGTP-IN, exortando-se todos os militantes do Partido que trabalham e lutam no seu seio para que se empenhem «na preparação e realização com êxito no IX Congresso da Central, na reafirmação da sua natureza unitária, democrática, autónoma, de massas e de classe, correspondendo ao seu grande objectivo de valorizar o trabalho e dignificar os trabalhadores».

Em relação ao trabalho autárquico, o Comité Central considerou que «as expressivas alterações no quadro legal a nível do funcionamento, financiamento e competências das autarquias (...) impõem uma mais exigente intervenção das organizações do Partido (...) na defesa dos interesses populares e na reclamação dos investimentos públicos necessários contribuindo para reduzir a margem do Governo na estratégia de progressiva desresponsabilização



do Estado e para ampliar a consciência das populações dos seus direitos face ao poder».

A meio do actual mandato autárquico, o Comité Central recomendou a avaliação do trabalho realizado e a definição de acções e medidas para dar cumprimento aos programas eleitorais e planos de actividade. A prestação de contas do trabalho realizado e a dinamização do debate sobre os projectos e propostas para o futuro imediato são apontadas como momentos privilegiados para a afirmação da CDU como um amplo espaço de participação democrática e de intervenção nas políticas locais.

O Comité Central decidiu marcar o 16.º Congresso do PCP para o último trimestre do ano 2000, em data a fixar posteriormente.

O reforço do Partido é factor decisivo

O Comité Central debateu as orientações para a actividade do PCP no próximo ano, sublinhando «a importância do Partido tomar audaciosamente a iniciativa em relação a um conjunto de grandes causas sociais e políticas». A par de uma intervenção pronta na instituições e de uma «postura dinâmica na apresentação pública das ideias e propostas do PCP», foi sublinhada a necessidade de aprofundar a «ligação partidária com a sociedade em todos os campos, com destaque para os trabalhadores e para a juventude», bem como o «reforço organizativo interventivo do Partido».

Carlos Carvalhas referiu-se aos grandes temas que vão estar na ordem do dia durante a presidência portuguesa da União Europeia, entre Janeiro e Junho do próximo ano, destacando as questões do emprego, sobre as quais se realiza uma cimeira extraordinária em 23 e 24 de Março, os problemas

da agricultura e das pescas, e a cooperação com os países em vias de desenvolvimento.

Especial importância assumem também a conferência Mundial do Comércio, a defesa da aplicação da Taxa Tobin, a Marcha Mundial das Mulheres contra a Pobreza, a concretização do direito das mulheres à igualdade, as questões ambientais, o combate à toxicodependência, a paz, o desarmamento e a solidariedade internacional.

Entre outras prioridades definidas pelo Comité Central, são ainda de salientar o combate à alteração das leis eleitorais que diminuam ou alterem o alcance do princípio da representação proporcional; a defesa e a promoção do trabalho e do emprego com direitos, designadamente a redução do horário semanal de trabalho para as 35 horas sem redução de salário; a reforma do sistema fiscal; a reforma democrática do Serviço Nacional de Saúde que trave a sua degradação e permita o acesso de todos os portugueses a serviços públicos de qualidade; a reforma da justiça no sentido de democratizar o acesso dos cidadãos e assegurar uma maior celeridade; e a crítica aos processos de natureza privatizadora que estão em curso na área educativa, promovendo um amplo movimento em defesa da escola pública e da sua qualidade.

Neste contexto de lutas, o Comité Central sublinhou que «a dinamização da intervenção e o reforço da organização do Partido, bem como da sua renovação e rejuvenescimento, são elementos decisivos cuja concretização assume uma particular importância nos próximos tempos».

«O reforço da organização e da intervenção política e ideológica do Partido passa igualmente por uma maior difusão e leitura do "Avante!" e de "O Militante", a par do enriquecimento do seu conteúdo». O Comité Central decidiu a realização de uma ampla campanha de promoção do nosso jornal, que terá início em Fevereiro coincidindo com a concretização do processo de remodelação que está em curso.



O secretário-geral do PCP divulgou em conferência de imprensa as principais conclusões do Comité Central

AMADORA Realojados na Brandoa

A Comissão de Freguesia da Brandoa do PCP solidariza-se com os protestos das famílias recentemente realojadas pela Câmara Municipal da Amadora, que impôs valores exagerados para o arrendamento social. Segundo o PCP, inicialmente foram prometidas rendas no valor de 27 mil escudos, mas agora a Câmara exige 59 mil escudos mensais pelas habitações, as quais revelam defeitos de construção, devido «à pressa de uma inauguração ministerial em tempo de eleições». Em apoio da luta e das reivindicações dos novos moradores da freguesia, os comunistas já apresentaram na Junta um voto de protesto dirigido à Câmara, considerando que esta desvirtuou completamente os objectivos sociais com que a anterior gestão lançou este empreendimento.

AVEIRO Preparar Euro 2004

Com o propósito de debater a realização em Aveiro do Euro 2004, a Comissão Concelhia de Aveiro do PCP propôs recentemente a realização de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal. Para os comunistas «importa que em 2004 tudo corra bem e que o vultuoso investimento» se reflecta na melhoria da qualidade de vida dos aveirenses e no processo de renovação e crescimento urbanísticos de Aveiro. Neste sentido, o PCP defende a necessidade de uma total transparência, informação atempada e possibilidade de participação das várias instituições e dos cidadãos no processo de decisão sobre a operação financeira, as soluções urbanísticas, as implicações de acessibilidades e equipamentos, assim como nas actividades económicas.

ALCOCHETE Incineradora surpreende

As notícias sobre a eventual construção de uma incineradora em Alcochete para a destruição de armamento militar absoluto causaram «estraneza e indignação» no concelho, afirma em comunicado a Comissão Concelhia do PCP, sublinhando que qualquer decisão sobre esta matéria deve passar pela auscultação da população e dos órgãos autárquicos, bem como pela realização de um estudo de impacte ambiental. Contudo, os comunistas «estranham que, segundo o Governo, a eventual opção do novo aeroporto de Lisboa em Rio Frio traria graves consequências ambientais, quando neste caso e segundo afirmações do Ministro do Ambiente, tudo estaria de acordo com as normas comunitárias e sem problemas de impacte ambiental».

AÇORES Ingerência na RDP

O PCP/Açores qualificou como uma «intromissão» a entrada em directo do presidente do Governo Regional, no serviço de Notícias Regional da Antena1/Açores da RDP, após uma entrevista de cerca de cinco minutos sobre um relatório encomendado pelo Governo da República sobre o arquipélago. O documento faz uma crítica profunda à política de desenvolvimento regional e à ausência de estratégia para combater os actuais baixos níveis de crescimento e desenvolvimento.

Para surpresa dos ouvintes e embaraço perceptível da jornalista, que se preparava para prosseguir a sequência noticiosa, eis que se vê forçada a anunciar que estava em linha a presidência do Governo Regional para intervir sobre o assunto. Após alguns segundos de indecisão acabou por dar a palavra ao presidente do Governo Regional para uma entrevista que durou mais de 15 minutos. O PCP condena esta atitude, considerando que o governante «não tem qualquer legitimidade acrescentada, conferida pelo lugar que ocupa», para exercer o direito de resposta de forma «prepotente e torpedeando as regras elementares a que qualquer cidadão está obrigado».

CAMARADAS FALECIDOS

Alberto Cordeiro Banha

Alberto Cordeiro Banha faleceu recentemente com 72 anos. Militava na Organização de Freguesia de Corroios, no concelho do Seixal, e integrava os corpos gerentes da AURPIC.

Francisco Gomes Ribeiro

Francisco Gomes Ribeiro faleceu recentemente com 67 anos. Pertenceu à célula da Pluricoop/Setúbal e estava actualmente organizado na freguesia de S. Sebastião.

José Manuel

José Manuel faleceu no passado dia 12 de Novembro, com 76 anos. Colaborador e amigo do Partido desde os tempos do fascismo, tornou-se militante em 1997, ficando organizado na freguesia da Cova da Piedade.

Manuel Simões

No passado dia 11 de Novembro, faleceu, com 81 anos, Manuel Simões, actualmente organizado na freguesia da Cova da Piedade. Era militante desde antes do 25 de Abril, tendo estado preso na cadeia de Peniche.

Maria Lurdes Santos

Maria Lurdes Dobreira Santos faleceu recentemente com 57 anos. Era reformada do ex-Banco Fonsecas e Burnay, a cuja célula pertenceu

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo do jornal «Avante!» manifesta profundas condolências.

Coimbra O desenvolvimento exige respostas concretas

O distrito de Coimbra precisa da mobilização de grandes recursos para «projectar, construir e concluir importantes obras», defende a Direcção Regional de Coimbra do PCP (DORC), sublinhando que o desenvolvimento não se compadece com «uma ou duas realizações mais vistosas».

Na opinião dos comunistas, a afirmação de Coimbra como capital da Saúde e como centro educativo de excelência exige «uma nova atitude do Governo» que contribua para a recuperação de anos de atraso.

Como sublinharam, não se trata apenas de montantes, «a questão fundamental quanto aos investimentos para a região centro reside na existência de projectos e de verbas concretas que lhes dêem solidez».

Para a DORC, «os objectivos estratégicos e as verbas inscritas no Plano de Desenvolvimento Regional/QCAIII para a Região Centro carecem de respostas urgentes por parte do Governo e das instituições dele dependentes».

Concretamente, o PCP quer saber que propostas concretas existem; quais os valores reais do financiamento comunitário, da despesa pública nacional, do financiamento privado e do seu faseamento para o período 2000/2006. Questionam ainda sobre qual o papel que está reservado aos municípios do distrito na implementação e gestão do Programa Operacional Regional do Centro.

Sem estas respostas, considera a DORC, «tudo fica vago e ao sabor das conveniências e dos momentos políticos mais adequados, abrindo as portas à partidarização por parte do PS. Tal é tanto mais grave quanto se aproximam as eleições autárquicas».

Investimentos prioritários

Para o período 2000/2003, o PCP avança com um conjunto de propostas em oito áreas prioritárias, destacando em primeiro lugar os investimentos em infra-estruturas e equipamentos mais importantes. Salientam-se nestas a construção do novo Hospital Pediátrico; a Ponte Europa e a Circular Externa a Coimbra; o eléctrico rápido; o pavilhão multiusos; o centro de congressos; a concretização dos projectos mais urgentes da obra de aproveitamento hidro-agrícola do Baixo Mondego; e a construção da nova ponte alternativa à Ponte Edgar Cardoso na Figueira.

No campo das acessibilidades e transportes, entre outras obras, sublinha-se a necessidade de concluir o IP5, entre a Figueira da Foz, Coimbra Norte e Viseu, com perfil de auto-estrada e sem portagens; o IC1 entre Marinha Grande, Figueira da Foz e Mira; a beneficiação da estrada da Beira e conclusão da EN342; a construção da via rápida Monte-

mor-o-Velho-Taveiro e das vias nacionais circundantes a Coimbra; a remodelação da via ferroviária do Norte e a beneficiação do ramal da Pampilhosa-Figueira da Foz, assim como a construção na Estação velha da Nova central intermodal de Coimbra.

Na área da saúde, é proposto um maior financiamento dos hospitais universitários de Coimbra, e defende-se a remo-

que se propõe um programa de financiamento de reparações nas escolas do 1.º ciclo e jardins de infância; a coconstrução de novos jardins de infância; e a aprovação de regras de financiamento das escolas do 1.º ciclo por forma a, no prazo de dois anos, ser actualizado e renovado todo o material e equipamento nas salas de actividades.

Entre outras medidas, a DORC refere a necessidade de financiamento para a conclusão dos pólos 2 e 3 da universidade, bem como para a construção de novas residências para estudantes, das novas instalações das escolas superiores de Educação e Agrária, do Conservatório de

adopção de medidas que impeça a destruição das falésias do Cabo Mondego. Para além da protecção de várias zonas naturais, o PCP refere a necessidade de aumentar o tratamento de esgotos domésticos e industriais e de despoluir os rios Ceira, Alva, Alvoco, Seia e Cobral e as ribeiras de Eiras, Fornos, Revelles e Caldeirão. O fim da incineração de resíduos hospitalares em lixeira é igualmente exigido.

O documento apresenta ainda como propostas, no plano do emprego, a criação de um plano de emergência para responder à crise dos sectores têxtil, cerâmico, da indústria naval e pequeno comércio; na acção social, a



O distrito precisa de projectos e verbas para os concretizar

delação do hospital dos Covões, a definição do futuro hospital do Lorrvão e a concretização dos projectos de desenvolvimento dos hospitais de Cantanhede e Figueira da Foz. O PCP refere ainda a conclusão e construção de centros de Saúde, a criação de novas extensões de saúde e de hospitais de rectaguarda.

Atenção especial merece ainda a área da educação, em

Música e da Escola Superior de Tecnologia e Gestão em Oliveira do Hospital.

Melhor ambiente

Os comunistas de Coimbra debruçam-se sobre a área do ambiente onde exigem a requalificação urbana e ambiental da zona de Souselas, bem como a

criação de novos centros de dia, ampliação de creches e medidas para a inserção de deficientes; na justiça, a construção do novo Tribunal de Condeixa, do Palácio da Justiça e da nova Penitenciária de Coimbra.

Parte destas propostas encontra-se desdobrada num outro documento que os comunistas pretendem incluir já no Orçamento de Estado para 2000.

Porto PCP propõe verbas para portos de abrigo

A DORP do PCP pretende que o próximo Orçamento de Estado permita aumentar o investimento público no distrito do Porto, de forma a eliminar a situação de injustiça e discriminação que tem afectado a região quer durante os governos do PSD quer no último mandato de maioria socialista.

No sentido de preparar a intervenção do Partido na discussão do próximo orçamento de Estado, dirigentes e deputados do PCP pelo distrito do Porto têm realizado um vasto trabalho de levantamento de carências. Neste contexto, reuniram-se com organizações sindicais de pescadores e com entidades públicas ligadas às infra-estruturas portuárias do

distrito, designadamente com as capitania dos portos do Douro e de Leixões.

Nos encontros foi confirmada a existência de grandes carências, em particular no que respeita aos portos de abrigo de Aguda, na freguesia de Arcozelo, Vila Nova de Gaia, e de Angeiras, na Freguesia de Lavra Matosinhos. bem como em Vila Chã, no concelho de Vila do Conde.

Os comunistas sublinham que a construção destas infra-estruturas «é essencial para que as comunidades piscatórias locais possam trabalhar em condições dignas e de segurança e para que a actividade pesqueira, incluindo a vertente comercial, possa ter

condições para se sustentar e desenvolver».

Neste sentido, o PCP anunciou que, na sequência dos seus compromissos eleitorais, irá propor a inclusão no Orçamento de Estado 2000 das verbas necessárias para o arranque da construção dos referidos portos de abrigo.

Entretanto, o deputado Honório Novo entregou já dois requerimentos à Secretaria de Estado das Pescas sobre questões relacionadas com a extensão do subsídio de combustível, alargando-o nomeadamente às embarcações de boca aberta que utilizam gasolina, e com a legalização e regulamentação da arte da maljeira.

Portimão Nova agressão ao ambiente e paisagem

Depois de anos de especulação imobiliária em terra, com resultados conhecidos e que são a imagem de marca de muitos concelhos do Algarve, os promotores decidiram agora construir na água, em plena foz do rio Arade.

Em comunicado à imprensa, a Comissão Concelhia de Portimão do PCP manifesta o seu veemente protesto contra este «desmando» e exige das autoridades competentes a «imediata demolição dos edifícios que representam uma vergonha para o concelho».

Os comunistas consideram que a construção de dois edifícios dentro de água, junto à Fortaleza de Santa Catarina, classificada como monumento nacional, representa «um crime urbanístico inqualificável que põe em causa a qualidade da paisagem e do ambiente».

Ao longo dos anos, a maioria do PS na Câmara Municipi-

pal tem pactuado com a especulação imobiliária, com gra-

ves consequências no ordenamento do território, de que a Praia da Rocha é já o mais visível e triste exemplo. Agora o novo empreendimento, em pleno estuário do Arade, «irá degradar ainda mais a qualidade do turismo», «liquidando o que ainda

resta da bela paisagem e do ambiente».

O PCP acusa o Governo e a Câmara PS de ceder aos «interesses desmedidos dos grandes grupos económicos, que não olham a meios para atingir os seus fins de lucro fácil e a qualquer preço».

O que resta da paisagem da Praia da Rocha está seriamente ameaçado por um novo projecto (foto de arquivo)



Salário Mínimo e Pensões Actualizações defraudam expectativas

«O anúncio por parte do Governo da actualização do Salário Mínimo Nacional para o próximo ano, bem como das pensões e de outras prestações sociais, defrauda as legítimas expectativas criadas na opinião pública», considerou Edgar Correia, da Comissão Política do PCP, numa declaração divulgada na passada semana.

O dirigente comunista acrescenta que os valores anunciados estão aquém das «possibilidades existentes de elevar de forma mais significativa os baixos mínimos sociais existentes no nosso país», sublinhando que na

determinação do novo Salário Mínimo Nacional o Governo deveria ter tido em conta «o aumento da inflação previsto no presente ano (2,3%) e o também previsto crescimento da produtividade (3%)». Contudo, refere, «o que se observa é que a decisão do Conselho de Ministros fica claramente abaixo dessa fasquia.

«Idêntica situação se verifica, por arrastamento, em relação à actualização em apenas 4,1% das pensões de velhice e de invalidez do regime contributivo para beneficiários com 15 ou mais anos de contribuições.

«As pensões do regime contributivo para beneficiários com menos de 15 anos e as pensões do regime não contributivo e equiparados (pensão social) e do regime dos trabalhadores agrícolas que, como se sabe, não foram contemplados pelo governo anterior com qualquer aumento extraordinário, ao registarem uma actualização apenas de 4,5% foram mantidas, também, claramente abaixo de um nível de evolução perfeitamente suportável pela economia do país e pelo orçamento da Segurança Social».

O PCP critica ainda o facto de «o Governo tratar de forma menos favorável os beneficiários que procederam a descontos para a Segurança Social até 15 anos do que os beneficiários dos regimes não contributivos ou fracamente contributivos».

Edgar Correia recordou que os projectos de lei apresentados na AR pelo PCP, na presente legislatura, estabelecem que «o aumento do Salário Mínimo Nacional não seja inferior a 3% acima do valor da inflação (acima de 5,3%, portanto), o mesmo vigorando para a generalidade das pensões mínimas (quer do regime geral, quer dos regimes não contributivos), a que propõe que seja somado um aumento extraordinário situado entre os 2000\$00 e os 2300\$00 para as pensões que anteriormente não beneficiaram de tal medida».

«Absolutamente insatisfeito com os valores agora anunciados pelo Governo, o PCP torna público que irá prosseguir a sua intervenção e a sua luta em torno das propostas que apresentou na Assembleia da República e que correspondem a mínimos sociais perfeitamente comportáveis quer pela realidade económica portuguesa quer pelo orçamento da Segurança Social».

Que diria Manuel Teixeira Gomes?

Neste ano em que Portimão presta homenagem a Manuel Teixeira Gomes, que há 75 anos lhe conferiu o estatuto de cidade, uma pergunta me parece oportuna: - que diria esse amante da beleza ática da nossa paisagem dos crimes contra ela cometidos?

Neste ano de comemoração foi a própria foz do rio Arade, tão maravilhosamente descrita por Teixeira Gomes, que sofreu o maior atentado paisagístico destes três quartos de século. Quem não recorda as suas descrições deslumbrantes do entardecer envolvendo em harmonias de lilás e púrpura a Ponta do Altar, a Fortaleza e o percurso do rio, tendo como plano de fundo a serra de Monchique diluída em anil?

Pois a partir de agora, a menos que um camartelo movido pelo bom senso venha a arrasar os aleijões que desfiguram o rio, essa paisagem descrita por Teixeira Gomes deixou de existir.

Mesmo junto à Fortaleza, estrangulando a foz que era ampla e serenamente reflectia a outra margem, foi construída uma língua de areia artificial sobre a qual acabam de ser implantados vários edifícios que entram pelo rio adentro.

Que efeitos poderá ter tal aleijão no assoreamento do rio, que prejuízos causará à faina da pesca, são questões que aparentemente não preocupam minimamente o Ministério do Ambiente, nem o Ministério da Economia, que aliás não mandaram proceder a quaisquer estudos prévios de impacto ambiental.

A Junta Autónoma dos Portos do Barlavento do Algarve (actualmente parece denominar-se Instituto Portuário do Sul), entidade que coordenou o projecto, aparentemente não teve em conta o parecer desfavorável do Ministério da Marinha.

Note-se que não é propriamente a marina com os seus pontões de amarração que destrói a paisagem, mas sim aqueles blocos de dois pisos construídos para fins comerciais na sequência de uma tão desenfreada especulação imobiliária, que agora até invade as próprias águas do rio.

É assim, em nome de inconfessados interesses, mais uma vez nós, portimonenses, assistimos à destruição do nosso património natural.

Depois da sobrecarga sobre as falésias da Praia da Rocha de monstros de cimento a copiar Torremolinhas, conforme ambição confessada por um autarca, surge agora este novo atentado paisagístico à foz do rio Arade, com a permissão da Câmara de Portimão.

É uma nódoa a ensombrar as comemorações que desejaríamos bem festivas dos 75 anos de elevação da nossa terra a cidade. Que diria Teixeira Gomes?

■ Margarida Tengarrinha

Célula da CM de Cascais convoca 1.ª Assembleia

A Célula da Câmara Municipal de Cascais do PCP convocou a 1.ª Assembleia de Organização para o próximo dia 8 de Dezembro, no Centro de Trabalho de Alcabideche.

A Assembleia irá para a situação dos trabalhadores da autarquia e dos serviços prestados à população, tendo ainda como objectivos eleger um secretariado de Célula; recrutar cinco novos camaradas; reforçar a influência nos organismos de trabalhadores, comissão de trabalhadores e comissão sindical; e lutar pelo funcionamento das comissões de higiene e segurança no trabalho.

A realização de uma iniciativa mensal (plenário de militantes, almoço ou debate), bem como a edição regular de uma folha informativa aos trabalhadores sobre as propostas do Partido nos vários sectores, são igualmente aspectos a serem decididos pela Assembleia.

A Célula considera que os trabalhadores da autarquia têm sido «vítimas da opção política do PS/PSD/PP de privatizar cada vez mais serviços municipais» e afirma que em resultado da entrega de parte dos Serviços de Higiene e Limpeza, «os trabalhadores ficaram sem condições de trabalho na empresa Suma e sem instalações».

Enquanto isso, na Câmara, registam-se graves deficiências ao nível da higiene e segurança: «os extintores não são mudados há quatro anos, e não são distribuídas luvas e botas que existem em armazém».

A Célula acrescenta que a referida empresa nem sequer está a cumprir o caderno de encargos assumido com a Câmara e a população, concluindo que quem está a pagar esta opção «mais barata», no dizer do presidente Judas, são os trabalhadores e a população.

Ponta Delgada

Centro comercial arrasa lojistas

O deputado comunista Paulo Valadão apresentou um requerimento na Assembleia Legislativa Regional em que coloca sérias preocupações quanto à eventual instalação de um mega centro comercial com mais de 150 lojas, em Ponta Delgada.

Segundo o deputado comunista tal projecto, a concretizar-se, teria uma dimensão semelhante ao Cascais-Shopping e, citando um estudo actualizado, poderia traduzir-se numa quebra brusca de vendas do comércio tradicional, estimada entre 16 a 21 por cento, provocando pro-

fundos efeitos negativos na vivência do centro urbano tradicional e histórico da cidade.

Paulo Valadão alerta ainda para a reduzida dimensão do mercado ilhéu, onde, por enquanto, o turismo e os serviços não geram uma população flutuante suficiente para suportar de forma estável as lojas do comércio tradicional, e sugere que à semelhança do que se passa na Região Autónoma da Madeira se legisle no sentido de defender o comércio tradicional e regulamentar a instalação de unidades comerciais de dimensão relevante.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PS chumba
baixa
de tarifas

A bancada do PS, tal como previmos na última edição do «Avente!», chumbou o projecto de resolução do PCP que recomenda ao Governo uma redução de 10 por cento no preço das tarifas de electricidade. Não deixa igualmente de ser significativo que o PSD e PP tenham optado pela abstenção, distanciando-se assim de uma iniciativa de inegável alcance social e económico, sobretudo para as famílias e para as pequenas e médias empresas. Recorde-se que o nosso País é no conjunto da União Europeia aquele em que os consumidores pagam mais na factura da energia eléctrica, em termos de paridade de compra.

Apoio
a Comércio

O Grupo Parlamentar do PCP requereu a realização de um debate de urgência sobre o PROCOM

- Programa de Apoio à Modernização do Comércio. Justificando esta iniciativa, em carta dirigida ao Presidente da Assembleia da República, Octávio Teixeira recorda que o anterior Governo, através do secretário de Estado do Comércio, incentivou o comércio tradicional e as autarquias a apresentarem projectos com vista à modernização dos seus estabelecimentos e à requalificação dos espaços urbanos. Depois de muitas promessas, sucede, porém, um pouco por todo o País, que têm ocorrido inexplicáveis atrasos na homologação dos projectos e no pagamento das subvenções, o que tem provocado sérias perturbações e prejuízos em todo o sector, designadamente em comerciantes que iniciaram as obras, alguns deles com recurso a crédito bancário.

Fiscalização
das
secretas

Deverá ocorrer hoje, de acordo com a decisão da última conferência de líderes parlamentares, a eleição dos três

membros do Conselho de Fiscalização do SIRP (Serviços de Informações da República Portuguesa), SIS (Serviço de Informações de Segurança) e o SIEDM (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares). Este Conselho de Fiscalização encontra-se inoperacional há cerca de quatro anos, por exclusiva responsabilidade do PS e PSD, facto que sempre motivou duras críticas por parte da bancada comunista. Prevista para hoje está também a eleição dos cinco membros designados pela Assembleia da República para o Conselho de Estado e ainda dos elementos para a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Assembleia do Atlântico Norte e Assembleia da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

Acordo de pescas com Marrocos
Inércia do Governo lesa o país

O Governo português não está isento de culpas no processo que veio a ter como desfecho a ausência de acordo entre a União Europeia e Marrocos em matéria de pescas. A esta conclusão se chegou, na semana transacta, no decorrer do debate de urgência sobre a questão suscitado pela bancada comunista.

Apesar das advertências feitas em devido tempo pelo PCP quanto à necessidade de prever contrapartidas na renovação do Acordo de Pescas, como recordou Honório Novo, o Governo português primou pela inércia, quando era fundamental ter agido para que o Conselho de Ministros dos 15 «mandatasse atempadamente a Comissão para iniciar negociações».

Para a bancada comunista, que considera «lamentável a metodologia» seguida pelo Governo para a renovação do Acordo de Pescas com Marrocos, importa agora proceder a uma «negociação rápi-

da», uma vez que a inexistência de qualquer acordo em vigor implicará decerto a paralisação da actividade da frota portuguesa.

O deputado comunista alertou, entretanto, para o facto de qualquer novo acordo baseado na criação de sociedades mistas, como defende a Comissão europeia, não corresponder aos interesses do nosso País. É que, observou, a frota portuguesa, sendo do tipo familiar, não possui «capacidade tecnológica, administrativa e financeira para criar sociedades mistas», a que acresce a circunstância de tais sociedades mistas



implicarem «o abate de barcos à frota nacional, a sua matrícula em Marrocos, a obrigação de descarga de todo o peixe capturado em portos daquele país e a obrigação de contratação de tripulações quase inteiramente marroquinas».

Uma tal solução provocaria o desemprego massivo em Sesim-

bra e «consequências bem graves» em Olhão e na Fuzeta, advertiu Honório Novo, antes de considerar que o Governo só deveria aceitar um acordo do tipo misto, se, paralelamente, for assegurada a «manutenção de uma quantidade de licenças capazes de garantir a manutenção da actual frota naci-

onal em Marrocos». Defendida por Honório Novo foi ainda a necessidade de o Governo criar «compensações dignas para armadores e pescadores, pagas desde o início da paragem», bem como, noutra plano, o estabelecimento de condições que levem à criação de alternativas de pesca.

Crise no Porto 2001

As responsabilidades de Carrilho

Foi num ambiente de crítica generalizada à actuação do Ministro da Cultura que se realizou o debate parlamentar de urgência sobre a crise que levou à demissão de Artur Santos Silva e dos restantes membros responsáveis pelo Porto 2001. Com António Guterres ausente do debate, facto considerado por João Amaral como «inaceitável», Manuel

Carrilho invocou para justificar as suas discordâncias com o ex-presidente da sociedade «Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura» os «salários milionários» e uma «administração em *part-time*». Num discurso particularmente violento, o ministro da Cultura acusou Santos Silva de procurar «esconder a ineficácia de uma administração em *part-*

time, sôfrega de dinheiro mas carente de realismo». Pior ainda, de «ocultar a ausência de resultados», afirmando a este propósito que «não há uma só obra em curso e não se conhece um vislumbre da programação calendarizada e orçamentada».

Reagindo à intervenção do Ministro da Cultura, João Amaral, em nome do PCP, classificou-a

como «um dos mais despudorados exercícios de arrogância política a que alguma vez a Assembleia da República assistiu». Também a alusão de Carrilho aos salários milionários não escapou ao comentário do parlamentar comunista, apelidando-a de «nível rasca de argumentação». «A Cultura que aqui praticamos é também a cultura democrática e essa vincula-nos a todos», sublinhou João Amaral, que não deixou de questionar ainda as responsabilidades de Manuel Maria Carrilho em todo o que se passou nos últimos meses.

Esta foi, de resto, a principal questão em torno da qual a bancada comunista procurou centrar o debate.

É que, como foi referido, está por saber «se este Ministro da Cultura provou nestes meses oferecer garantias de efectivo apoio ao projecto tal como ele está desenhado». Mais ainda, disse-o João Amaral, «se com a sua subsistência como Ministro da Cultura o processo tem condições para prosseguir com êxito». A questão das responsabilidades do titular da pasta em todo este processo levou mesmo João Amaral a pedir a demissão de Carrilho. Isto porque, explicou, não tendo aquele membro do Governo assumido as suas responsabilidades, e perante «todos os contenciosos e erros acumulados, a melhor saída para garantir condições de sucesso ao Porto 2001 seria a saída do Ministro da Cultura».



O Governo tem grandes responsabilidades na crise que atingiu o Porto 2001- Capital Europeia da Cultura

Congratulação
pela Declaração
de Havana

A Assembleia da República aprovou, na passada semana, três votos de congratulação pelos resultados da IX Cimeira Ibero-Americana de Cuba apresentados pelo PS, PCP e CDS/PP. Um texto sobre a mesma matéria apresentado pelo Bloco de Esquerda foi rejeitado.

Pronunciando-se sobre a Declaração de Havana e o conjunto de deliberações da Cimeira, o documento subscrito pelos parlamentares comunistas destaca, pela sua importância, a «criação de novos mecanismos para reforço da cooperação entre todos os países que integram o processo das Cimeiras Ibero-Americanas».

Assinalada é, em segundo lugar, a «vigorosa análise crítica das consequências da liberalização dos movimentos financeiros na economia globalizada, consequências no plano da pobreza e da falta de desenvolvimento que afecta várias regiões do globo, designadamente a Ibero-Americana».

Os comunistas salientam também a «firme condenação do embargo decretado e executado pelos Estados Unidos contra Cuba», considerando, neste quadro, que é «da maior importância a defesa da soberania dos Estados com a condenação explícita da extraterritorialidade das leis, designadamente da Lei Helms-Burton».

Registado é, por último, o «compromisso unânime dos países participantes de fortalecerem as instituições democráticas, o pluralismo político, o Estado de Direito e o respeito pelos Direitos Humanos e liberdades fundamentais, incluindo o direito ao desenvolvimento».

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Sistema político

Aperfeiçoar sim degradar não

A reforma do sistema político foi uma das questões mais em foco na sessão solene com que a Assembleia da República assinalou a abertura da VIII Legislatura. Várias foram as referências ao tema. Sobre ele se pronunciou, designadamente, o Grupo parlamentar do PCP, para quem o aperfeiçoamento do sistema político deve fazer-se sem o recurso a leis eleitorais que levem a «uma bipolarização artificial», mas que «aprofundem a proporcionalidade» da representação parlamentar.

Também o Presidente da República, depois de ter considerado urgente uma reforma do sistema político que renove a confiança dos cidadãos nas instituições, manifestou a sua «disponibilidade total para contribuir, dentro dos limites constitucionais, com o exercício de uma magistratura de incentivo, conciliação e consenso, quando disso puder depender o sucesso das respostas a dar às expectativas dos portugueses».

Almeida Santos, pelo seu lado, sem deixar de admitir a existência de «uma verdadeira crise institucional», não deixou de dizer que a reforma do sistema político, porém, só terá êxito em «concerto europeu» e no quadro de «uma verdadeira revolução institucional».

Tomando como ponto de partida a constatação da «regular tendência de crescimento da abstenção», fenómeno que disse ser um dos factores de preocupação no funcionamento do sistema político, o presidente da formação comunista, Octávio Teixeira, considerou que uma tal

razão não poderá servir nunca de pretexto para viciar as regras do jogo.

«Há, por exemplo, os que sob este “chapéu de chuva” querem alterar as regras da proporcionalidade (já agora distorcida) para conseguir mais peso político na Assembleia da República, com os mesmos ou até com menos votos», denunciou, «tal como há quem queira justificar, com as “culpas” do sistema político, as promessas aos eleitores que não sabem ou não querem cumprir».

Num discurso em que deixou clara a inteira disponibilidade da bancada comunista para «aperfeiçoar o sistema político», mas nunca «para o degradar», Octávio Teixeira considerou como «facto imprescindível» a necessidade de melhorar a «identificação dos cidadãos com o sistema político», bem como a melhoria da «vida democrática e da qualidade e possibilidades efectivas de participação dos cidadãos».

Mas isso não justifica, sublinhou, «operações de engenharia eleitoral» de que resultem a dis-

torção da «conversão democrática dos votos em mandatos» ou a adulteração dos «comportamentos eleitorais».

No perspectiva do efectivo aperfeiçoamento do sistema político, o que importa, pois, no entender dos comunistas, é o «reforço da proporcionalidade do sistema eleitoral e da intervenção dos cidadãos no exercício do Poder», bem como «uma maior responsabilização dos políticos», a par da «criação de condições para maior rapidez na investigação e julgamento dos processos que envolvam grupos económicos ou políticos».

Destacados por Octávio Teixeira como elementos necessários à mudança que urge operar foram também, por um lado, a «criação de registos de interesses para todos os cargos políticos», e, por outro lado, o «alargamento do período e conteúdo de impedimento do exercício de certas funções privadas após exercício de certas funções políticas e públicas».

A proibição do financiamento dos partidos políticos por empresas, a efectiva redução substancial das despesas eleitorais, e a necessidade de fazer chegar a «democracia a todo o País, particularmente ao interior das empresas e a instituições em que direitos elementares continuam a ser recusados aos que as integram», constituem outras tantas medidas preconizadas pelo Grupo comunista.



Os graves problemas sociais das mulheres continuam a empurrá-las para o aborto clandestino e, também por isso, não se pode desistir da luta pela despenalização

Por iniciativa do PCP

Despenalização do aborto volta ao Parlamento

A despenalização da interrupção voluntária da gravidez volta a estar na ordem do dia da agenda política. Honrando os compromissos por si assumidos com os eleitores, o Grupo Parlamentar do PCP entregou na semana transacta um projecto de lei que despenaliza o aborto quando realizado nas primeiras 12 semanas a pedido da mulher. Nos casos de mãe toxicodependente este período é alargado até às 16 semanas.

Garantir uma maternidade consciente e responsável continua a ser o principal objectivo que anima o PCP, consciente que está de que esse direito continua a ser negado a um grande número de mulheres, empurradas por circunstâncias várias para o aborto clandestino.

É esta situação que o Grupo comunista quer ver alterada na presente Legislatura, defendendo, para tanto, que, sem precipitação, seja encontrado o melhor momento para que do agendamento da discussão e votação do diploma resulte finalmente a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

Nesse sentido, como salienta a bancada comunista em nota aos órgãos de comunicação social, é de primordial importância que o projecto «beneficie do apoio necessário», quer no Parlamento quer na sociedade portuguesa.

Trata-se, no fundo – e foi essa a disponibilidade que os comunistas desde já revelaram –, de congregar a vontade de todos quanto lutam por esta alteração, continuando o PCP simultaneamente a intervir no sentido de garantir a aplicação da Lei da Saúde Reprodutiva, designadamente no que diz respeito à efectiva introdução da educação sexual nos programas do ensino básico e secundário, considerado essencial para reduzir o recurso ao aborto.

Reiterada pelo Grupo Parlamentar do PCP foi igualmente a sua determinação em continuar a luta contra as crescentes discriminações das mulheres trabalhadoras e pela efectiva garantia da função social.

Reconhecidos em projecto de lei do PCP

Direitos fundamentais dos militares

Garantir aos militares o exercício dos direitos de associação, expressão, reunião, manifestação e petição colectiva, embora com algumas restrições, tal é, em substância, o principal objectivo de um projecto de lei do Grupo Parlamentar do PCP entregue na semana transacta no Parlamento.

O diploma altera o artigo 31 da Lei de Defesa Nacional, que a bancada comunista classifica de «obsoleto e restritivo do regime de exercício dos direitos fundamentais» dos militares abrangidos.

Depois de idêntica iniciativa sua na Legislatura passada, que viria a ser inviabilizada pelo PSD e PP, face à necessidade de obtenção de 2/3 dos votos, os deputados comunistas entendem ser oportuno recolocar o assunto na agenda parlamentar.

Trata-se, pois, de rever um artigo – o «regime de restrição dos direitos dos militares», aprovado em 1982 após a extinção do Conselho da Revolução –, que foi «influenciado por uma conjuntura

muito complexa e particularmente adversa ao reconhecimento aberto dos direitos fundamentais dos membros das Forças Armadas». Nesse contexto, recordam na nota preambular do seu projecto de lei, direitos como o «de associação, expressão, reunião, manifestação, petição colectiva e capacidade eleitoral passiva sofreram restrições que vão muito além dos limites constitucionais da necessidade, adequação e proporcionalidade».

Para a bancada do PCP, 17 anos volvidos, o artigo 31 da Lei de Defesa Nacional aparece assim «como obsoleto, excessivo e desajustado face à evolução histórica entretanto verificada não só no plano nacional e internacional, como no plano específico das Forças Armadas Portuguesas».

De acordo com o primeiro ponto da nova redacção dada ao artigo 31.º, «os militares gozam dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente estabelecidos, mas o exercício dos direitos de associação, expres-



Neste final de século nada justifica o carácter obsoleto e fortemente restritivo que marca o regime de exercício de direitos pelos militares

são, reunião, manifestação e petição colectiva sofre as restrições constantes dos números seguintes».

Garantindo a liberdade de associação, o diploma veda aos militares a filiação em partidos ou associações políticas e sindicais, proibindo também os mili-

tares de proferirem «declarações públicas que violem o dever de apartidarismo ou que forneçam dados classificados que ponham em risco a Defesa Nacional».

Por outro lado, o diploma reconhece aos militares o direito de reunião, embora os impe-

ça de «convocar ou participar em qualquer encontro de carácter partidário ou sindical, excepto se trajarem civilmente e sem usar da palavra nem fazer parte da mesa ou exercer qualquer outra função».

«Os militares não podem convocar ou participar em

manifestações de carácter partidário ou sindical», refere ainda o documento, podendo, no entanto, «promover ou apresentar petições colectivas dirigidas aos órgãos de soberania ou aos respectivos superiores hierárquicos, excepto sobre assuntos de carácter político-partidário ou respeitantes à actividade operacional das Forças Armadas».

O projecto de lei permite a eleição de militares para os órgãos de soberania e do poder regional e local, embora condicionada a um pedido de passagem à reserva ou de licença sem vencimento que «em tempo de paz, não podem ser recusados».

«Aos militares não é reconhecido o direito à greve», refere ainda o diploma, no qual se afirma ainda que «no exercício das suas funções, os cidadãos que se encontram a prestar serviço militar obrigatório estão exclusivamente ao serviço do interesse público, estando sujeitos ao dever de isenção partidária».

TRABALHADORES

Plenário em Aveiro

No âmbito da dinamização e preparação da participação do movimento sindical do distrito de Aveiro no próximo congresso da CGTP, foi convocado para ontem um plenário de sindicatos. De acordo com o departamento de informação da União dos Sindicatos de Aveiro, no plenário iam participar o coordenador da USA, Joaquim Almeida, outros membros da Comissão Executiva da Intersindical Nacional, e delegações dos sindicatos do distrito.



Fartos de promessas adiadas há nove anos, os trabalhadores passaram à luta e explicaram os seus motivos à população da zona onde a empresa funciona

OGME em greve

A greve da passada quinta-feira, dia 18, nas Oficinas Gerais de Material de Engenharia, teve uma adesão de 98 por cento, informou o Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, que promoveu a paralisação, no quadro do «mês de luta» a decorrer no sector.

Durante a greve, os trabalhadores saíram da empresa e, em marcha na zona de Belém, distribuíram documentos à população, informando dos motivos da luta. Tal como já sucedeu na Administração Pública, no Arsenal do Alfeite e nas carreiras militares, o pessoal das OGME (e demais estabelecimentos fabris do Exército: OGFE, Manutenção Militar e Laboratório Militar) exige a revisão das suas carreiras profissionais e uma actualização salarial intercalar.

No folheto distribuído em Belém, os trabalhadores perguntam se «será justo que um jovem operário, em início de carreira, leve para casa apenas 64 contos» ou que «um trabalhador, depois de trinta anos de carreira, leve para casa cerca de 95 contos». Explicam que o pessoal das OGME são «trabalhadores especializados, imprescindíveis ao Exército português, nomeadamente no apoio às operações de paz». Ali é feita reparação e manutenção de viaturas e de armamento pesado, bem como de equipamentos de intendência (cozinhas fixas e móveis); é feita a transformação de viaturas, cabinas, atrelados e depósitos de água. Há nove anos que aguardam respostas dos sucessivos governos e chefes do Estado-Maior do Exército às suas reivindicações.

Contra o despedimento na Sanofi/Synthelabo

Foi convocada para ontem, junto do Atrium Saldanha, uma concentração de trabalhadores e activistas sindicais da Sanofi/Synthelabo, contra o processo de despedimento colectivo desencadeado pela multinacional farmacêutica. A direcção da empresa, que tem sede naquele edifício, «não tem conseguido quebrar a firme resistência de 11 trabalhadores», apesar de «persistir em pressões, ameaças e intimidações», salienta o sindicato do sector.

Para o Siquifa/CGTP, «é vergonhoso que uma empresa, como a Sanofi/Synthelabo, que em 1998 alcançou um volume de vendas superior a 153 milhões de contos, desfrutando de invejável situação financeira e não se lhe conhecendo nenhuma razão que fundamente a utilização do despedimento colectivo, utilize este recurso como estratégia para subverter e desrespeitar a legislação portuguesa». A direcção do sindicato acusa o Governo de se manter «inoperante e indiferente perante a grosseira ofensiva contra os trabalhadores».

Uma organização mais forte

Depoimento de Américo Nunes, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN

«Avante!»: No projecto de Programa de Acção são assumidas as conclusões da 3.ª Conferência de Organização Sindical, realizada no Porto, a 27 e 28 de Novembro de 1998. Desde então, que passos já foram dados no sentido de «reestruturar, fortalecer e inovar»?

Américo Nunes: De facto, a Conferência foi o pontapé de saída para a preparação do 9.º Congresso da CGTP-IN. Daí que as suas conclusões – sobre a evolução do emprego e da estrutura empresarial em Portugal, as alterações na organização do trabalho, a situação e evolução da organização sindical, o papel e a necessidade dos sindicatos no mundo actual, entre outros temas – integrem as teses a apresentar ao Congresso.



Mas a Conferência não foi apenas estudo, reflexão e produção de orientações para o trabalho em matéria especializada, para agora consagrar programaticamente, no congresso. Dali saíram decisões para a acção, em especial para o combate ao pacote laboral do Governo do PS, que desembocaram na maior manifestação dos últimos 10 ou 15 anos, com

50 mil trabalhadores vindos de todo o País, no dia 25 de Março, frente à AR, onde a presença massiva da juventude foi um factor novo e de grande vitalidade e importância.

Como poderá ver-se, no relatório a apresentar pelo Conselho Nacional ao Congresso, manteve-se em 1998, pelo quarto ano consecutivo, o aumento real da quotização paga pelos trabalhadores aos sindicatos filiados na CGTP-IN, o que quer dizer que, globalmente, foi sustida a tendência contínua de quebra do índice de sindicalização, verificada na década de 1985/95. Isto só pode ter sido conseguido com uma grande intervenção e ligação dos sindicatos aos trabalhadores e uma especial atenção à sindicalização de novos trabalhadores.

Depois da Conferência, houve dois importantes sectores que deram passos decisivos nos respectivos processos de reestruturação.

O sector do comércio, escritórios e serviços uniu os pequenos sindicatos distritais, muitos deles já sem massa crítica suficiente para se manterem activos, num sindicato nacional, o CESP, agregando perto de três dezenas de milhares de sócios e algumas centenas de dirigentes e delegados sindicais. É um processo ainda em curso, mas do qual já resultou uma maior activação dos pólos sindicais do interior e o reforço da organização e da unidade na acção na Brisa, por exemplo, e nas grandes superfícies do comércio. No plano interno, há um esforço de melhor aproveitamento dos meios humanos, financeiros, materiais e patrimoniais existentes, ao serviço dos trabalhadores, acompanhado da reorganização informática, ligando todo o sindicato entre as diversas regiões, via Internet, num exemplo de aproveitamento das novas tecnologias ao serviço da organização e da luta dos trabalhadores.

Nos transportes ferroviários, os sindicatos do Norte, Centro e Sul transformaram-se num sindicato nacional, extinguindo a respectiva federação e transformando uma estrutura demasiado pesada e onerosa num sindicato fortemente descentralizado regionalmente. Também as federações da Alimentação e da Hotelaria se fundiram numa só, mantendo os respectivos sindicatos filiados os âmbitos e identidades que possuíam à data dessa fusão.

Como se conjuga a criação de estruturas sindicais muito amplas com a necessidade de reforçar a ligação dos sindicatos aos trabalhadores e aos locais de trabalho?

Constituir estruturas mais fortes e amplas regional e sectorialmente, não só mantendo como melhorando a descentralização regional existente e potenciando uma melhor e mais forte e permanente ligação aos locais de trabalho, é de facto o maior desafio que se coloca aos processos de reestruturação pela via da junção de estruturas.

Aliás, se estes aspectos não forem com-

preendidos e concretizados com aquele sentido, serão inevitavelmente processos de reestruturação falhados. Por isso, nenhum processo de reestruturação pode incluir a extinção de qualquer pólo sindical activo, antes deve tender a dinamizá-los e a constituir outros. E, em regra, isso tem acontecido.

A descentralização básica é dos sindicatos. Assenta nos locais de trabalho, com a existência de sindicalizados e delegados sindicais, e nas localidades e regiões onde se situam esses locais de trabalho.

O sentido ideal da descentralização da estrutura, dos meios e da acção sindical é que todas as formas de descentralização aproximem e instalem o sindicato nos locais de trabalho e que todas as estruturas locais sejam uma base de delegação, ou delegações, de sindicatos, onde qualquer trabalhador, sindicalizado ou não, possa dirigir-se e ter apoio, mesmo que preliminar; espaços que se constituam em pólos sindicais activos, locais, regionais e intersectoriais, virados para a intervenção nas empresas, que, quando as condições o permitam e justifiquem, podem assumir a natureza de uniões locais.

O facto de um sindicato ter âmbito nacional não é impeditivo de que este tenha uma boa descentralização, até a pode favorecer, se as concepções de organização desenvolvidas tiverem esse objectivo. Aliás, os exemplos de descentralização de estrutura, órgãos, meios e acção mais bem conseguidos, em Portugal, encontram-se exactamente em sindicatos de âmbito nacional ou pluridistrital, como o STAL ou os sindicatos dos Correios, dos Enfermeiros e dos Professores, que têm órgãos eleitos baseados e activos ao nível do distrito e, em muitos casos, em âmbitos inferiores. Outros casos poderiam ainda ser citados.

Em que consistem as propostas de alterações aos Estatutos?

Mantém-se os grandes princípios – natureza de classe, unitária, democrática, de massas e de independência face ao Estado, ao capital, aos partidos e confissões religiosas –, bem como o sistema de órgãos e respectivas competências.

Todavia, para além de pequenos aperfeiçoamentos no articulado, vão ser propostas duas alterações com algum significado.

Uma delas, é a passagem do mandato de 3 para 4 anos, período que consideramos mais adequado ao actual estágio de desenvolvimento e estabilização da Central, e cuja função de garantir periodicidade democrática para a discussão de orientações e eleição da direcção se mantém plenamente.

A outra é a alteração da designação até agora usada para o camarada a quem é atribuída a função de coordenar o colectivo, de *coordenador* para *secretário-geral*. Trata-se de uma adequação a um dos nomes mais usados e implantados na sociedade para cargos semelhantes em organizações sociais e políticas. Mantém-se o Conselho Nacional como único órgão que vai beber a sua legitimidade na eleição por voto directo e secreto no Congresso, e é o Conselho a eleger posteriormente o Secretariado, a Comissão Executiva e o secretário-geral, este último mediante proposta da Comissão Executiva de entre um dos seus membros.

As competências, o princípio da prestação de contas e de subordinação ao colectivo mantêm-se, tanto para o secretário-geral como para cada um dos restantes membros que compõem os órgãos executivos.



O pontapé de saída para o 9.º Congresso foi dado há um ano, no Porto

TRABALHADORES

Menos
que mínimo

O aumento do salário mínimo não só é insuficiente, como demonstra que «o Governo não cumpre os compromissos que estabeleceu» nesta matéria, disse Joaquim Dionísio, da direcção da CGTP-IN. Segundo o sindicalista, citado pela Agência Lusa, existe o compromisso do Governo de que o salário mínimo se vá aproximando do salário médio, o que não se verifica com a actualização anunciada na semana passada, pois «o salário mínimo continua a crescer menos que o resto dos salários». O novo valor do salário mínimo anunciado pelo Governo é de 63 800 escudos, o que representa um aumento percentual de 4,1 por cento, mais 2500 escudos que o valor actual. Joaquim Dionísio lembrou que a proposta da CGTP apontava para um aumento mínimo de 5 mil escudos. Positivo, para o sindicalista, é o facto de o Governo ter fixado «o salário mínimo bastante antes do fim do ano, respondendo aliás a uma reivindicação antiga da CGTP».

Trabalho
e justiça

Dívidas de 20 milhões de contos, de créditos reclamados pelos trabalhadores, estão em causa em apenas 13 processos pendentes no concelho de Vila Franca de Xira, revelou a União dos Sindicatos de Lisboa, que leva hoje a cabo, no ISCTE, um colóquio sobre a Justiça no mundo do trabalho. A USL/CGTP pretende chamar assim a atenção para os direitos dos trabalhadores e as limitações ao seu exercício no interior das empresas, bem como para o funcionamento dos tribunais e a intervenção da Inspeção Geral do Trabalho.

Quadros
em congresso

Realiza-se amanhã e sábado, em Lisboa, o 4.º Congresso da Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos, que decorre sob o lema «Mais quadros com emprego, mais emprego com direitos». No congresso vão ser discutidas alterações aos Estatutos e o programa da confederação para o triénio até 2001. Vão também ser eleitas a Direcção Nacional e a Comissão Fiscalizadora.

Informação
médica

A 2.ª Conferência Nacional da Informação Médica, promovida pela Fequimetal/CGTP-IN, tem lugar amanhã e sábado, em Lisboa, sob o lema «O prestígio e a dignidade profissionais são o espelho do nosso comportamento». Em discussão vão estar medidas legislativas para consagração legal do Código de Ética e propostas de normas contratuais, a incluir na convenção colectiva que regulamenta o trabalho neste sector.



Os trabalhadores açorianos expressaram sexta-feira na rua o seu protesto por pagarem ainda mais e ganharem ainda menos que a média nacional

Pelo menos 5 contos para cada trabalhador Frente da Administração Pública entregou reivindicações para 2000

Uma actualização salarial de 6 por cento, com a garantia de que nenhum trabalhador será aumentado em menos de 5 mil escudos, é reclamada pela Frente Comum de Sindicatos, na proposta reivindicativa para o ano 2000.

A proposta dos sindicatos foi entregue segunda-feira ao secretário de Estado Alexandre Rosa, no Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública, dando assim início ao processo de revisão salarial anual.

Em declarações aos jornalistas, após a reunião, Paulo Trindade disse que cabe agora ao Governo dar rápido início às

negociações, embora o secretário de Estado não tenha adiantado uma data para a primeira reunião. O porta-voz da Frente Comum chamou a atenção para os baixos salários praticados no Estado e reafirmou a exigência de que seja ultrapassada a diferença entre o índice 100 e o salário mínimo nacional, actualmente situado em 7,6 por cento.

Os 6 por cento de aumento

são também reivindicados para as pensões dos aposentados da Administração Pública, a par da recuperação faseada do valor das reformas mais degradadas. Na proposta reivindicativa é exigido um aumento do subsídio de refeição para mil escudos.

Para além das matérias salariais, as reivindicações da Frente Comum, previamente discutidas pelos sindicatos com os trabalhadores, focam ainda a melhoria do sistema de carreiras profissionais, a defesa e melhoria do sistema de Segurança Social, o reforço do emprego público e a defesa e melhoria dos serviços públicos, entre outros pontos.

Manifestação
nos Açores

Com a participação de um milhar de trabalhadores da Administração Pública, regional e local, teve lugar sexta-feira, em Ponta Delgada, uma manifestação que percorreu as principais artérias da cidade, até à delegação da Assembleia Legislativa Regional.

Na cabeça da manifestação estiveram José Ernesto Cartaxo, da Comissão Executiva da CGTP-IN, um representante da União dos Sindicatos de São Miguel e Santa Maria, e os coordenadores regionais do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e do Sintap/UGT.

As reivindicações dos trabalhadores prendem-se com uma aspiração, já antiga, de que os custos da insularidade sejam compensados, não apenas para as empresas e os empresários, mas igualmente para os funcionários do Estado que, além de suportarem um custo de vida mais elevado do que a média nacional, têm salários inferiores à média dos trabalhadores por conta de outrem.

Há mais de 12 anos que os comunistas, na Assembleia Regional, apresentam propostas de acréscimo do salário mínimo, de uma remuneração complementar para a Administração Pública e de um acréscimo nas pensões. As propostas pioneiras do PCP, contudo, têm sido derrotadas.

O quadro, contudo, alterou-se, uma vez que PS e PSD acabaram por ceder e apresentar as suas propostas sobre esta matéria – que, no entanto, não são as mais favoráveis para os trabalhadores. O início dos debates no parlamento regional estava previsto para anteontem.

Curtumes
param hoje

Desde Maio que os salários deveriam estar actualizados na indústria de curtumes, mas nas negociações, que decorrem há vários meses, os industriais mantêm uma proposta de apenas 2 por cento de aumentos, ao mesmo tempo que pretendem sobrecarregar as categorias profissionais com novas funções, sem qualquer acréscimo na remuneração. Neste contexto, descrito pela FESETE/CGTP, os trabalhadores do sector decidiram, numa assembleia geral realizada em Alcanena, decretar greve para hoje, reclamando uma significativa melhoria dos salários, a actualização do subsídio de refeição e a criação de um grupo de trabalho para estudar a questão das categorias profissionais.

A proposta patronal «não pode ser aceite» e «não se justifica, mesmo em termos económicos», afirma a federação, notando que os curtumes alimentam o sector do calçado, o qual tem tido muito sucesso nas exportações.

Eleições

As listas identificadas com a CGTP obtiveram significativas vitórias em eleições para comissões de trabalhadores, realizadas no concelho de Famalicão. Segundo a União dos Sindicatos de Braga, na Leica (fábrica de aparelhos ópticos de precisão), a lista única obteve 306 votos dos 499 inscritos. Na ITA (Indústria Têxtil do Ave), votaram 119 dos 140 inscritos; a lista A, afecta à CGTP, obteve 70 votos e 2 mandatos, enquanto a lista B (trabalhadores não sindicalizados e outros sindicalizados na CGTP) alcançou 45 votos e 1 mandato.

Perfil

Foram pagos os salários em atraso, referentes a Setembro e Outubro, depois de os 15 trabalhadores da Perfil terem estado em greve de 2 a 17 de Novembro, informou o Sindicato da Construção do Sul. Na mesma nota de imprensa, revelava que, 18 meses após o encerramento da Carpintaria Mecânica de Odívelas, os seus 13 trabalhadores, despedidos pela Mundiplanos em Abril de 1998, receberam as indemnizações a que tinham direito por lei, depois de «longas negociações» do sindicato com a empresa.

Enfermeiros

No Hospital Reynaldo dos Santos, de Vila Franca de Xira, voltaram a ser afixados horários de trabalho dos enfermeiros onde há excesso de horas, programação ilegal de trabalho extraordinário e redução do número de enfermeiros por turno, denunciou o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses. Os delegados sindicais do SEP afirmam a necessidade de prosseguir «com mais firmeza» a luta iniciada há dois anos e exigem a demissão da enfermeira-chefe.



Greve na MEC

Os trabalhadores da MEC, em Santa Iria da Azóia, estiveram em greve na semana passada, reclamando aumento de salários, e concentraram-se à porta da empresa. Naquela fábrica de aparelhagem industrial as remunerações não são actualizadas há quase três anos ou, nalguns casos, há 7 anos. «Há muito tempo que os trabalhadores vêm reclamando da administração o aumento dos salários, mas esta refugia-se constantemente em desculpas, sem justificação alguma, tentando assim

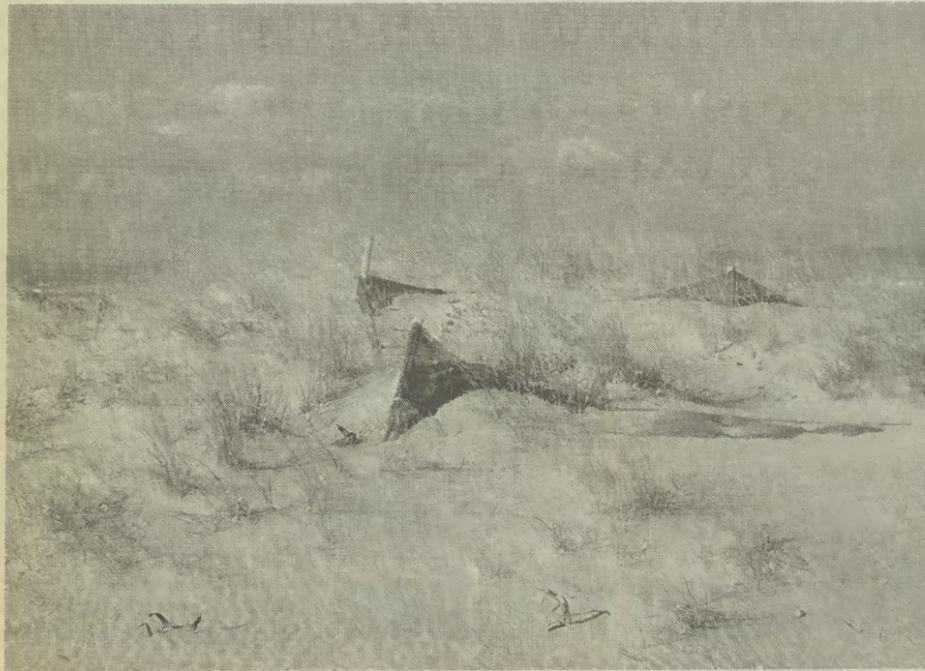
adiar a resolução do problema», afirma-se no documento que as organizações representativas dos trabalhadores elaboraram e foi distribuído à população e aos automobilistas que circulavam na EN 10 nos dias 16 e 17.

O sector de Empresas de Loures do PCP solidarizou-se com a luta, recordando que na MEC os salários foram aumentados em Março de 1992 e, desde então, só em 1997 tiveram um «acerto» de 2500 escudos, em média.

Aldeia do Meco

Um atentado urbanístico e ambiental

Estão neste momento em curso algumas iniciativas para tentar impedir a concretização de um grave atentado urbanístico e ambiental e evitar a construção de 2227 fogos na Praia da Aldeia do Meco. Para já o Supremo Tribunal Administrativo deu razão à empresa «Aldeia do Meco - SDT». Para barrar caminho a este mega-empreendimento, a pressão da opinião pública será fundamental.



As dunas devem continuar libertas da pressão urbanística

Avaliação de Impacte Ambiental

«Os Verdes» denunciam hipocrisia do Governo

A falta de vontade política do Governo em alterar o regime de Avaliação de Impacte Ambiental em Portugal, foi denunciada pelo Partido Ecológico «Os Verdes» na Assembleia da República.

A deputada Heloísa Apolónia denunciou a semana passada, em declaração política, a «completa falta de seriedade que tem pautado a acção do Governo nessa área, «permitindo e fomentando, desta forma, a destruição irreversível do património natural e da qualidade de vida dos cidadãos».

Com isto, sublinham «Os Verdes», o Governo «continua a permitir que os interesses dos grandes grupos económicos se sobreponham a um direito fundamental dos cidadãos, previsto na Constituição da República Portuguesa, o direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, permitindo que grandes obras

continuem a ser implementadas com estudos de impacte ambiental que não passam de mera formalidade e que mais não são que argumentos para fundamentar decisões já tomadas».

A deputada Heloísa Apolónia lembrou que o 13.º Governo constitucional «assumia como sua prioridade ao nível ambiental a credibilização da Avaliação de Impacte Ambiental» e que nada foi feito durante toda a legislatura.

Face a esta situação e porque «o regime de Avaliação de Impacte Ambiental é um dos instrumentos fundamentais da política de ambiente», «Os Verdes» vão voltar a apresentar, nesta legislatura, novo Projecto de Lei propondo um novo regime e esperam que «desta feita a Assembleia da República dê a volta necessária à garantia do futuro no ambiente, território e qualidade de vida em Portugal».

Imaginemos, num espaço onde hoje os areais se estendem a perder de vista entre as dunas e o mar e onde se não vê uma única construção, emergirem sobre as dunas edifícios de cinco e seis andares. Mais de dois mil fogos em plena praia, muitos milhares de habitantes onde de momento ainda é possível estar só ou em pequenos grupos, na natureza. Imaginemos a Ribeira da Prata transformada em costa algarvia. De um lado a ocupação de arribas, de outro a de dunas. De um lado lamentando-se ser demasiado tarde para arrear caminho. De outro tentando deliberadamente ignorar-se o que entretanto se aprendeu. Uma vez mais, em nome do lucro.

Este o facto mais grave e chocante, nas palavras de Augusto Pólvora, vereador da CDU na Câmara de Sesimbra, ao «Avante!».

Neste momento o alvará de loteamento já foi emitido e, legalmente, o empreendimento poderá avançar. Entretanto, e conforme as propostas oportunamente avançadas pela CDU, a Câmara iniciou finalmente, com um atraso de meses, contactos com diferentes entidades.

«O contacto mais frutuoso, até agora, foi com o ICN - Instituto de Conservação da Natureza», diz-nos Augusto Pólvora. Em causa está a possibilidade de invocar os compromissos assumidos pelo Estado português, pois esta área integra a Rede Natura 2000.

Entretanto, «toda a ameaça subsiste» e para salvar a Praia do Meco outras acções serão possíveis. Augusto Pólvora refere, nomeadamente, a possibilidade da Assembleia da República avançar com uma legislação especial, invocando o interesse público. Naturalmente com a contrapartida de uma indemnização à empresa envolvida neste empreendimento.

Mas o fundamental - de par de todas as diligências e contactos - «a pressão da opinião pública, a mobilização da comunicação social», sublinha o vereador da CDU.

Um processo iniciado em 73

Este mega-projecto resulta de um processo iniciado em 1973, ano em que a empresa «Aldeia do Meco - Sociedade de Desenvolvimento Turístico», de capitais alemães, solicitou à Câmara de Sesimbra alvará para construir um loteamento que inclui um hotel de seis pisos e seiscentas camas, com fogos distribuídos por edifícios de cinco/seis pisos e algumas moradias.

A seguir ao 25 de Abril a então Comissão Administrativa que geria a Câmara Municipal indeferiu o pedido de loteamento.

A empresa voltou a tentar uma aprovação do seu projecto em 1991. Face à decisão do Supremo Tribunal Administrativo que ordenava à autarquia que emitisse o respectivo alvará, o executivo da Câmara interpôs recurso.

Esse recurso foi indeferido em Março deste ano pelo Supremo Tribunal Administrativo, que deu um prazo de seis meses à Câmara para emitir o alvará.

É neste ponto da situação que os autarcas da CDU denunciam o comportamento do presidente da autarquia que não deu conhecimento do assunto ao executivo municipal, nem pediu quaisquer pareceres jurídicos que sustentassem eventual recusa de emissão de alvará «por manifesto atentado ao interesse público municipal e nacional», como se diz em comunicado da CDU. A maioria socialista foi ainda indiferente às várias propostas entre-

tanto avançadas pela CDU, «tolhida pelo receio de afrontar uma decisão do Supremo Tribunal Administrativo que não soube enfrentar dentro do período legal que dispunha para o fazer».

O porquê de um voto contra

A CDU decidiu naturalmente votar contra a ratificação do alvará de loteamento da Praia do Meco, lembrando - ponto por ponto - as consequências da sua emissão.

Assim, com este alvará, será urbanizada «uma área de 66,4 ha, classificada no PDM de Sesimbra como Espaço Natural, com interdição total de construção». Esta área é também abrangida na Carta da REN, entretanto publicada, para além de integrar a Rede Natura 2000 e estar parcialmente abrangida pela legislação que visa a protecção das áreas costeiras. Por último, os projectos das obras de urbanização «não prevêem redes pluviais, e prevêem o encaminhamento dos esgotos para Estações de Tratamento sem projecto, prevenindo ainda que seja a Câmara a garantir o abastecimento de água ao loteamento».

Os autarcas da CDU sublinham que a emissão deste alvará «corresponde a um grave atentado ao interesse público municipal e nacional, e que a correcção de uma eventual deliberação ilegal da Câmara em 1974 não pode ser colmatada, como pretende o Supremo Tribunal Administrativo, com uma deliberação criminosa» para o futuro do concelho.

Consumada a emissão do alvará, a CDU apela «aos órgãos de soberania e à opinião pública a nível local e nacional para, por todos os meios, pôr termo a este atentado criminoso».

Linha de Sintra

Comissão de Utentes denuncia projectos de privatização

A Comissão de Utentes da Linha de Sintra acusou o presidente da CP (Caminhos de Ferro de Portugal), Crisóstomo Teixeira, de defender a privatização das linhas ferroviárias suburbanas e o consequente aumento do preço dos passes e bilhetes.

Em entrevista publicada pela revista «Visão» no passado mês de Outubro, Crisóstomo Teixeira diz ser pessoalmente adepto da privatização e defende, nomeadamente, um contrato de serviço público com uma empresa privada, que devem ser dadas compensações à empresa que ficar com este contrato, que este serviço de transporte deixe de ser um serviço social.

Crisóstomo Teixeira afirma que «a actividade dos suburbanos de Lisboa tende para o equilíbrio mas não é rentável até porque as tarifas correspondem sensivelmente a metade das rodoviárias». O presidente da CP considera esta situação «insustentável», defendendo que «um aumento na ordem dos 10 por cento (...) já equilibrava a exploração e não assustaria os clientes».

Em comentário a estas declarações, a Comissão de Utentes lembra que «quando este tipo de empresas é privatizada, os preços disparam, os horários oferecidos passam a ser mais reduzidos, de pior qualidade e a circulação menos segura».

Os representantes dos utentes concluem que o único beneficiário de uma possível privatização é o grupo económico a quem é entregue o contrato deste serviço público porque «o Estado oferece compensações financeiras e os utentes abrem ainda mais os cordões à bolsa».

Em comunicado à imprensa, a Comissão de utentes lembra que o transporte ferroviário é considerado «o transporte de futuro pelo facto de não poluir, ser rápido e cómodo» e como tal «deveria ser incentivado».

A Comissão afirma a sua determinação em tudo fazer no sentido de «combater e impedir que esta gravosa medida, que se encontra na forja, vá por diante».

Pastores exigem medidas contra a brucelose

Cerca de 750 pastores concentraram-se no passado dia 15, em Mirandela, para analisar os problemas causados pela brucelose nos pequenos ruminantes e exigir do Governo medidas adequadas com vista à sua erradicação.

Na concentração, promovida pela Associação de Pastores Transmontanos, foi aprovado por unanimidade um documento dirigido às entidades oficiais e órgãos de informação, em que se avançam propostas concretas com vista à erradicação da brucelose.

A Associação de Pastores considera que as sucessivas políticas sanitárias dos vários governos falharam porque impuseram estratégias «que desconhecem a profunda e complexa realidade pecuária nacional».

Como exemplo de ineficácia dessas políticas, o documento refere o exemplo concreto da região transmontana que «exibe uma taxa elevadíssima de prevalência de brucelose, cerca de 10% dos animais rastreados são seropositivos e mais de

40% dos rebanhos estão infectados. Só no ano de 1998 foram abatidos 30 mil pequenos ruminantes e cerca de 300 pessoas contraíram a brucelose na região».

Face a esta situação, «com consequências gravíssimas na débil economia dos cerca de 5 mil produtores transmontanos», os pastores exigem a imediata revogação da legislação actual e avançam algumas propostas.

A Associação de Pastores propõe nomeadamente compensações financeiras e eficácia na detecção da doença e abate de animais, quando necessário.

Exige ainda a criação de um Seguro Pecuário, melhor relacionamento institucional e melhor coordenação dos serviços técnicos.

Por último, os pastores transmontanos pedem que «as entidades oficiais, em estreita colaboração com as associações do sector, promovam junto dos produtores uma campanha de informação e formação».

Timor-Leste

Partir para um novo início

A definição de uma linha política, a coordenação de poderes, são nesta fase de transição preocupações centrais em Timor-Leste. De par do regresso, que se tem vindo a arrastar, dos refugiados, da resposta às necessidades básicas, da elaboração e concretização de planos para o urgente desenvolvimento socioeconómico de um país arrasado.

O Conselho Supremo de Transição, que deverá funcionar acima da administração da ONU em Timor-Leste, está em fase de construção. Em causa, quer o número de elementos que o irão integrar, quer as responsabilidades que caberão a este órgão no governo de transição.

Sérgio Vieira de Mello, o administrador nomeado pelo Secretário-Geral da ONU para Timor-Leste, defende que é importante conseguir ao mesmo tempo dar a «legitimidade que o CNRT merece», mas «incluir timorenses de outras opiniões».

Uma possibilidade que o CNRT admite, tendo embora em conta algumas condições mínimas, em particular a exclusão imediata de qualquer timorense que «tenha cometido, defendido ou planeado qualquer acto de violência» em Timor-Leste «antes, durante e após a consulta».

A constituição deste Conselho vem na sequência das reuniões de trabalho havidas entre Sérgio Vieira de Mello e Xanana Gusmão, em Díli.

A articulação entre a ONU e o CNRT ao nível da administração de Timor-Leste e a concretização de políticas acordadas foram

os temas centrais da primeira reunião de trabalho entre o administrador da ONU e o dirigente da resistência. Um encontro que, nas palavras de Sérgio Vieira de Mello, serviu sobretudo para «limpar o ar», em particular depois das críticas de líderes timorenses quanto à falta de consulta por parte de estruturas da ONU.

«Partimos de um activismo político de muito longo tempo para uma capacidade técnica de gerir a nação» – constatou Xanana –, que sublinhou ainda: «Da nossa parte, todo o nosso empenho será contribuir para a missão da UNTAET que é o



objectivo de prepararmos os timorenses para gerir a sua nova nação».

«Estamos agora a partir para um novo início, para um período de muita importância para o nosso povo e o nosso país», sintetizou.

A este primeiro encontro iria suceder-se a participação conjunta de Xanana Gusmão e Sérgio Vieira de Mello, num momento muito especial – o primeiro contacto do presidente do CNRT com o povo de Díli, desde que regressou a Timor-Leste.

Numa grande sala – o ginásio da capital – que foi pequena para acolher os milhares de timorenses que o vieram ouvir, Xanana falou de democracia, como um processo que se constrói de baixo para cima e que só com a sociedade civil e a força democrática se pode «levar Timor para a frente».

Nestes mesmos dias teve lugar um outro encontro visan-



do melhorar a coordenação entre o Conselho da Resistência e a ONU. Ross Mountain, responsável da Organização de Coordenação da Assistência Humanitária a Timor-Leste (OCHA), acompanhado de uma equipa de responsáveis de outros órgãos da ONU, reuniu com o presidente do CNRT para uma maior coordenação entre as diferentes organizações.

Na vasta gama de assuntos debatidos, realce para um objectivo fundamental da resistência – reduzir a dependência face ao apoio humanitário, garantindo uma cada vez maior auto-suficiência.

Regresso e reconstrução

Em acordo assinado esta segunda-feira entre a Interfet e os militares indonésios, foi assumido o compromisso de «abertura das fronteiras» para permitir a mais rápida repatriação dos timorenses que se encontram em Timor Ocidental. Um documento que entretanto não é muito específico, comprometendo-se as duas partes a «fazer tudo o que lhes for possível» para garantir «um movimento rápido e sem obstáculos» dos refugiados».

Neste momento mais de 200 mil timorenses, obrigados a fugir de duas casas face à vaga de violência desencadeada por milícias e militares após o referendo, continuam em centenas de campos espalhados por

Timor Ocidental, muitos deles nas zonas fronteiriças. A sua repatriação tem vindo a ser dificultada por uma campanha de desinformação, por parte das milícias, de par de intimidação física, o que naturalmente gera um clima de medo.

Entretanto, mais de 85 000 timorenses já regressaram a Timor-Leste por terra, mar e ar, desde o início do programa de repatriamento, com cerca de 40 por cento desse número a atravessar espontaneamente a fronteira com Timor Ocidental.

Mais de 53 000 timorenses entraram no território em voos e navios fretados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e Organização Internacional de Migrações (OIM).

Para além do repatriamento, as duas actuais prioridades de apoio a Timor-Leste são os programas de distribuição de sementes e o envio para o território de materiais de construção.

Mais de 240 toneladas de sementes foram já entregues a oito centros de distribuição que posteriormente as vão canalizar para 144 locais em Timor-Leste para serem entregues aos agricultores.

Ao mesmo tempo, mais de 1500 kits de reconstrução – cada um deles servindo para a reconstrução de cinco habitações – estão a ser canalizados directamente para o Comité de Emergência do Conselho Nacional de

Resistência Timorense, para a Igreja e para instituições nacionais.

Para já, graves problemas permanecem por resolver, em particular no interior onde, como alertou Ximenes Belo, bispo de Díli, não há quase nenhuma ajuda às populações – nem comida nem cuidados médicos.

Um outro problema particularmente grave – muito comum em momentos de instabilidade e em que tudo falta – é o aproveitamento, pelos especuladores, da situação.

Neste momento, há pessoas que estão a vender a altos preços o arroz que é oferecido. Produtos essenciais acabam por ser comprados, a preços baixos, pelos especuladores, que os armazenam, e vendem depois a preços inflacionados.

Perante esta situação as Falintil (forças armadas da resistência timorense) estão a organizar postos de venda de géneros alimentares, que vão adquirir nas montanhas para vender a preços baixos. Uma forma de tentar pôr fim à inflação em Timor-Leste, onde produtos que antes da consulta de 30 de Agosto custavam 1500 rupias custam agora 15 000.

Esta situação é entretanto difícil de controlar e o momento crítico que os timorenses vivem de falta de alimento poderá estender-se até Fevereiro, altura da colheita do milho.

UNICEF prepara Programa de emergência

A UNICEF preparou para os próximos seis meses um programa de acção para Timor-Leste destinado a levar as crianças às escolas e que compreende, desde distribuição maciça de materiais, a incentivos para professores.

O programa, que começou já este mês, compreende uma procura intensiva de professores e material de estudo, que deve ficar concluída até ao final do ano, bem como uma avaliação detalhada dos recursos físicos e humanos existentes.

Numa Segunda fase, ainda antes do início do ano 2000, começam a ser implementados os restantes elementos do projecto, que incluem a reparação e construção das escolas e a impressão e desenvolvimento de material de ensino em tétum, a língua timorense.

O projecto prevê ainda apoio na criação de cursos intensivos de formação de professores e no desenvolvimento de currículos de ensino e ainda no fornecimento de material desportivo e de recreio.

Segundo o plano, serão distribuídos kits aos alunos com objectos como livros de exercícios, lápis, canetas e borrachas. Os professores receberão também material didáctico.

O plano da UNICEF inclui ainda a entrega de pacotes para desporto e tempos livres, contendo nomeadamente bolas, cordas para saltar ou tambores.

O programa é integralmente suportado pela UNICEF, ajudada pelo Programa Alimentar Mundial, que distribuirá arroz para os professores e a alimentação a ser dada nas escolas.

Wirianto implicado na violência

Generais indonésios, incluindo o actual ministro Wirianto, foram acusados, por uma comissão governamental, de envolvimento na onda de violência e destruição que devastou Timor-Leste.

Os altos militares indonésios serão convocados antes da investigação que será realizada por um tribunal de direitos humanos sobre as violações cometidas no território que a

Indonésia ocupou durante quase 24 anos.

As provas evidenciam que os generais planearam a onda de violência, estavam a par dos planos de destruição e nada fizeram para os impedir.

Entretanto, uma equipa judicial seguiu para Timor-Leste nesta terça-feira para investigar, na localidade de Suai, a primeira fossa comum encontrada depois da onda de violência que

se seguiu ao referendo sobre a independência.

Segundo testemunhas, a 6 de Setembro passado, cerca de 200 pessoas que procuravam refúgio na Igreja de Fátima, em Suai, foram assassinadas pelas milícias com a cumplicidade do exército indonésio.

O presidente do Comité de Investigação dos Abusos dos Direitos Humanos em Timor-Leste, Albert Hasibuan, no-

meado pelo presidente indonésio, foi pressionado para apresentar resultados e desse modo minimizar uma intervenção estrangeira nas investigações. Entretanto também é esperada no território esta semana uma equipa de cinco pessoas da ONU que, recebendo um mandato do Comité dos Direitos Humanos, irá investigar a violência praticada após o referendo.

Fidel esclarece

O chefe de Estado cubano, Fidel Castro, afirmou à Rádio Renascença que Havana sempre defendeu a independência de Timor-Leste e condenou os crimes cometidos no território.

«Sempre fomos partidários da independência de Timor e críticos dos crimes cometidos pelo Ocidente, o Ocidente que abandonou, pelas razões conhecidas, Timor. Ninguém mexeu um dedo quando foi declarada a independência», disse Fidel.

O dirigente cubano fez questão de esclarecer que o voto do Governo cubano contra a intervenção de uma força das nações Unidas em Timor-Leste não significa que Cuba tenha deixado de apoiar a transformação do território num Estado independente. A oposição de Cuba é dirigida «ao novo conceito estratégico da NATO», sublinhou Fidel Castro.

Para participar nas acções de ajuda humanitária em Timor-Leste «Cuba está em posição de enviar médicos para locais onde fizerem falta», disse Fidel, acrescentando que é uma questão que está a ser analisada.

Grécia Clinton recebido com manifestações de protesto

Vindo da Turquia e antes de rumar a Itália, Bill Clinton fez uma visita de 24 horas à Grécia. Mas, apesar de permanecer pouco tempo em Atenas, a sua presença esteve longe de passar despercebida. Milhares de pessoas manifestaram-se contra a intervenção da Nato na Jugoslávia, envolvendo-se em confrontos com as forças policiais.

Cerca de 10 mil pessoas manifestaram-se nas ruas da capital na sexta-feira, protestando contra a visita do presidente norte-americano e a intervenção da Nato na Jugoslávia, numa iniciativa convocada pelo Partido Comunista Grego (KKE) e por outras organizações de esquerda.

embaixada dos EUA. A intervenção não se fez esperar, com os agentes da polícia a usar bombas de gás lacrimogéneo e mangueiras de água a alta pressão. Os populares responderam com pedras e «coctails molotov». O incidente saldou-se com uma dezena de feridos, um número indeterminado de

Os protestos fizeram com que a visita do presidente americano fosse adiada seis vezes, em particular porque uma das datas escolhidas coincidia com a tradicional manifestação que comemora a revolta estudantil de 17 de Novembro de 1973 contra a ditadura militar, que se saldou com a morte de dezenas de pessoas. Os gregos não esquecem o apoio dado pelos Estados Unidos ao regime.

Clinton sabe disso e veio preparado. À chegada a Atenas, apelou ao bom acolhimento dos gregos. «Vim como um amigo da Grécia. Espero, impacientemente, desfrutar a hospitalidade grega», afirmou no aeroporto.

zada nos percursos feitos pelo presidente americano.

Condenações da política imperialista

A manifestação de sexta-feira foi a última de uma série de iniciativas contra Clinton e os EUA. No dia 8, teve lugar um espectáculo promovido por diversos artistas, que incluiu um «tribunal público» que julgou a política imperialista e terminou com um desfile de cerca de 5 mil pessoas até à embaixada norte-americana. No dia 12, mais de 10 mil pessoas participaram numa manifestação organizada pelo Partido Comunista, Dikki, Synapismos, Juventude Pasok e movimentos unitários. A 17 de Novembro, realizaram-se as comemorações anuais da revolta estudantil, com 20 mil pessoas.

«A visita do presidente Clinton à Grécia faz parte da tentativa dos EUA de imporem a «nova ordem» na região, incluindo aumentar o papel da Turquia, fazer com que a Grécia abandone o seu direito de veto (na União Europeia) e pressionando gregos e cipriotas para legitimarem os resultados da invasão e ocupação» de Chipre, acusou o líder do Dikki, Dimitris Tsovolas.

Mas não só a esquerda está contra Clinton. O dirigente do partido Nova Democracia (de direita), Costas Karamanlis, afirmou que «os EUA têm de perceber que a política que praticam de manter a mesma proximidade à Grécia e à Turquia encoraja a agressividade e as provocações turcas».



As medidas de segurança da polícia não impediram os gregos de protestarem contra Clinton e o papel que os EUA desempenharam na guerra da Jugoslávia

A manifestação de sábado acabou em confrontos violentos. Restringidos pelas forças de segurança a uma área fora do centro da cidade, os manifestantes tentaram cortar a barreira policial e levar os protestos à

detenções e muitas lojas e agências bancárias danificadas. Os manifestantes apelidaram Clinton de «fascista e assassino» e deixaram claro que «o carneiro dos Balcãs» não era bem-vindo.

As autoridades de Atenas convenceram-se da improbabilidade das boas vindas da população e planearam grandes medidas de segurança, que incluía a proibição da passagem de qualquer pessoa não autori-

Aniversário da morte de Franco Comemorações provocam distúrbios

Grupos antifascistas dinamarqueses envolveram-se em confrontos com a polícia, quando protestavam contra um concerto organizado por nazis europeus para assinalar 24.º aniversário da morte do ditador espanhol Francisco Franco.

Os incidentes tiveram lugar na noite de sábado, na cidade de Randers, e resultaram na detenção de oito manifestantes e no ferimento de quatro polícias.

Entretanto, o concerto prosseguiu, com nazis de vários países, em especial da Dinamarca, Alemanha e Suécia. Contudo, nem todos os participantes conseguiram lá chegar. A polícia deteve na fronteira com a Alemanha um autocarro com 25 nazis, na sua maioria acusados de diversos delitos.

Na Espanha, a morte de Franco também foi assinalada

com duas concentrações de franquistas e uma contramanifestação. Nas iniciativas comemorativas - que, de acordo com a Lusa, juntaram algumas centenas de pessoas -, os participantes pediram a libertação do ex-ditador chileno Augusto Pinochet e apelaram à unidade da extrema-direita nas próximas eleições gerais espanholas, marcadas para Março do próximo ano.

A contramanifestação contou com a participação de cerca de três mil pessoas, que responderam às invocações fascistas dos apoiantes de Franco e ao lema «Deus, Pátria e Justiça» e protestaram contra a «Lei de Estrangeiros» espanhola.

«1939-1999. Aqui ninguém se rende, hoje como ontem há razões para lutar», lia-se num cartaz. Um porta-voz da organi-

zação alertou para o crescente avanço da extrema-direita na Europa e a «escalada repressiva contra os movimentos sociais de carácter transformador».

Milhares de austríacos contra xenofobia

Dezenas de milhares de austríacos manifestaram-se recentemente em Viena contra o racismo e a xenofobia, numa iniciativa organizada por uma plataforma independente de intelectuais que contou com o apoio de 200 organizações humanitárias, políticas e religiosas.

Os manifestantes apelaram ao governo interino - composto pela coligação do Partido Social Democrata e do Partido Popular

- para que não pactue com a extrema-direita na formação do novo executivo. O Partido Liberal (FPO), conhecido pelas suas posições xenófobas e as suas declarações elogiosas ao III Reich, obteve 27 por cento dos votos nas eleições legislativas e tornou-se a segunda força política.

O presidente da SOS Racismo Internacional, Fode Sylla, afirmou que «a campanha xenófoba de Haider (o líder do FPO) é insuportável. Preocupa-nos o que poderá acontecer na França, Austria e toda a Europa».

«Muitos de nós estamos agora a dar-nos conta de que passámos demasiado tempo sem levantar a voz contra o racismo. Os xenófobos não são mais numerosos do que nós, apenas se notam mais», declarou uma manifestante na ocasião.

Florença A Cimeira dos Reformistas

«Há que cancelar [a dívida dos países pobres] porque os países que gastam o pouco que têm para pagar os juros desta dívida não estão em condições de comprar os nossos produtos nem de contratar os nossos serviços» - as palavras são do presidente norte-americano, Bill Clinton, e não deixam margem para dúvidas sobre os objectivos que nortearam a «cimeira dos reformistas», que nos dias 20 e 21 reuniu em Florença alguns dos principais dirigentes da social-democracia europeia e americana para debater a chamada «terceira via». Os discursos inflamados e as declarações de boas intenções não conseguiram sequer esconder que o que move a generalidade dos novos arautos da «democracia» e dos «direitos humanos» é o estrito interesse económico. Nada de novo, portanto.

As despesas do debate ficaram por conta do primeiro-ministro francês, Lionel Jospin, defensor da identidade nacional e da intervenção do Estado na sociedade, e da dupla anglo-saxónica formada por Clinton e pelo primeiro-ministro britânico, Tony Blair, dois indefectíveis da globalização e da subalternização do Estado aos interesses do capital.

Os restantes convivas optaram por não se comprometer em demasia. O chanceler alemão, Gerhard Schröder, a braços com forte contestação interna, tentou defender a sua política, falando da necessidade de reformular o Estado de bem-estar social sem pôr em causa os interesses da economia de mercado; o presidente do Brasil, Henrique Cardoso, igualmente abalado pelas dificuldades domésticas, queixou-se das dificuldades de conciliar o inconciliável; o primeiro-ministro italiano, Massimo D'Alema, refugiou-se no seu papel de anfitrião; e o novo presidente da Internacional Socialista e Primeiro-Ministro português, António Guterres, aproveitou a ocasião para testar o velho ditado «o silêncio é de ouro».

Coube a Jospin o discurso mais consonante com os valores tradicionais da esquerda. «Queremos reformar o sistema social, mas de forma positiva; não se deve esbanjar, mas, por outro lado, deve-se oferecer novos direitos sociais», disse, sublinhando que a «realidade da nova economia não nega a História e não deve engolir os Estados Nações», que na sua óptica continuam a ser «o lugar onde nasce a democracia».

Paradoxos, ou nem tanto

Jospin alertou ainda «para as consequências de um capitalismo quimicamente puro, baseado nos monopólios e que estende o mercado a todas as esferas da actividade humana», o que coloca o problema do «controlo político». Para o primeiro-ministro francês, o objectivo a prosseguir deve ser «um maior crescimento, a luta contra o desemprego, a igualdade de oportunidades, a integração social para as minorias e a reforma dos sistemas sociais pela positiva».

Um problema complexo para Fernando Henrique Cardoso, que parece ter descoberto agora que os países em desenvolvimento se confrontam com o desafio de «resolver os problemas do passado e os do futuro no menor tempo possível» para não ficarem «a reboque dos mais desenvolvidos», enfrentado o «paradoxo extremo» de ter que controlar as despesas públicas para assegurar o crescimento e, ao mesmo tempo, manter uma política social «que continua a ser responsabilidade do governo».

Para Tony Blair a questão é mais simples, já que tem como prioridade a manutenção da estabilidade na gestão da economia, mesmo que para tal sejam necessárias «decisões difíceis». O que não significa, segundo disse, que o governo tenha perdido o seu papel na economia, mas sim que este papel mudou, e é agora o de «desenvolver a capacidade da população através da educação e da tecnologia». Uma intervenção em sintonia com a de Clinton, que considera que os grandes países industrializados podem continuar a crescer economicamente, enquanto reduzem as desigualdades, através de novas políticas e sabendo aproveitar a Internet e as novas tecnologias. A «receita» de Clinton assenta em três vectores: educação, programas para os mais desfavorecidos e eliminação do «fosso digital». O presidente norte-americano reconhece que os jovens dos países pobres não são diferentes dos seus congéneres dos países ricos, pelo que se tiverem condições poderão ter prestações idênticas. Mas como não é possível que países a morrer de fome e subjugados ao peso da dívida externa que lhes foi imposta em condições leoninas pelos países ricos avancem nos domínios das novas tecnologias, importa tomar medidas. Neste contexto, o «perdão» da dívida externa dos países pobres é fundamental para que possam, como disse Clinton, continuar a «comprar os nossos produtos» e a «contratar os nossos serviços». Elementar.

Paralelamente a este «mega-show mediático», como chamou a imprensa italiana à «Cimeira dos Reformistas», cerca de 40 movimentos e associações de esquerda organizaram, igualmente na capital da Toscana, uma contracimeira para dizer «não ao neoliberalismo» e contestar a «terceira via».

OSCE em Istambul Ilusão de consenso na caixa de Pandora

A cimeira da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), realizada nos dias 18 e 19 em Istambul, terminou com a aprovação por consenso de três documentos em que os 54 membros da organização afirmam partilhar o desejo de colaborar em prol da democracia, da resolução pacífica dos conflitos e na defesa dos direitos humanos. O consenso é ilusório, e a porta aberta pela cimeira à intervenção da OSCE nos conflitos e problemas internos dos Estados membros ameaça transformar-se a curto prazo numa nova caixa de Pandora.

Na opinião do ministro norueguês Knut Vollebaek, presidente cessante da OSCE, a aprovação da Carta Europeia de Segurança e a actualização do Tratado sobre Forças Convencionais na Europa provam que o processo de cooperação, integração e confiança mútua continua a aprofundar-se na Europa, mas os antagonismos políticos, económicos e culturais que se sentiram no conclave desmentem não só esta visão optimista como denotam o crescente abismo que separa a palavra dos actos. De forma mais ou menos explícita, as graves questões que abalam a Europa vieram à tona, desde o fracasso político em que se transformou o sucesso militar da intervenção da NATO no Kosovo, as divergências em relação ao isolamento da Jugoslávia (o 55.º membro agora «suspenso»), a instabilidade na Albânia e na Macedónia, a periclitante situação na Bósnia e a cada vez mais problemática conjuntura na Croácia, e naturalmente a polvorosa do Cáucaso.

De algum modo paradigmática do espírito da cimeira foi a actuação do presidente russo, Boris Ieltsin, que no curto prazo

de dia e meio debitou um violento e muito claro discurso rejeitando qualquer intervenção nos seus assuntos internos e garantindo a continuação da guerra total aos «terroristas» tchetchenos, e assinou sem hesitações os textos proclamando os mais elevados princípios humanistas, de cooperação e de integração que a OSCE diz defender.

O mesmo se pode dizer em relação aos EUA, cujo secretário da Energia, Bill Richardson, não deixou passar a oportunidade para se vangloriar da «grande vitória da política externa» norte-americana que representa o «acordo estratégico que favorece os interesses nacionais dos EUA», ao referir-se ao compromisso subscrito pelos dirigentes da Geórgia, Azerbaijão, Turcomenistão e Turquia para construir um oleoduto que levará o petróleo do mar Cáspio até à Turquia, deixando de fora a Rússia. Parte das reservas de crude do Kasaquestão seguirão igualmente esta rota, bem como o gasoduto do Turkmenistão que, a partir do Azerbaijão, seguirá um caminho paralelo ao oleoduto.

O perfume do petróleo

O compromisso contou com a assinatura de Bill Clinton, para que não restem dúvidas do interesse no negócio, por um lado, e do empenhamento norte-americano, por outro lado, em arrastar o Cáucaso do Sul e parte da Ásia Central para longe da órbita russa. Vale a pena lembrar, a propósito, que a sociedade BP Amoco, que dirige o primeiro consórcio que explora o petróleo azeri do mar Cáspio, já não se opõe ao traçado turco para a exportação do crude, apesar do seu custo ser superior ao das restantes vias possíveis, entre as quais a que atravessava a Rússia. De ter presente ainda, para

situar melhor toda esta questão, que a Geórgia é a terceira maior receptora de ajuda norte-americana por habitante, designadamente a nível militar, a seguir a Israel e ao Egipto.

A generalidade dos observadores não duvida que a Rússia é a grande derrotada neste novo acordo petrolífero, quer a nível político quer económico, pois não só vê reduzida a sua influência na região, como a sua própria rota petrolífera para o Ocidente perde importância. A rota russa, recorda-se, começa em Baku, atravessa a Tchetchénia e vai a té ao porto de Novorossiisk, no mar Negro. O desvio em construção para evitar a passagem por território tchetcheno

parece agora inútil face ao compromisso dos seus vizinhos com os EUA, a menos que a Rússia não aceite ficar fora de jogo e procure tirar proveito das múltiplas contradições do Cáucaso, desde sempre a braços com aspirações independentistas e difereços étnicos e religiosos, e desde sempre alvo de cobiça de múltiplos interesses económicos e geo-estratégicos.

Numa região onde estabilidade é uma palavra sem sentido, tudo pode acontecer, pelo que não é de excluir que a qualquer momento, em nome dos sacrosantos direitos humanos, o perfume do petróleo e do gás natural inebriem o olfacto das muito colaborantes potências da OSCE.

O confronto anunciado

O confronto anunciado entre os EUA e a Rússia está já a marcar as pré-campanhas eleitorais dos dois países.

A Rússia, sistematicamente humilhada na cena política internacional desde a derrocada da União Soviética e com uma crise económica brutal que lançou mais de 30 por cento da sua população abaixo do limiar da pobreza, não abdicou ainda de ser uma superpotência, exigindo ser tratada como tal. Se a guerra na Tchetchénia «até às últimas consequências» serve para mostrar a capacidade de fazer frente ao «terrorismo», os recentes ensaios de mísseis levados a cabo pelos russos servem para lembrar aos mais afoitos que, apesar dos pesares, a Rússia continua sendo uma potência nuclear. O consenso alcançado pelo governo de Putin testemunha até que ponto estas questões são vitais para o orgulho russo.

Nos EUA, por seu lado, o principal candidato republicano à sucessão de Clinton na Casa Branca e actual governador do Texas, George Bush, veio agora a público dar a conhecer as linhas mestras da sua política externa, caso seja eleito. Criticando o que classifica de «brandura» de Clinton face aos regimes de Moscovo e Pequim, Bush afirmou não

haver «desculpas para a brutalidade da Rússia na Tchetchénia» e garantiu que, se fosse presidente, não permitiria qualquer ajuda norte-americana ou internacional para aquele país enquanto durasse a «matança de crianças e mulheres». Quanto à China, não a classificaria como um «parceiro estratégico», como a actual administração, mas sim como «um concorrente» que não respeita os direitos humanos e é uma ameaça para Taiwan e para a Coreia do Sul.

A China e a Rússia, disse Bush, «são potências em transição e é difícil saber quais são as suas intenções quando elas próprias desconhecem os respectivos futuros». Na dúvida, Bush opta pela «linha dura» e garante que se for presidente não voltará a pedir a ratificação do Tratado de Proibição Total de Testes Nucleares e que jamais colocará as tropas norte-americanas sob o comando da ONU. Bush promete «idealismo sem ilusões, confiança sem desatenção e realismo ao serviço dos objectivos norte-americanos».

Qualquer semelhança entre a retórica de Bush e as boas intenções proclamadas em Istambul são pura coincidência. A prática dirá qual se aproxima mais da realidade.

Iraquianos treinam na Florida

Opositores do regime iraquiano começaram este mês a receber treino numa base militar norte-americana na Florida, no âmbito do projecto dos EUA para derrubar Sadam Hussein e substituí-lo por um governo «amigo do Ocidente». A medida faz parte do «pacote» anunciado pelo subsecretário de Estado, Thomas Pickering, na primeira reunião do Congresso Nacional Iraquiano realizado recentemente em Nova Iorque, onde, a par da estratégia económica, militar, política e legal concebida pelos EUA, os dissidentes iraquianos receberam os primeiros cinco milhões de dólares de um total de 97 milhões de dólares aprovado pelo Congresso norte-americano para financiar o que designam por «libertação do Iraque».

UE investiga ajudas à Volkswagen

A Comissão Europeia anunciou no início da semana que vai investigar a legalidade das ajudas concedidas pelo governo regional da Saxónia à Volkswagen (194 milhões de marcos) para que o fabricante alemão invista em Dresde. Na sequência de um exame preliminar realizado em Julho, a Comissão manifesta «sérias dúvidas» quanto ao processo, que poderá não respeitar a legislação em vigor na União Europeia quanto às regras da concorrência. O montante já atribuído faz parte de uma ajuda total de 1500 milhões de marcos destinado a três grupos de investidores naquela localidade alemã.

Nawaz Sharif em prisão preventiva

Um juiz paquistanês decidiu segunda-feira colocar Nawaz Sharif, o ex-primeiro-ministro do Paquistão derrubado por um golpe de Estado, e outros quatro altos funcionários do seu governo, em prisão preventiva até à sua comparência, amanhã, em tribunal. Os cinco são acusados de conspiração, sequestro e tentativa de assassinato do general Pervez Musharraf, o mesmo que veio a liderar o golpe militar de 12 de Outubro. O futuro de Sharif e dos seus colaboradores está agora dependente do tribunal antiterrorista criado há alguns meses pelo próprio primeiro-ministro deposto.

Direitos das crianças

Para assinalar o décimo aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança, a Unicef lançou uma colecção de 102 livros escritos por crianças de 89 países. Com esta iniciativa lembra-se a gravidade da situação que se vive no mundo, em que o número de analfabetos ascende a 855 milhões (um em cada sete habitantes do planeta), e em que 130 milhões de crianças em idade escolar não vão à escola.

Ulster

Transferência de poderes ameaçada

O ministro britânico para a Irlanda do Norte anunciou, no sábado, a transferência de uma parte dos seus poderes para o novo governo autónomo na próxima quinta-feira, dia 2 de Dezembro.

Peter Mandelson elogiou os líderes do Sinn Fein, Gerry Adams, e do Partido Unionista, David Trimble, lembrando que «a confiança dos dois lados será necessária» para permitir o funcionamento das novas instituições, bem como «paciência e entendimento» de forma a que o processo de paz avance.

Na segunda-feira, os 10 ministros do governo serão nomeados pela assembleia eleita. Os ministérios serão divididos pelos diferentes partidos em função do peso político de cada um e o governo será dirigido por David Trimble. A Irlanda do Norte terá um executivo autónomo pela primeira vez desde



O Sinn Fein espera que a Comissão Internacional de Desarmamento, presidida pelo general canadiano John de Chastelain, contribua para o avanço do processo de paz

1972, data da imposição do controlo directo britânico.

«Estamos de acordo com o mediador George Mitchell de que agora existe uma base para que se proceda a devolução (de poderes), para que se ponha em

marcha a formação do novo governo e se proceda ao desarmamento dos grupos paramilitares», afirmou Peter Mandelson.

Contudo, a transferência dos poderes pode estar ameaçada, devido a uma questão que se

arrasta desde há meses: o do desarmamento do IRA. Pat Doherty, vice-presidente do Sinn Fein disse recentemente que não estava certo de que o grupo independentista entregasse as armas «nas próximas semanas ou meses», mas defendeu que isso não afectaria o desenrolar do processo de paz. O Partido Unionista tem uma posição diferente e pode mesmo vir a boicotar o futuro governo, caso os republicanos não mudem de posição.

A Comissão Internacional de Desarmamento, presidida pelo general canadiano John de Chastelain, poderá desempenhar um papel importante nesta questão. O IRA parece confiar no organismo e anunciou que irá nomear um interlocutor para a comissão com o objectivo de negociar e preparar a entrega das armas.

A edição de segunda-feira do

jornal «The Times» adianta o nome de Padraig Wilson, ex-comandante dos prisioneiros republicanos na prisão de Maze, para o lugar. Wilson afirmou recentemente que «o decurso natural das coisas deve começar com um desarmamento voluntário».

Entretanto, o governo irlandês vai alterar a constituição também na quinta-feira, suprimindo os artigos que estipulam que a República da Irlanda é constituída por «toda a ilha da Irlanda» e que aspira à reunificação do norte e do sul. Os artigos devem ser substituídos pela referência de que a eventual ligação do Ulster à Irlanda só poderá fazer-se com o consentimento dos seus habitantes.

Esta alteração deveria ter-se verificado a 1 de Julho, mas foi adiada devido ao atraso na criação das novas instituições norte-irlandesas.

Comunicado do Comité Central do PCP

Reforçar o Partido estimular a luta de massas

Novo Governo, política velha

Reunido na sede central do Partido

no passado fim-de-semana, o Comité Central do PCP, que analisou a situação política nacional e debateu medidas sobre o reforço da organização partidária, aprovou no final o documento que a seguir se transcreve na íntegra.

Tomar audaciosamente a iniciativa

1. Aproveitando as condições objectivas mais favoráveis à intervenção dos comunistas em toda a vida nacional, o Comité Central sublinha a importância do Partido tomar audaciosamente a iniciativa em relação a um conjunto de grandes causas sociais e políticas; associar um intenso e diversificado trabalho político e reivindicativo de massas, com a intervenção pronta nas instituições e com uma postura dinâmica na apresentação pública das ideias e propostas do PCP; interligar o aprofundamento da ligação partidária com a sociedade em todos os campos, com destaque para os trabalhadores e para a juventude, com o reforço organizativo e interventivo do Partido.

2. No domínio da iniciativa política e social, e sem prejuízo da resposta a problemas concretos e imediatos, são de destacar algumas grandes causas e linhas de intervenção, participação e luta:

— os grandes temas que vão estar na ordem do dia durante a presidência portuguesa da União Europeia (Janeiro a Junho de 2000), designadamente: as questões do emprego (Cimeira extraordinária de 23 e 24 de Março), os problemas da agricultura e das pescas, a reforma das instituições, a cooperação com os países em vias de desenvolvimento;

— importantes problemas globais e campanhas em curso, designadamente: conferência da Organização Mundial do Comércio («Ronda do Milénio»), defesa da aplicação da Taxa Tobin; Marcha Mundial das Mulheres contra a Pobreza; concretização do direito das mulheres à igualdade; questões ambientais; combate à toxicod dependência; paz, desarmamento e solidariedade internacional;

— o combate a alterações à legislação eleitoral que diminuam ou alterem o alcance do princípio da representação proporcional, e a defesa da melhoria da vida democrática, da qualidade e das possibilidades efectivas de participação dos cidadãos;

— a defesa e a promoção do trabalho e do emprego com direitos; crescimento dos salários reais e valorização do salário mínimo nacional; combate à precarização e também às discriminações que atingem as mulheres trabalhadoras, promoção de mais emprego e melhor emprego; redução progressiva do horário semanal de trabalho para as 35 horas, sem redução do salário;

— a defesa de uma reforma do sistema fiscal, orientada pelos princípios da justiça na repartição da carga tributária de forma a aliviar os rendimentos do trabalho, da progressividade do sistema fiscal e da sua eficácia e eficiência;

— os problemas acumulados na área da Saúde e a urgente realização de uma reforma democrática do Serviço Nacional de Saúde que trave a sua degradação e o desenvolvimento de processos privatizadores, e concretize finalmente o direito de todos os portugueses terem acesso a serviços públicos e com qualidade;

— o combate à política de redução de direitos e de privatização parcial da Segurança Social, a defesa da melhoria das prestações sociais e a adopção de medidas que reforcem e aperfeiçoem o sistema público;

— a concretização de uma profunda reforma da justiça visando, nomeadamente, democratizar o acesso dos cidadãos e assegurar maior celeridade sem prejuízo dos seus direitos e garantias;

— a defesa e aperfeiçoamento dos serviços públicos e a luta contra as privatizações;

— o combate aos processos de natureza privatizadora que estão em curso na área educativa e o desenvolvimento de um amplo movimento em defesa da escola pública e da sua qualidade;

— a promoção de uma reforma democrática do Estado, visando designadamente aprofundar a democracia representativa e participativa, o reforço do poder local e o desenvolvimento de processos de descentralização administrativa.

— o intuito de dar continuidade à alteração da legislação laboral, designadamente a lei da contratação colectiva e a lei das férias, o condicionamento do exercício do direito à greve por via da alteração do conceito de serviços mínimos a prestar durante a greve, a retoma de concepções corporativas na negociação da contratação colectiva e a instrumentalização da concertação social;

— a significativa ausência de qualquer compromisso quanto à necessária e urgente reforma dos impostos sobre o rendimento na perspectiva de reduzir a carga fiscal sobre os rendimentos dos trabalhadores por conta de outrem, de acabar com o escândalo dos benefícios fiscais aos rendimentos e aplicações de capital, de fazer pagar impostos, de acordo com a sua capacidade contributiva, aos que actualmente defraudam e se evadem ao fisco; sendo ainda de assinalar que o único elemento de reforma fiscal constante do Programa do Governo — a reforma dos impostos sobre património — acabou por ser abandonado pelo próprio Governo no decurso do debate parlamentar;

— a insistência, a coberto de uma alegada «reforma do sistema político», em modificar substancialmente o sistema eleitoral para a Assembleia da República com o indistigável propósito de, através da criação de «círculos uninominais de candidatura», forçar uma maior concentração de votos no PS e no PSD; e também em alterar a lei eleitoral para as autarquias, designadamente com o objectivo de acabar com a eleição directa das Câmaras Municipais e com a representação pluralista nos executivos municipais;

— a insistência numa linha privatizadora e redutora de direitos na segurança social através da redução do sistema público (plafonamento) e da «abertura de espaços» para o desenvolvimento dos 2.º e 3.º pilares de segurança social (privatização da regressividade em função dos rendimentos no cálculo do valor das pensões de reforma (favorecendo a evasão contributiva e a passagem de contribuições do sistema público para os privados), e da redução das contribuições sem que o orçamento da segurança social seja compensado pelos recursos que lhe sejam dessa forma subtraídos;

— a manutenção das actuais negociações em relação à União Europeia, um projecto federalizado em políticas neoliberais, e uma lógica de bloco político militar — bem patente na proposta de transformação da União Europeia em «União Europeia Ocidental (UEO)» (exército europeu) braço armado da União Europeia; a par de uma política externa enfeudada à NATO e aos EUA; e evidenciada na proposta de alteração do conceito estratégico de defesa nacional para o «adaptar» ao novo conceito daquela organização deixada inteiramente à margem da Comissão Europeia — como aconteceu nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC);

— a patente abdicação e incapacidade de definir e promover uma política capaz de afrontar com eficácia os problemas de fundo da sociedade portuguesa, desde os relativos à economia e à estrutura produtiva (nos últimos quatro anos de governo PS, o défice da balan-

ça comercial subiu mil milhões de contos) até às graves injustiças e desigualdades sociais, passando pelas assimetrias regionais e a desertificação do interior.

3. A par da manifesta opção pelo prosseguimento da política de direita, o PS aposta também — como é especialmente patente na estrutura e composição pessoal do Governo, no tipo de nomeações para Governadores Cívicos, na anunciada, mas entretanto «congelada», nomeação governamental de «Altos Comissários» para as regiões — numa ainda maior e mais sofisticada instrumentalização do aparelho do Estado e dos cargos públicos ao serviço dos interesses eleitorais do partido do Governo e na consolidação e ampliação de um poderoso sistema de clientelas, dependências e condicionamentos sociais.

4. O Comité Central do PCP reconhece que o facto de o PS, por força do apuramento de votos dos círculos da emigração, ter vindo a alcançar a metade dos deputados, pode sem dúvida oferecer ao Governo uma maior margem de manobra e de impunidade na Assembleia da República.

Mas sublinha que esse facto não é de molde a invalidar a sua anterior apreciação de que, na sequência dos resultados de 10 de Outubro, se perspectivam condições políticas gerais mais favoráveis, designadamente através da movimentação e da luta social, para pressionar e condicionar, pela esquerda, o Governo, para travar e derrotar as suas ofensivas e para conquistar a satisfação de importantes reivindicações

Pela Esquerda
lutar, construir, crescer



XVI Congresso

O Comité Central decidiu marcar o XVI Congresso do PCP para o último trimestre do ano 2000, em data a fixar posteriormente.

A preparação do Congresso deverá ser inserida na actividade geral e nas grandes tarefas do Partido e suscitar um activo envolvimento de todo o colectivo partidário e a reflexão e contribuição empenhada dos militantes do Partido.

O Comité Central decidiu ainda que o arranque do trabalho para o Congresso seja analisado e debatido numa sua próxima reunião a realizar no início do ano.

O Comité Central decidiu ainda que o arranque do trabalho para o Congresso seja analisado e debatido numa sua próxima reunião a realizar no início do ano.

Estimular o desenvolvimento da luta de massas

1. A situação existente, as perspectivas que se abrem, colocam a necessidade de uma forte e ampla resposta e iniciativa do Partido, no plano da intensificação da luta de massas e do desenvolvimento dos movimentos sociais.

2. Tal como no passado recente, o desenvolvimento da luta social, em particular dos trabalhadores, constituirá um factor determinante para obstaculizar a concretização de uma política direccionada para servir os interesses do grande capital, para defender e alcançar direitos e melhores condições de vida e de trabalho.

Definidos os aspectos da iniciativa política, como o combate à precariedade e à defesa do emprego com direitos ou valorização dos salários e das pensões de reforma, avançando com o projecto de redução faseada do horário de trabalho para as 35 horas, associando-os ao combate às privatizações, à defesa das funções sociais do Estado e à defesa dos vínculos no emprego público, à defesa e melhoria da Segurança Social e persistindo na alteração do sistema fiscal no sentido de aliviar a carga que incide sobre os trabalhadores, abrir-se-ão as perspectivas para o desenvolvimento da luta social.

Partindo de problemas concretos de sectores de trabalhadores e de empresas, articulando a defesa dos direitos laborais com a defesa dos interesses sociais e ambientais e o bem-estar das populações, criar-se-ão as condições para o alargamento e a convergência das lutas.

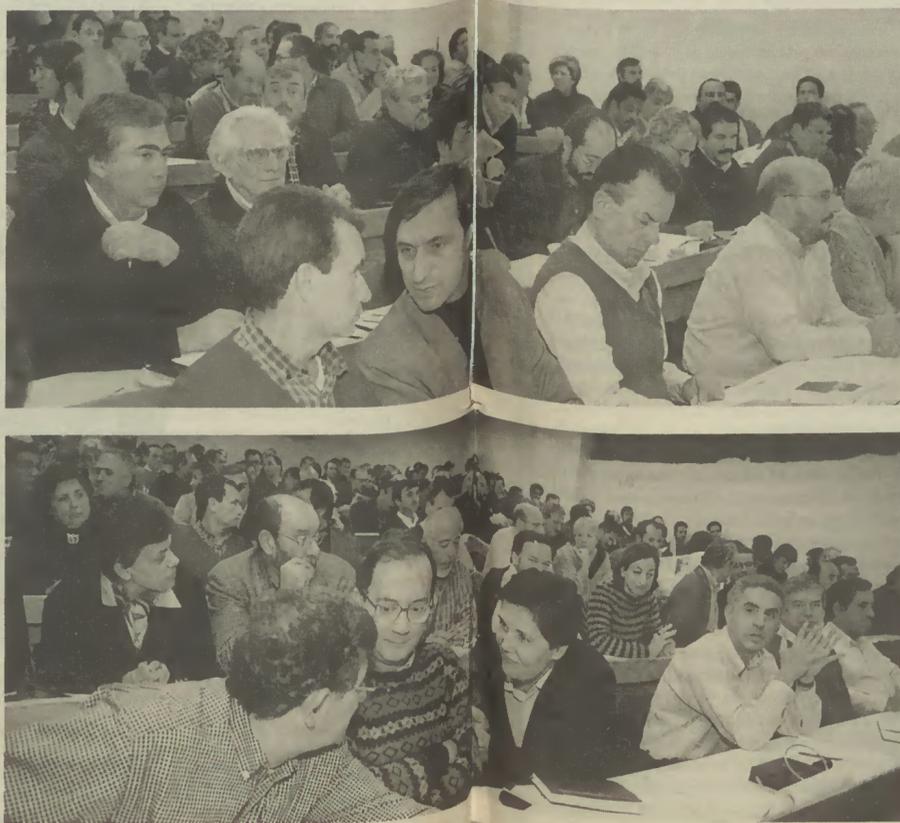
Nesta perspectiva, assume grande importância e torna-se indispensável a iniciativa política do Partido, capaz de mobilizar novos esforços e empenhamentos, congregar e concretizar aspirações dos trabalhadores e das populações.

3. No quadro da dinamização da intervenção dos comunistas para o desenvolvimento dos movimentos sociais, o Comité Central destaca a importância do fortalecimento do Movimento Sindical Unitário, consubstanciado em torno da CGTP-IN.

Numa situação de uma correlação de forças desfavorável aos trabalhadores e às suas organizações e perante uma ofensiva generalizada e diversificada aos direitos conquistados e adquiridos por várias gerações de trabalhadores, o movimento sindical unitário desempenhou um papel insubstituível na defesa do trabalho com direitos, culminando numa fase de lutas de grande amplitude e diversidade em torno da defesa da redução efectiva do horário de trabalho, de importantes pilares do direito do trabalho, ameaçados por propostas legislativas do Governo, na acção reivindicativa pela valorização dos salários e contra os despedimentos e a precarização, respondendo de forma organizada às reestruturações das empresas e sectores através da reestruturação sindical, da constituição de novas comissões de trabalhadores, da eleição de delegados sindicais, filiando novos sindicatos e aumentando a sindicalização. A CGTP-IN reforçou a sua afirmação como a grande central sindical dos trabalhadores portugueses.

Os militantes comunistas, em unidade com milhares de activistas e dirigentes sindicais independentes, católicos e socialistas, deram e dão uma decisiva contribuição para o reforço, o alargamento do prestígio e da influência da CGTP-IN nos locais de trabalho, nas empresas e na sociedade portuguesa.

O Comité Central do PCP exorta todos os militantes do Partido que trabalham e lutam no movimento sindical para que se empenhem na preparação e realização com êxito do IX Congresso da CGTP-IN, na reafirmação da sua natureza unitária, democrática, autónoma, de massas e de classe, correspondendo ao seu grande objectivo de valorizar o trabalho e dignificar os trabalhadores.



Comunicado do Comité Central do PCP



Aprofundar a acção no Poder Local dinamizar a CDU

1. As expressivas alterações no enquadramento legal a nível do funcionamento, financiamento e competências das autarquias e a declarada atitude do PS para, a partir do aparelho do Estado, condicionar e instrumentalizar as políticas locais em favor de estratégias partidárias, impõem uma mais exigente intervenção das organizações do partido sobre as questões locais e dos eleitos do PCP e da CDU na sua acção nas autarquias.

Está hoje colocada à acção local das organizações do Partido, onde o trabalho autárquico naturalmente se insere, uma maior exigência quanto ao conteúdo e à iniciativa política, capazes de ampliar a intervenção e a luta na defesa de interesses populares e na reclamação dos investimentos públicos necessários, contribuindo com essa acção para reduzir a margem do Governo na estratégia de progressiva desresponsabilização do Estado e para

ampliar a consciência das populações dos seus direitos face ao poder, como é indispensável a um mais livre e responsável juízo político e eleitoral e à satisfação dos seus legítimos interesses.

2. No momento em que se cumpre metade do actual mandato autárquico, impõe-se proceder a uma avaliação sobre o trabalho realizado e as principais insuficiências detectadas, definindo e adoptando as acções e as medidas que, de acordo com as necessidades e prioridades locais, projectem uma reforçada capacidade de realização para cumprir os programas e planos de actividade que apresentámos às populações. Assim como se impõe considerar, ao mesmo nível de importância, as medidas indispensáveis a uma adequada divulgação e valorização do trabalho realizado, ao reforço da nossa acção em situações de mino-

ria (avaliação crítica da acção das outras forças e afirmação do nosso projecto alternativo), à ampliação do envolvimento da população na identificação dos principais problemas e na sua resolução.

3. A prestação de contas do trabalho realizado e o debate sobre os projectos e propostas para o futuro imediato constituem um momento privilegiado para a necessária afirmação da CDU como um amplo espaço de participação democrática e de intervenção nas políticas locais, confirmando a CDU como espaço de discussão e acção capaz de atrair novas vontades para prosseguir nas autarquias uma actividade de reconhecido valor na elevação das condições de vida das populações e no desenvolvimento local e regional.

Reforçar a organização e intervenção do Partido

1. A dinamização da intervenção e o reforço da organização do Partido são elementos decisivos cuja concretização assume uma particular importância nos próximos tempos.

O Comité Central considera necessário proceder à **elaboração do plano de iniciativas políticas e partidárias para o próximo ano**, o qual deverá procurar assegurar uma activa e diversificada intervenção política do Partido em diferentes áreas da vida nacional, dar resposta a problemas candentes do país, dos trabalhadores e das populações, popularizar a política do Partido, reforçando a sua ligação às massas.

O plano das iniciativas políticas e partidárias deverá igualmente ser balizado pelas grandes tarefas políticas do próximo ano e tendo como horizonte a realização do XVI Congresso, cuja preparação deve ser feita no quadro da dinamização e reforço orgânico do Partido e de uma activa intervenção política.

Neste âmbito, destacam-se desde já as iniciativas do 79.º Aniversário do Partido, as comemorações do 8 de Março, do 25 de Abril e do 1.º de Maio, e a realização, em início de Setembro, da Festa do «Avante!».

É igualmente de salientar a Festa da Alegria, importante iniciativa que se volta a realizar em Braga.

A preparação das eleições para as Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira (a realizar em Outubro próximo) devem merecer uma cuidada atenção do Partido.

O reforço eleitoral da CDU nas Regiões Autónomas e o reforço das posições da CDU nas respectivas Assembleias Legislativas Regionais são objectivos de grande importância nacional.

2. O Comité Central sublinha a importância da **organização partidária**, base decisiva para a intervenção e afirmação do Partido, o aprofundamento das suas raízes na classe operária, nos trabalhadores, no povo português, a concretização dos seus objectivos e ideais, e destaca os esforços empreendidos no sentido do fortalecimento do Partido.

Dos resultados obtidos, caracterizados por grandes diferenças regionais e entre as várias direcções apontadas, são de sublinhar:

— uma maior abordagem dos problemas das populações, dos trabalhadores, das áreas em que as organizações actuam e um aumento da iniciativa e tomada de posição sobre eles;

— a realização de mais de 300 Assembleias de Organização, o que representa um importante crescimento em relação a fases anteriores;

— o recrutamento para o Partido, durante este ano, de mais de 1300 novos membros, dos quais 40% com menos de 30 anos;

— o rejuvenescimento e renovação de organismos;

— os passos dados na acção e organização no seio dos trabalhadores, com as campanhas de contacto que permitiram um conhecimento mais amplo das empresas e sectores existentes, a criação de organismos para o trabalho junto dos trabalhadores e a reactivação de algumas células.

Estes avanços verificaram-se em condições políticas exigentes, com a ocorrência no espaço de um ano e meio de dois referendos e duas eleições nacionais, que dificultaram em geral a concentração de atenções nas linhas propostas para o reforço do Partido, criaram dificuldades na sua concretização e limitaram a obtenção de resultados.

É no entanto de salientar que persistem insuficiências, dificuldades e atrasos. Insuficiências na dinamização das organizações de base — as células por local de trabalho, por local de residência ou por sector socioprofissional — e na sua identificação, na responsabilização de quadros e na avaliação e ampliação do núcleo activo e graves atrasos não ultrapassados na acção e organização no seio da classe operária e dos trabalhadores em geral.

O Comité Central considera que, vivendo-se um momento político mais favorável, com o impacto positivo dos resultados eleitorais obtidos pela CDU e tendo no horizonte um ano rico em batalhas políticas, mas que permite uma maior e indispensável concentração de energias no reforço orgânico associado à acção política, estão criadas melhores condições para um novo dinamismo na concretização do reforço do Partido.

O Comité Central apela assim a todos os militantes para que aproveitando as condições deste momento se empenhem desde já com determinação no prosseguimento das anteriores orientações (designadamente as definidas na reunião do Comité Central de 15.2.98) para o reforço da intervenção e organização do Partido e a ampliação da sua influência, destacando em particular:

— A intensificação dos esforços para o fortalecimento das organizações de base — alargamento do seu número, funcionamento regular, reforço da sua vida e iniciativa políticas. Nesse sentido, sublinha-se a necessidade de um esforço especial para a realização entre Janeiro e Abril do ano 2000 de Assembleias de Organização das organizações de base que não as efectuaram este ano. Assembleias a realizar sem formalismos, juntando os comunistas para discutir os problemas e aspirações dos trabalhadores e das populações, das áreas em que actuam, definir linhas de intervenção, iniciativas, movimentos e lutas, apontar medidas de reforço da divulgação das propostas e ideais do Partido e de divulgação do «Avante!» e da imprensa partidária em geral e proceder à eleição dos respectivos organismos dirigentes.

— A concretização de um efectivo plano de acção para o reforço da organização e intervenção do Partido no seio da classe operária e de todos os trabalhadores. Impõe-se fazer uma avaliação dos sectores e empresas existentes, da situação da organização e intervenção partidária actual, avaliar os passos dados, definir e redefinir objectivos e planos de intervenção, dando especial atenção aos jovens trabalhadores, com estruturação de trabalho, quadros, meios, inserção prioritária dos membros do Partido nas organizações da sua empresa ou sector, associando organização com luta reivindicativa e iniciativa política.

— O desenvolvimento do trabalho com outros sectores e camadas sociais, em particular junto da juventude, concretizando formas de trabalho e intervenção flexíveis em articulação com a JCP, que contribuam para o seu reforço e para o aumento de influência do Partido.

— O desenvolvimento de um amplo trabalho de recrutamento acrescentando a militância e iniciativa dos novos militantes ao colectivo partidário.

— A promoção de uma audaciosa responsabilização de quadros e rejuvenescimento de organismos, na base de muitos camaradas que aderiram ao Partido e/ou se destacaram e cuja preparação e formação política e ideológica deve igualmente merecer atenção.

— A concretização de uma vasta acção de contacto com os membros do Partido e de apelo à sua participação na vida partidária, em articulação com a preparação das Assembleias das organizações de base e o reforço da organização no seio dos trabalhadores.

3. O reforço da organização e da intervenção política e ideológica do Partido passa, igualmente, por **uma maior difusão e leitura do «Avante!» e de «O Militante»**, a par do enriquecimento do seu conteúdo. Está em curso um processo de remodelação do «Avante!» cujo início de implementação ocorrerá na altura do seu 69.º aniversário. Pretende-se, assim, que o «Avante!», continuando a cumprir o seu papel de órgão central do PCP, enriqueça a sua função de veículo das posições e propostas do Partido, da actividade das suas organizações e de uma informação e análise sobre as grandes questões nacionais e internacionais. Tendo em conta a necessidade e a importância política, ideológica, partidária de uma maior difusão do «Avante!» e da imprensa partidária em geral, do aumento das suas vendas, de um crescente estímulo à sua leitura, o Comité Central decidiu a realização de uma ampla campanha visando esses objectivos e que, antecedida por um debate no colectivo partidário, terá início em Fevereiro do próximo ano.

Muros da ideologia dominante

■ AGOSTINHO LOPES
Membro da Comissão Política

A necessária, persistente e cuidada iniciativa e acção dos comunistas para que os *media* portugueses reflectam de modo suficiente e crítico, sério e verdadeiro, a vida e intervenção do PCP, não ilude a exigência de que o PCP analise sem preconceitos e ideias feitas a actividade dos nossos *media*. Pela sua incontornável importância na batalha política e ideológica hoje. Pela sua inegável importância na transmissão e divulgação da mensagem do PCP, dos seus objectivos e realizações. (1)

Ver e ouvir claro por entre o nevoeiro das manobras de diversão, de intriga e das campanhas preconceituosas. Não reagir apenas. Ser capaz de tomar a iniciativa. Ver e ouvir logicamente a partir da base teórica e ideológica que suporta o projecto comunista, sem o desligar da prática concreta da nossa luta e da luta dos trabalhadores.

Ver e ouvir a opinião dos «outros» sobre «nós». Dos «outros» sobre os «outros». De «nós» sobre os «outros». Sem nunca esquecer os muros da ideologia dominante e as grelhas de classe que regem a generalidade das análises e das notícias que vão sendo produzidas sobre o PCP, e tudo o que tenha a ver com o socialismo e o comunismo.

Vem isto a propósito de três abordagens recentemente feitas na comunicação social portuguesa, da Cimeira de Havana, das declarações do Secretário-Geral do PCP no Encontro Internacional promovido pela JCP, e a sistemática cegueira com que comentadores e articulistas metem tudo (os partidos todos) no mesmo saco.

1. A Cimeira de Havana ou o dissidente descartável

Era inevitável. Uma Cimeira Ibero-Americana em Cuba tinha que dar o que deu. Muros de propaganda contra um povo que procura obstinadamente, corajosamente, seguir o seu próprio e soberano caminho, pesem as dúvidas que possam existir e os reais problemas que enfrentam no contexto internacional que sucedeu ao desmoronamento da URSS.

O director do «Público», José Manuel Fernandes, não podia deixar de se manifestar. Em 15 de Novembro, ao acabar o editorial, escreve: «sim, porque a repressão existe. Sim os dissidentes são presos. Sim há tortura nas prisões.»

Mas como assinala o mesmo senhor «No es facil» ser pregador em tal terra e com tal gente.

E assim ficou demonstrado, pelo que a público veio, nos «encontros» de Jorge Sampaio e António Guterres com os dissidentes do regime cubano. Não comentando aqui e agora o significado político desses «encontros» e não propriamente por qualquer objecção de fundo à sua realização, mas por se fazerem depois da inqualificável carta da secretária de Estado norte-americana Madeleine Albright, em nome da Administração Clinton, aos dirigentes dos países ibero-americanos participantes na Cimeira. A referida senhora ditou tarefas a esses dirigentes durante a sua estada em Cuba: «estão obrigados a questionar Castro nas sessões plenárias da Cimeira», a «realizar reuniões com os defensores dos direitos humanos, elementos religiosos e activistas políticos!» (2)

Vale a pena explicitar o título do «Jornal de Notícias», de 15 Novembro, a propósito «Chefe dos dissidentes desilude Jorge Sampaio». Depois, no corpo da notícia, refere-se: «Elisandro Sanchez, “representante dos defensores dos direitos humanos” disse a Sampaio e a Guterres que, apesar de tudo, gostaria que a cimeira fosse bem sucedida. Revelou que o regime cubano persegue os dissidentes mas nunca torturou ninguém, nas prisões ou fora delas.» Elisandro, que «encontra-se preso apenas à noite, numa casa onde habita com a família, dispõe de ar condicionado e televisão. Durante o dia desloca-se para onde quer e, ao fim-de-semana, frequenta os *pubs* e discotecas que entende.»

2. «Às vezes, mais conservadores que Fidel»

Era também inevitável. Um dissidente assim não presta, desilude. Um dissidente como Elisandro Sanchez que «esforça-se mesmo por esclarecer que não quer eleições livres a curto prazo» não é dissidente nem é nada! Foi pena que no artigo, diga-se bastante equilibrado, que Eduardo Dâmaso, enviado do «Público», publicou em 18 de Novembro, não tivesse contido por resposta

directa do referido dissidente as «razões» para tal. Razões que se adivinham pela leitura do artigo.

Inquirindo um «nobio» domingueiro: «Dissidência? Descontentamento com Fidel»? Eduardo Dâmaso obtém uma extraordinária resposta, «Bien, eso es una cosa que no se habla, pero se sient-

te...», e faz o judicioso comentário que se segue: «Resposta curiosa num país onde os sinais de tensão social não são perceptíveis e onde a oposição política tem apenas erupções pontuais ou mediáticas a que apenas a imprensa estrangeira dedica espaço e que passam ao lado da generalidade do povo.»

Vale a pena reproduzir mais alguns parágrafos do artigo, bem caracterizadores dos olhares contraditórios que sobre Cuba se fixam. E fundamentalmente razões para repudiar as imagens de



marca que a direita e o imperialismo pretendem atrelar ao regime e à sociedade cubanos.

«Cuba vive entre o paraíso e o inferno? Para muitos, de facto, esta é a síntese possível das emoções que a ilha cravada no coração encantado das Caraíbas provoca. Há quem a ame até ao infinito, quem sucumba à fantasia de um povo e de uma terra tocados pela mão de um qualquer criador no momento em que esculpia algumas das suas melhores obras. E que pelo vasto turbilhão de sentimentos cruzados tenda a relativizar o peso de um regime autoritário curvando-se perante os índices que sinalizam um vulgar nível de desenvolvimento, onde era suposto a condição humana ser frágil e curvar-se perante a tragédia habitual do terceiro Mundo, como a saúde e a educação. Ao mesmo tempo, outros embrenham-se pela demonização do regime, pela visão do inferno que faz da democracia pluralista e da liberdade de expressão o pasto apetecido das suas chamas. As coisas podem não ser assim tão superficiais e simples, reduzidas aos clichés habituais dos que se habituaram a ver o mundo a duas cores apenas.»

«Os “guzanos” de Miami não são encarados como oposição credível ao regime. Cuba é uma ditadura? Não há dúvidas, mas...»

Quando um jornalista do «Público» termina com um «mas...» um artigo sobre Cuba, nem tudo está perdido no reino da Dinamarca.

3. Estalinismo, cassetes e preconceitos

É desnecessário desenvolver, aqui e agora, reflexões sobre os inúmeros comentários e comentários dos comentários feitos a propósito da intervenção do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho, no Encontro Internacional integrado nas comemorações do 20.º Aniversário da JCP, onde destacam a «novidade» do PCP criticar os crimes do estalinismo, as responsabilidades de um «modelo» e não apenas de «erros e desvios» pelo que aconteceu no Leste e o valor intrínseco da «democracia política». Tal foi feito, com toda a oportunidade e rigor, por Vítor Dias, no «Semanário» de 12 de Novembro, que diz o essencial sobre o assunto e de que destaco três conclusões:

«...à beira do século XXI, há muita gente em Portugal que é capaz de transformar em espampanantes “novidades” e em “viragem histórica” ideias, análises e afirmações do PCP que,

nuns casos, fazem mesmo parte do seu património identitário e noutros foram formuladas com toda a clareza há onze ou há sete anos e foram, desde então, repetidamente enunciadas em incontáveis ocasiões e actos públicos...»

«...a descoberta que alguns agora fizeram acaba por se constituir numa devastadora confissão de que, durante anos e anos, andaram a ignorar importantes aspectos da orientação do PCP e, conseqüentemente, a julgá-lo injustamente.»

«...talvez o que mais esteja a faltar seja uma indagação séria sobre que métodos de trabalho, que “cultura” mediática e que doses de dogmatismo, preconceito e autismo podem explicar que, em Portugal, no ano da graça de 1999, tenhamos podido assistir a este episódio que só é memorável como símbolo de gritante superficialidade.»

4. Preconceitos, cassetes e clichés

Habitado à rotina mediática de tudo meter no mesmo saco e tudo medir pela mesma razeira, Eduardo Prado Coelho fez ao PCP uma acusação, por generalização da crítica aos partidos de falta de posicionamento dos mesmos sobre a Organização Mundial do Comércio. (3) Em «Cartas ao Director», no «Público» de 13 de Novembro, Vítor Dias lembra-lhe as intervenções recentes do PCP sobre o assunto. Nada a fazer. Retorque EPC, a não ser que o PCP admita a tese do *complot* dos *media* contra o PCP, então resta a responsabilidade do PCP na sua relação com a comunicação social: «Reconheço que existe falta de repercussão das iniciativas do PCP. Nesse ponto, vejo duas hipóteses: ou o PCP recorre à teoria do “complot”, e considera que a imprensa portuguesa pretende segregar o PCP, ou analisa as condições estruturais que condenam a uma certa invisibilidade as iniciativas do PCP. Pela minha parte, sugiro a segunda hipótese.» Espantoso, mas de uma lógica irrecusável para quem não quer chamuscar o pêlo do coelho, salvo seja.

Estes são os muros da ideologia dominante, as grelhas de classe que dificultam, tapam, deformam, escondem e, objectiva ou subjectivamente, anulam ou perturbam o que o PCP diz ou não diz, o que o PCP faz ou não faz, o que o PCP reflecte, o que o PCP é. Tornam invisíveis as iniciativas do PCP.

Mas não será tempo de se ultrapassar na comunicação social portuguesa os «clichés habituais» sobre o PCP?

(1) Ver, sobre o tema *Medias*, o importante artigo de Fernando Correia, «Media, Negócio e Ideologia» na edição portuguesa do «Le Monde Diplomatique» de Novembro;

(2) As informações utilizadas constam do «Jornal de Notícias» de 15 de Novembro de 1999, que assinala também que, e cito, «Vários países, como a Venezuela e o México rejeitaram as “indicações” de Albright. Com maior veemência os jornais reportaram a recusa do presidente do Brasil, Henrique Cardoso, que criticou duramente as acções e papel dos chamados dissidentes». Foi pena, em nome da soberania e dignidade do Estado português, que o Presidente da República e o Primeiro-Ministro não tivessem procedido de modo idêntico, recusando inadmissíveis actos de ingerência e condicionamento das posições dos representantes de um Estado soberano.

(3) «Mas talvez ocasiões como esta fossem pretextos privilegiados para os diversos partidos de esquerda abrirem desinibidamente espaços de debate: para o PS, isso poderia ser ocasião para um pouco mais de reflexão teórica, para além do movimento natural de caucionar posições governamentais; para o PCP, a ocasião permitiria ultrapassar um pouco a linguagem dos clichés; para o Bloco de Esquerda, seria confirmar a sua vocação de espaço de debate.» (Artigo de EPC no jornal «Público» de 10 de Novembro de 1999.)

e provocação

dos «arquivos da PIDE» (na versão de 94 exigindo o recurso a um camião e, na de 99, identificados rigorosamente pelo peso - «474 quilos») bem como de outra vastíssima documentação, umas vezes identificada como «planos militares da NATO» e outras vezes reportada às relações da PIDE com serviços secretos ocidentais.

Aos animadores portugueses desta campanha (entre os quais a revista «Visão» dirigida por Cáceres Monteiro que, se bem nos lembramos, há uns anos arrumou expeditamente na prateleira do «já sabido» e das inutilidades o explosivo livro de Rui Mateus sobre o PS), nada importa a não ser o manter viva a calúnia, a suspeição e a provocação contra o PCP.

Sem memória, nem escrúpulos nem ponta de seriedade, pouco lhes importa reter, entre muitos outros exemplos de ridícula e fabulosa, que, na operação de 94, o sr. Kalugin até se gabou de ter

obtido «a lista dos agentes portugueses da PIDE» e de ter sido o «Expresso» (8.10.94) a cometer a infinita maldade de lembrar que essa lista tinha sido editada em Abril de 1975... pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda!

Pouco lhes importa a forma muito céptica ou incrédula, quando não frontalmente discordante, como responsáveis militares pela Comissão de Extinção da PIDE-DGS, sempre comentaram e ainda comentam uma «entrega» de «arquivos» tão volumosa e a natureza que lhes é atribuída nas «notícias» divulgadas.

Pouco lhes importa que tenha sido o insuspeitíssimo general Pedro Cardoso a contar, em artigo em separata da revista «Nação e Defesa», que «Em Agosto de 1974, o membro da Junta de Salvação Nacional responsável pela Comissão de Extinção da PIDE/DGS inquiria à 2.ª Divisão do Estado-Maior General das

Forças Armadas se haveria algum interesse no ficheiro ou arquivo daquela organização, tendo ficado esclarecido que a única coisa que teria interesse, e que deveria ser objecto de um tratamento muito especial, eram os documentos respeitantes aos contactos estabelecidos pela Direcção-Geral de Segurança com as polícias e serviços similares estrangeiros, que a lei aliás previa. Tal documentação passou a partir desta altura a beneficiar de um tratamento adequado.»

E, sobretudo, pouco lhes importa a reconstituição de acontecimentos, a resposta articulada e a importante enunciação de orientações e atitudes do PCP nestas matérias que foi feita por Álvaro Cunhal em entrevista ao «Avante!» (de 13.10.94), e da qual, para avivar memórias, reproduzimos hoje alguns excertos de flagrante actualidade.

e a consciência tranquila» de 13 de Outubro de 1994

ilusões abriam condições favoráveis aos serviços de informação dos Estados Unidos (tal como aos da Grã-Bretanha) para procurarem recrutar informadores ou agentes seus entre pessoas de esquerda, nomeadamente em membros do Partido, apesar de o Partido se encontrar na clandestinidade. E conseguiram-no embora em casos raros. Tenho comigo exemplares do boletim do PCP «O Militante» publicado clandestinamente. Nos números de Setembro de 1946 e Janeiro de 1947 podem ler-se resoluções do Secretariado do CC decidindo a expulsão de dois membros do Partido que (por pretenderem aliciar outros) se souberam tomados tais ligações e compromissos.

Os arquivos da PIDE e a nova provocação contra o PCP

«Avante!» - O suporte despojado para o arquivo de documentos dos arquivos da PIDE aparece como um grande acontecimento na comunicação social e em declarações do Governador, em declarações de deputados do PSD, em numerosas depoimentos e artigos. São feitas graves acusações ao PCP. A partir de uma passagem de um livro publicado há tempo nos Estados Unidos por um ex-general espanhol há anos do KGB e de declarações recentemente por ele feitas a um jornalista português, citam-se factos, referem-se provas. Que resposta dá a essa situação?

«Nas declarações de certos senhores o tom é de revanchismo do antigamente. Os que a desencadeiam e conduzem empestam a operação com fortes cheiros a fascismo. E, pelo ponto de partida e certos desenvolvimentos, tem também o reconhecido cheiro da CIA.»

«Avante!» - Tratava-se nesse caso de serviços de informação de um país imperialista. O que se questiona por razões óbvias é a eventual ligação ou compromisso com serviços de informação da União Soviética e outros países socialistas.

Álvaro Cunhal - A orientação era a mesma em relação à URSS e outros países socialistas. Antes e depois do 25 de Abril. E continua a ser a mesma. Nós sempre comunicámos a nossa atitude aos partidos comunistas nesses países. Solicitámos mais que uma vez que, estando como estavam no poder, dessem indicações concretas para que os serviços de informações respectivos se abstivessem de procurar informações ou tentar recrutamentos junto de membros do nosso Partido. Naturalmente que o essencial é que um camarada, se detecta junto de si diligências desse tipo, frontalmente as repudie. Mas é bom evitar qualquer contacto, mesmo que ocasional, com pessoas com tais actividades.

Relações com embaixadas

«Avante!» - Essa questão levanta uma outra. O PCP tem relações com missões diplomáticas em Lisboa. Ora estas, pelo

«Temos uma orientação clara e segura e a consciência tranquila»

Entrevista de Álvaro Cunhal

Desvio de documentos

«Se, em Abril de 1974, a PIDE/DGS não continuou em funções foi porque o povo e militares revolucionários cercaram e tomaram de assalto as instalações da PIDE, prenderam os agentes, tomaram conta das armas e dos arquivos.»

«Se, em Abril de 1974, a PIDE/DGS não continuou em funções foi porque o povo e militares revolucionários cercaram e tomaram de assalto as instalações da PIDE, prenderam os agentes, tomaram conta das armas e dos arquivos.»

menos os grandes países, têm, entre o seu pessoal diplomático, representantes dos serviços de informação cuja missão é obter informações e recrutar informadores e agentes. Tendo o PCP relações com tantas missões diplomáticas em Lisboa, não oferecem tais relações o perigo de serem estabelecidos contactos, mesmo involuntários, com esses serviços de informação?

Álvaro Cunhal - O que dizeis é exacto e esse perigo existiria se não houvesse uma orientação muito clara e firme. Se alguns desses elementos representam oficialmente em Portugal, nas relações com o Governo, os referidos serviços e são geralmente conhecidos, outros ocultam as suas funções. Aparecem como secretários ou adidos militares, culturais ou comerciais. O disfarce não consegue entretanto evitar que muitos acabem por ser conhecidos pelo que são. Depois do 25 de Abril, o Partido estabeleceu relações com numerosas embaixadas. Dezenas. A da URSS e as de outros países socialistas, mas também as da Grã-Bretanha, França, Alemanha, Suíça, de países africanos, americanos e asiáticos. Convidam para recepções. Houve sempre e continua a haver encontros de dirigentes do Partido com embaixadores. A Secção Internacional do nosso Partido tem contactos

«A liquidação de parte do aparelho repressivo fascista foi realizada não pela Junta, nem pelo Governo Provisório, mas pelo povo e militares da insurreição. Que lhes seja prestada homenagem.»

«Aprenderam-me em Peniche e negaram-se a entregar-me dezenas de cadernos com apontamentos e originais de estudos que eu tinha feito ao longo de vários anos de isolamento. Algumas semanas depois do 25 de Abril, procurou-me em Lisboa um grupo de soldados para me fazer uma oferta. Tinham vasculhado nos arquivos da prisão do Forte de Peniche e tinham encontrado essa documentação com o meu nome.»

«Aprenderam-me em Peniche e negaram-se a entregar-me dezenas de cadernos com apontamentos e originais de estudos que eu tinha feito ao longo de vários anos de isolamento. Algumas semanas depois do 25 de Abril, procurou-me em Lisboa um grupo de soldados para me fazer uma oferta. Tinham vasculhado nos arquivos da prisão do Forte de Peniche e tinham encontrado essa documentação com o meu nome.»

«Se, em Abril de 1974, a PIDE/DGS não continuou em funções foi porque o povo e militares revolucionários cercaram e tomaram de assalto as instalações da PIDE, prenderam os agentes, tomaram conta das armas e dos arquivos.»

mais ou menos regulares com as missões diplomáticas. A nossa orientação é porém rigorosa e cumprida.

«Avante!» - Isso não evita que essas pessoas com funções especiais procurem também tocar gente do Partido.

Álvaro Cunhal - Naturalmente que procuram. Conhecemos muitas tentativas desse tipo. Pela iniciativa de contactos em recepções. Por convites para uma conversa ou refeição. Pela pretensão de estabelecer contactos pessoais sob os mais variados pretextos. Tem havido casos, aliás geralmente conhecidos, de alguns serem muito atrevidos e operativos, como uma jovem atraente de uma certa embaixada, um oficial muito condecorado e sociável de outra embaixada, e numa terceira, um adido de imprensa cujo comportamento precipitado e grotesco era só por si um cartão de identidade. Não sei se os outros partidos têm a mesma atitude e a mesma cautela.

«Avante!» - É muito provável que as explicações que acabas de dar não impeçam que a campanha continue. Para concluir, queres adiantar mais alguma ideia?

Álvaro Cunhal - Só uma: o PCP tem uma orientação clara e segura e a consciência tranquila.

de estudos que eu tinha feito ao longo de vários anos de isolamento. Algumas semanas depois do 25 de Abril, procurou-me em Lisboa um grupo de soldados para me fazer uma oferta. Tinham vasculhado nos arquivos da prisão do Forte de Peniche e tinham encontrado essa documentação com o meu nome. Alguns desses arquivos tinham sido liquidados depois do 25 de Abril. Outros estavam em mãos de militares da insurreição. O valor desta documentação é muito grande. Ela contém informações sobre o aparelho repressivo fascista que eu tinha feito ao longo de vários anos de isolamento. Algumas semanas depois do 25 de Abril, procurou-me em Lisboa um grupo de soldados para me fazer uma oferta. Tinham vasculhado nos arquivos da prisão do Forte de Peniche e tinham encontrado essa documentação com o meu nome.

«Aprenderam-me em Peniche e negaram-se a entregar-me dezenas de cadernos com apontamentos e originais de estudos que eu tinha feito ao longo de vários anos de isolamento. Algumas semanas depois do 25 de Abril, procurou-me em Lisboa um grupo de soldados para me fazer uma oferta. Tinham vasculhado nos arquivos da prisão do Forte de Peniche e tinham encontrado essa documentação com o meu nome.»

«Se, em Abril de 1974, a PIDE/DGS não continuou em funções foi porque o povo e militares revolucionários cercaram e tomaram de assalto as instalações da PIDE, prenderam os agentes, tomaram conta das armas e dos arquivos.»

menos os grandes países, têm, entre o seu pessoal diplomático, representantes dos serviços de informação cuja missão é obter informações e recrutar informadores e agentes. Tendo o PCP relações com tantas missões diplomáticas em Lisboa, não oferecem tais relações o perigo de serem estabelecidos contactos, mesmo involuntários, com esses serviços de informação?

Álvaro Cunhal - O que dizeis é exacto e esse perigo existiria se não houvesse uma orientação muito clara e firme. Se alguns desses elementos representam oficialmente em Portugal, nas relações com o Governo, os referidos serviços e são geralmente conhecidos, outros ocultam as suas funções. Aparecem como secretários ou adidos militares, culturais ou comerciais. O disfarce não consegue entretanto evitar que muitos acabem por ser conhecidos pelo que são. Depois do 25 de Abril, o Partido estabeleceu relações com numerosas embaixadas. Dezenas. A da URSS e as de outros países socialistas, mas também as da Grã-Bretanha, França, Alemanha, Suíça, de países africanos, americanos e asiáticos. Convidam para recepções. Houve sempre e continua a haver encontros de dirigentes do Partido com embaixadores. A Secção Internacional do nosso Partido tem contactos

Porto 2001

■ Jorge Sarabando

Reflectir, corrigir seguir em frente

A declaração do Porto como Capital Europeia da Cultura 2001 foi uma boa notícia, por todos saudada. A cidade reúne a melhores condições para se tornar um grande pólo cultural: possui um valioso conjunto de artistas e produtores culturais, qualificadas escolas artísticas, um movimento de colectividades populares muito rico e diversificado, vários espaços e equipamentos públicos, a que só faltava acrescentar um novo para uma Orquestra Sinfónica (ainda não criada). A cidade, ela própria, é um prodigioso cenário feito de granito e luz, onde se descobre a história e o trabalho criador de muitas gerações.

Na urbe e concelhos à volta, uma população jovem em crescimento oferece um campo fértil de renovação e mobilização de públicos, muita gente poderá ser atraída para a vivência e participação cultural.

A solução escolhida associava uma variada programação de eventos culturais, a requalificação urbana e a reanimação económica do centro histórico. A Câmara Municipal entendeu que o Porto 2001 poderia constituir uma oportunidade de concretização de vários projectos há muito prometidos, e há muito marcando passo no rol das promessas.

Deste modo se esboçou um projecto ambicioso, com espaço curto de execução e onde, diferentemente das experiências conhecidas, surgiu um orçamento em que o montante estimado para obras públicas seria o quádruplo do destinado a eventos culturais.

O modelo de gestão pareceu o indicado para o tipo de empreendimento, e o perfil do comissário designado surgiu como consensual por diversas razões, entre elas a sua natural habilitação para se mover nos labirintos do mecenato.

*

Desde início a CDU, que logo apresentou diversas propostas e sugestões, entendeu o Porto 2001 como um projecto de pontes - pontes entre antigos e novos públicos, entre a cidade, a cultura e a escola, entre património e modernidade, entre criação artística e intervenção cívica, entre memória e devir, entre a cidade, com a sua identidade, o país e a Europa.

A CDU reclamou, durante a fase preparatória, pluralismo, participação, transparência e operatividade.

Operatividade dada a envergadura do projecto e porque os prazos de execução eram curtos, o que implicava encontrar modelos de gestão com agilidade e rapidez de resposta.

Transparência, porque o modelo de empresa escolhida impunha uma clara delimitação entre o que é público e o que é privado, devendo definir com rigor as fontes de financiamento e a separação de verbas e investimentos já decididos e orçamentados noutras contas e os criados para o Porto 2001.

Participação, porque era essencial mobilizar e dialogar com produtores e agentes culturais, as escolas, as associações e colectividades.

Pluralismo, para que fossem envolvidas todas as sensibilidades políticas representadas nos Órgãos Municipais.

O PS respondeu com sobranceria e, na prática, recusou.

Nem o pluralismo ficou assegurado - bastará atentar na composição da administração da Sociedade, e não valerá a pena agora dizer que a culpa é do antigo Comissário.

Nem a participação ficou garantida, pois não foi aceite a realização de um Fórum da Cultura ou a criação de um Conselho Municipal da Cultura, propostas pela CDU ou com diferentes configurações, por outras forças políticas. Foi antes dada preferência às conversas em pequena sala e gabinetes.

Nem houve inteira transparência - o orçamento, de muitos milhões, foi apresentado, depois de grande insistência da CDU, numa simples folha de apontamentos. O orçamento exacto, a discriminação das fontes de financiamento e o destino das verbas necessárias ficaram por conhecer.

A operatividade parece-nos manifestamente insuficiente, apesar dos esforços realizados, porque são já visíveis os atrasos em diversas acções.

É neste caldo de (in)cultura, de falta de rigor e sentido de responsabilidade por parte do Governo e da Câmara, que surgem as raízes do conflito que entretanto estalou e que poderá contribuir para alguns atrasos adicionais.

*

As prioridades do PS, em período pré-eleitoral, eram outras. Carrilho e Fernando Gomes, futuros candidatos pelo círculo do Porto, apareciam, por essa altura, sorridentes, de braço dado, desenhando entre largos gestos uma cidade cosmopolita e remoçada em 2001.

Com a Biblioteca finalmente pronta, qual *Centro Pompidou*, a Casa da Música a regurgitar de público, qual *Maison de la Musique*, pronto o Palácio do Freixo e avançado o Parque Lúdico-Tecnológico de Campanhã, qual *Cité de la Villette*, a modernização do Centro do Porto concluída, a fazer inveja a Roterdão, e o Metro a rolar sobre carris. O mundo da cultura ficaria rendido e a população infinitamente grata...

Mas as obras do Metro ainda não começaram, a Casa da Música, que é sem dúvida um magnífico projecto, dificilmente estará pronta em 2001, o restante cenário tarda a erguer-se.

*

O que vai ficando é um triste retrato do PS no poder.

Não valerá a pena determo-nos nos parágrafos trauliteiros de Graça Moura, ou nas insinuações viperinas de António Barreto, ou nas blandícias mesureiras de Prado Coelho, ou nas pesporrências do Ministro Carrilho. Estão, nesta questão, bem à altura uns dos outros.

Acotovelam-se num pequeno universo onde sobram rivalidades, invejas, coisas mesquinhas, ânsias de protagonismo, pequenas capelas, algumas facadas, mediocridades em grande pose, num País onde persistem largos índices de iliteracia, onde o acesso aos bens culturais continua limitadíssimo e tem uma marca de classe, onde a democracia cultural parece uma utopia perdida.

Graves são as calúnias e as mentiras do Ministro Carrilho e o modo soez como tratou os obreiros de muito trabalho já feito no Porto 2001, independentemente do acerto de alguns critérios seguidos.

Mas se o Primeiro-Ministro cala é porque consente e apoia.

O mais importante agora é prosseguir o trabalho, para que não haja mais atrasos, é corrigirem-se deficiências. Para que haja mais operatividade, mas também mais transparência, mais pluralismo - de que há sinais positivos na nova equipa -, participação democrática, assim como rigor e sentido de responsabilidade cuja falta inquinou o processo no seu início.

É positiva a criação da Comissão Parlamentar de Acompanhamento, bem como a realização próxima de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal do Porto, solicitada pela CDU.

O tempo não é de passividade mas de exigência.



Organização Mundial de Comércio É preciso mudar de políticas

■ Pedro Guerreiro

Resistir à OMC: mudar de políticas foi o lema da conferência-debate sobre a Organização Mundial do Comércio (OMC) promovida pelo Grupo Confederal Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu, onde os deputados do PCP se integram, no passado dia 16 em Estrasburgo.

A iniciativa, a que se associou o Grupo Os Verdes/Aliança Livre Europeia, assim como alguns outros deputados do Parlamento Europeu, teve como causa próxima a ronda de negociações no âmbito daquela organização, cuja a agenda irá ser definida de 30 de Setembro a 3 de Dezembro na cidade de Seattle, nos EUA.

No debate participaram responsáveis de organizações que se opõem ao actual processo de liberalização e que propõem políticas alternativas. Entre os convidados esteve José Rainha, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil (ver texto em separado).

negociações, a tentativa de abrir os serviços públicos vitais para a vida dos povos às transnacionais, a tentativa de reforço de regras que impossibilitem a intervenção de um estado em defesa de sectores produtivos que sejam vitais, como o sector alimentar, entre muitos outros exemplos.

Na área da agricultura assiste-se à tentativa de controlo da alimentação mundial, dos recursos alimentares, do modo de produção, do património genético.

Por fim foi salientada a necessidade de divulgar, de dar a conhecer o que realmente está em causa, de modo a mobilizar um amplo movimento social contra esta nova vaga de liberalização comercial.

A agenda da próxima iniciativa ainda não está decidida, e independentemente das contradições que poderão existir na procura do acordo entre as grandes transnacionais ou entre um ou outro bloco comercial, terá importância fundamental a acção de todos aqueles

que procuram travar o neoliberalismo, de que são exemplo a declaração já assinada por mais de 1800 organizações não governamentais e a «contra cimeira» prevista para Seattle, a realizar antes da cimeira de ministros, mas também as muitas iniciativas desenvolvidas a nível nacional.

É de salientar que embora a agenda das negociações possa ser definida até dia 3 de Dezembro, as negociações propriamente ditas deverão durar cerca de três anos (duração possível

que é apontada até ao momento), o que permitirá o seguimento das negociações e o fortalecimento do «diversificado movimento de resistência, protesto e reivindicação que os trabalhadores e os povos têm desenvolvido», única forma de dar resposta à nova ofensiva das forças neoliberais.

As palavras e a realidade

As «boas» intenções e as alegadas preocupações com as consequências sociais e ambientais da actual abertura de mercados não são novas. Já no passado os defensores de uma maior liberalização das relações comerciais afirmaram que esta seria a forma de ultrapassar as desigualdades. Hoje limitam-se a insistir nas causas que levaram à origem, manutenção e agravamento da situação actual. Uma

situação em que se regista o crescente aumento das desigualdades e a crescente concentração do rendimento, recursos e riqueza entre pessoas, empresas e países.

Vale a pena lembrar alguns dos dados constantes do «Relatório do desenvolvimento humano 1999», publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD):

– Os países da OCDE, com 19% da população mundial, dominam 71% do comércio mundial de bens e serviços;

– De 1994 a 1998, as 200 pessoas mais ricas do mundo mais que duplicaram a sua riqueza líquida, para cima de 1 bilião de dólares (um rendimento de cerca de 100 000\$00 por segundo durante quatro anos);

– O património das 200 pessoas mais ricas do mundo é maior do que o rendimento conjunto de 41% da população mundial;

– As cinco maiores empresas de biotecnologia dos EUA controlam mais de 95% das patentes de transferência de genes;

– Em 1997 os países do G7 (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos) possuíam 64% da riqueza produzida a nível mundial (com 11,8% da população mundial), enquanto 77 países em desenvolvimento possuíam 16,9% da riqueza produzida a nível mundial (com 76% da população mundial);

– O património dos três primeiros multimilionários são superiores ao produto nacional bruto conjunto de todos os países menos desenvolvidos e dos seus 600 milhões de pessoas;

– A vaga de fusões e aquisições está a concentrar o poder do capital, em 1998, as 10 maiores empresas de pesticidas controlavam 85% do mercado mundial e as 10 maiores empresas de comunicações controlavam 86% do mercado;

– Perto de 1,3 mil milhões de pessoas vivem com menos de 200\$00 por dia e perto de mil milhões não podem satisfazer as suas necessidades de consumo básicas;

– Mais de 80 países ainda têm rendimentos *per capita* mais baixos do que há uma década ou mais atrás;

– 250 milhões de crianças trabalham no mundo;

– O hiato de rendimento entre o quinto da população mundial que vive nos países mais ricos e o quinto que vive nos países mais pobres era de 74 para 1 em 1997 e acima de 60 para 1 em 1990;

– Nos últimos anos da década de 90, o quinto da população mundial que vive nos países de rendimento mais elevado tinha 86% da riqueza produzida a nível mundial – o quinto da base apenas 1% – e 82% dos mercados mundiais de exportação – o quinto da base apenas 1%;

É por tudo isto que o que vai ser discutido em Seattle diz respeito a todos.

Joaquim Miranda em Seattle

O eurodeputado comunista Joaquim Miranda, que preside à Comissão para o Desenvolvimento e a Cooperação, é o representante do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica na delegação do Parlamento Europeu à ronda de negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio que se realiza em Seattle de 30 de Novembro a 3 de Dezembro.

O testemunho do Movimento dos Sem Terra

A participação de José Rainha, dirigente do Movimento brasileiro dos Sem Terra (MST), na iniciativa «Resistir à OMC: mudar de políticas», marcou o encontro pela autenticidade e força do testemunho prestado, pois trouxe nas suas palavras os 12 milhões de desempregados, os 12 milhões de trabalhadores sem terra, os 3 milhões de crianças de rua, todos aqueles que no Brasil «sofrem na pele» a pobreza e a violência.

José Rainha alertou para as consequências do projecto neoliberal, dirigido pelos EUA, que ataca a soberania dos Estados e o direito de cada povo a decidir o seu destino, que ataca a democracia e os direitos de cada cidadão, o direito a

produzir, o direito à sua cultura, excluindo a maioria da população mundial e combatendo todos os que se lhe opõem. Apontou igualmente as consequências do neoliberalismo na agricultura, a exclusão do pequeno agricultor, a procura do controlo de todo o processo de produção alimentar (desde o controlo das sementes, à distribuição, pondo em causa a segurança alimentar de cada povo) e a definição do modo de produção (pondo em causa a qualidade alimentar), da destruição dos recursos naturais, da devastação da Amazônia e das suas consequências para o ambiente do nosso planeta.

O dirigente do MST falou ainda dos efeitos da dívida externa no Brasil,

como os cortes orçamentais nas áreas de investimento do bem estar da população, nomeadamente na saúde, na educação, na segurança social, justificados pelo governo brasileiro pela «necessidade» de pagar os juros da dívida externa e demonstrando desta forma a sua submissão ao FMI e ao Banco Mundial.

As experiências e as iniciativas de luta levadas a cabo pelo MST, descritas por José Rainha, contribuíram para o debate como um exemplo concreto de resistência dos povos, consolidando a confiança de que a maioria da humanidade, que uns querem excluir e negar o direito a uma vida digna, vencerá este combate.



O encontro possibilitou um primeiro debate em torno das propostas de temas a incluir na agenda negocial, assim como do seu significado e consequências.

Uma primeira ideia a reter é a de que as declarações em torno desta nova negociação, denominada «Ronda do Milénio», são preocupantes.

O que se pretende é impor a todo o planeta as regras neoliberais, condicionando a generalidade das actividades humanas ao conceito de «mercadoria», na busca do máximo lucro.

Após a liberalização das trocas de bens e da abertura da esfera dos serviços e da propriedade intelectual, existe agora a tentativa de incluir a indústria, os serviços financeiros e outros serviços, como os ligados à saúde e à educação, mas também os investimentos e os mercados públicos, entre outros.

Todos estes sectores ficarão assim disponíveis para o ataque das empresas transnacionais, apesar das vagas declarações em torno dos direitos sociais mínimos, da excepção cultural, da protecção do ambiente e do futuro dos países em vias de desenvolvimento.

Ofensiva em todos os domínios

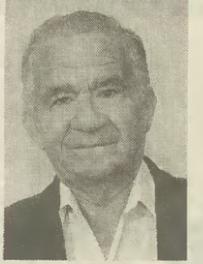
Os defensores desta nova vaga de liberalização prometem que ela será favorável ao bem estar geral, à criação de emprego e ao progresso de todos os países. O comissário Pascal Lamy declarou que a «abertura progressiva dos mercados, tanto para as mercadorias como para os serviços é do interesse da comunidade» – o mesmo credo propagandeado na ronda negocial anterior, terminada em Marraqueixe com as consequências que se conhecem. Cinco anos mais tarde o balanço é o aumento das desigualdades, o recuo dos direitos laborais e sociais, a destruição da agricultura tradicional, a destruição ambiental e, por outro lado, a concentração da riqueza e dos recursos nas mãos de uma minoria.

No debate foi ainda apontado o actual ataque ao papel dos Estados na economia, pondo em causa a possibilidade do exercício do controlo democrático de um povo sobre a actividade económica do seu país.

São exemplos desta nova ofensiva a tentativa de recuperar o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) integrando-o nestas

A melhor das Cimeiras em Havana

Vitória de Cuba, derrota dos EUA



■ Miguel Urbano Rodrigues

Toda a vitória, em política como na guerra, é quase sempre inseparável de uma derrota. Ambas emergem com transparência no balanço da IX Cimeira Ibero-Americana. O mérito principal pelo seu êxito cabe a Fidel Castro; os EUA, ausentes em Havana, foram ali o grande derrotado.

Quando Fidel Castro, no Palácio das Convenções de Havana, encerrou os trabalhos era generalizada a opinião de que esta IX Cimeira foi a mais fraternal, fecunda e consensual de todas.

Para muitos chefes de estado e governo o resultado foi uma surpresa. Washington fez tudo o que estava ao seu alcance, desde a VII Cimeira, na Ilha Margarita, em 1997, para sabotar a reunião de Havana.

Na sua intervenção de encerramento, Fidel recordou uma situação esquecida. Na I Cimeira, a de Guadalajara, em 1991, não houve vozes discordantes quando na distribuição das sedes futuras se decidiu que caberia a Cuba promover o Encontro de 1999. O socialismo ruína na Europa Oriental e a URSS desagregava-se. Em Miami, a mafia da

Fundação Cubano Americana concebida já festas faraónicas nas suas antigas mansões de Havana.

Mas a cidadela socialista das Américas resistiu ao grande vendaval.

Não surpreende a decepção norte-americana. O esforço desenvolvido pelas grandes cadeias da televisão norte-americanas e por influentes órgãos de comunicação social europeus para ignorar o que se passou agora em Havana não tem o poder de apagar a evidência: a Cimeira não foi apenas para Cuba uma vitória moral e um êxito político.

A maioria dos jornalistas estrangeiros que se concentrou em Havana - mais de um milhar - confrontou-se com um quadro e situações inesperados. Em vez de uma «Cimeira tempestuosa», como antecipavam, a IX foi a mais tranquila de quantas se realizaram na década que vai findar. Em vez de uma reunião marcada por divergências insuperáveis, esta foi a dos consensos fáceis em torno dos grandes problemas. Fidel uniu em vez de desunir.

Naquilo que é permanente na estratégia dos EUA para o hemisfério, manter os latino-americanos desunidos tem sido um objectivo prioritário desde a época de Bolívar. Em Havana, neste Novembro do ano 99, a unidade dos povos do Continente deu, pela primeira vez no contexto das Cimeiras, um grande passo em frente. A preocupação de Washington é tanto maior quanto a ponte entre os latino-americanos e os portugueses e os espanhóis, que, no contexto das Cimeiras, parecia artificial, ganhou, de repente, uma solidez não esperada. Por cima da vastidão atlântica, os governantes de povos ligados por uma história que durante séculos foi comum apercebem-se de que num mundo imperializado pela globalização neoliberal podem resolver problemas também comuns se os enfrentarem unidos.

Por si só os oito documentos aprovados pelo grande plenário de Havana revelam, pela sua natureza e conteúdo, que sobre temas difíceis foi possível chegar a consensos que durante anos não pareciam viáveis. É suficiente citar os textos relativos à Colômbia (sobre a qual se adensa a ameaça da intervenção norte-americana); a demarcação da fronteira entre o Chile e o Peru; o acordo de paz entre este país e o Equador; as decisões sobre a reconstrução da América Central; a Declaração sobre o acompanhamento da Cimeira União Europeia - América Latina e Caribe; e as Declarações sobre o Canal do Panamá e as Ilhas Malvinas.

A Declaração de Havana, um documento que reflecte as contradições no desenvolvimento, os fossos culturais e as dependências económicas traduz, apesar das suas lacunas e omissões, o avanço de uma consciência comum de que, unidos, os povos ibero-americanos podem conseguir na rejeição do neoliberalismo globalizado o que, isolados, jamais alcançarão.

A criação da Secretaria da Cooperação foi outra vitória.

A Washington sobram motivos para o mal estar que esta Cimeira provocou. Identifica nos progressos da unidade ibero-americana, por frágil que ela seja, uma ameaça ao domínio absoluto e perpétuo que pretende manter sobre os países do «pátio das traseiras».

Uma contradição positiva

Uma contradição positiva da Cimeira - que fez soar o alarme na Casa Branca e no Departamento de Estado - foi a convergência no discurso político, em aspectos fundamentais, de governantes que, com poucas excepções,



Os EUA perante a Cimeira

Nos meses que precederam a reunião de Havana, a Administração norte-americana desenvolveu uma ofensiva cujas principais metas eram:

1. Esvaziar a Cimeira de significado, através da não comparência de muitos chefes de Estado;

2. Persuadir um número considerável de participantes a ingerir-se em assuntos internos cubanos, publicamente, se possível;

3. Utilizar os chamados «dissidentes» para provocações diversificadas.

Madeleine Albright não hesitou em dirigir a alguns ministros dos Negócios Estrangeiros uma carta em que lhes dava instruções minuciosas sobre a forma de proceder. Esse documento, publicado pela imprensa cubana, é esclarecedor do nível a que desceu a diplomacia norte-americana nas suas campanhas irracionais contra Cuba.

Noutra carta escandalosa, também divulgada, Jorge Más Canosa Filho, actual chefe da mafia contra-revolucionária de Miami, traçava o comportamento que o ministro dos Estrangeiros da Nicarágua (seu sócio em negócios escuríssimos) deveria ter em Havana.

Na semana que antecedeu a Cimeira foi

anunciada com estardalhaço nos EUA uma grande concentração-desfile de «dissidentes» em Havana. A montanha pariu um rato. Mostraram-se apenas três ou quatro marginais exibindo cartazes insultuosos, com erros de ortografia (ver Avante de 18.11.99).

Influente órgãos da imprensa internacional colaboraram na campanha. Alguns, caso de EL País, inventaram uma vaga de repressão em Cuba, dedicando manchetes a imaginárias prisões de falsos líderes.

Numa reunião em que a «oposição» anunciou a sua comparência maciça apareceram três jornalistas estrangeiros por cada «dissidente».

O governo cubano teve a preocupação de manter o povo permanentemente informado do que se passava. As calúnias, pressões, ingerências, intrigas e boatos foram tornadas públicas.

A realidade tirou a máscara à «dissidência», confirmando a sua total falta de representatividade.

Para decepção da Casa Branca, apenas cinco presidentes, alegando motivos diferentes, não estiveram presentes em Havana (os da Argentina, do Chile, Nicarágua, Costa Rica e El Salvador).

Sampaio e Guterres, cumulados de gentilezas, perderam uma excelente oportunidade de contribuir para o reforço do prestígio de Portugal em Cuba. O povo cubano guarda uma gratíssima recordação do acolhimento que a gente magnífica do Porto dispensou a Fidel durante a VIII Cimeira.

Como membro da tróica, o único orador da sessão inaugural da Cimeira foi, além de Fidel, Jorge Sampaio. Desaproveitou o privilégio. O seu discurso, pobre de conteúdo, foi prejudicado no final por parágrafos que através de enxertos ambíguos revelaram incompreensão da Revolução Cubana e envolveram concessões aos seus inimigos. Não deixou boa impressão no povo cubano.

Guterres, mais hábil, criticou repetidamente o bloqueio e fez gala em se distanciar do neoliberalismo. Mas insistiu em receber Elizardo Sanchez, um «líder» contra revolucionário de prestígio nulo que não reúne em Cuba mais adeptos do que o MRPP em Portugal.

É significativo que a própria presidente do Panamá - viúva do ex-presidente oligarca Arnulfo Arias - se tenha recusado a receber Elizardo, delegando essa tarefa no seu ministro dos Estrangeiros...



EM FOCO

Chavez conquistou Cuba

se têm mostrado submissos na prática das coisas às exigências do modelo imposto pelo FMI e o Banco Mundial, como instrumentos da vontade imperial dos EUA. Em Havana, tanto na Cimeira, quando entrevistaram, como em declarações à imprensa, estadistas que no poder actuam como zelosos executores de políticas neoliberais - sentiram, na capital cubana, a necessidade de procederem a balanços críticos do sistema que servem quase sempre com docilidade. No tom e na forma as suas intervenções não coincidiram. Mas é significativo que até políticos como o brasileiro Fernando Henrique (que está a precipitar o seu país no caos), o colombiano Andres Pastrana, os presidentes conservadores da Guatemala, do Equador e do Paraguai, a presidente do Panamá e muitos outros tenham criticado abertamente os efeitos do neoliberalismo e preconizado a necessidade de uma alternativa.

A atmosfera de condenação do neoliberalismo era tão unânime que gente como Maria Aznar e António Guterres, que se destacam na constelação dos teólogos europeus do mercado pela tenacidade com que levam adiante políticas de direita, também jogou lenha na fogueira cujas labaredas verbais atingiam o neoliberalismo e a irracionalidade do deus-mercado.

Dir-se-á que agiram tacticamente. É verdade. Mas a manobra táctica implicou para ambos outros malabarismos. Um e outro foram insistentes e duros na condenação frontal do bloqueio norte-americano contra Cuba, atitude impensável anos atrás.

Nas vésperas da Cimeira alguns dos participantes alimentavam ainda a esperança de que as previsões de Washington se confirmassem e Cuba saísse ferida da reunião de Havana.

Quase todos, presidentes e ministros de Estrangeiros, acabaram por aplaudir com calor o presidente cubano quando este, na sessão de encerramento, fez a síntese da Cimeira. Era impossível negar que esta fora a mais produtiva em resultados e que a contribuição de Fidel fora decisiva pela atmosfera de consensos que soube criar.

Os três breves discursos que proferiu foram obras primas de oratória política. O rei de Espanha, alvo de atenções especiais, não escondeu a emoção quando no aeroporto se despediu com um abraço em que transparecia calor humano e admiração.

Na conferência de imprensa (em que participaram também Guterres e o representante do Panamá) Fidel respondeu com o habitual à vontade a perguntas que visavam a embaraçá-lo. Algumas incidiram sobre as audiências que alguns dos visitantes concederam a contra-revolucionários que as solicitaram. Como nada foi escondido do povo sabia-se que Aznar e Guterres tinham recebido Elizardo Sanchez, o mais conhecido «dissidente», que, aliás, se multiplicou em entrevistas aos *media* estrangeiros. Fidel esclareceu que não tinha reparos a fazer a esses encontros. Os governantes que participaram na Cimeira eram livres de ir onde quisessem e falar com quem lhes aprouvesse. Não se falou, aliás, de Guterres, apenas de Aznar.

Lamentou, entretanto, Fidel que os jornalistas visitantes não tivessem falado mais com o povo, nas ruas. Poderiam, assim, saber o que os cubanos pensam desses encontros a que jornais e canais de TV dedicaram muito mais espaço e atenção do que à visita das delegações estrangeiras à Escola Latino-Americana Ciências Médicas.

Essa opção mediática é um indício mais da crise de civilização que a humanidade enfrenta.

Aqueles que gostariam de ver Cuba imitar a teoria e a prática da democracia de figurino capitalista neoliberal e perfilhar o conceito *clintoniano* dos direitos humanos deveriam meditar uns minutos, mesmo poucos, na diferença de comportamento entre a ilha socialista e as grandes potências, no tocante às trágicas situações criadas pelo furacão Mitch que em 1998 devastou amplas regiões da América Central.

Enquanto os EUA não cumpriram as promessas então feitas, a pequena e pobre Cuba enviou imediatamente milhares de médicos para as áreas sinistradas. Ali se mantêm. Mas fez mais. Criou uma Faculdade de Medicina especial, a Escola de Havana onde hoje estudam gratuitamente quase dois mil jovens latino-americanos de 18 nacionalidades que nos seus países não teriam a possibilidade de se formar.

A saudação do moço guatemalteco que falou em nome dos seus colegas, sublinhando o significado humanista da solidariedade e da fraternidade do povo cubano fez chorar muita gente que o escutou.

Fidel tirou da iniciativa a lição: ela é «um simples exemplo daquilo que unidos, podemos alcançar».

O venezuelano Hugo Chavez permaneceu em Havana após a IX Cimeira Ibero-americana. Aceitou o convite de Fidel para uma visita oficial de dois dias. Foram suficientes para conquistar o coração e o respeito do povo de Cuba.

A conferência que proferiu na aula magna da Universidade de Havana fez estremecer as paredes do velho casarão colonial. Foi transmitida pela televisão e depois repetida integralmente.

Quem o ouviu compreende o interesse que despertou e o significado do «efeito» Chavez em toda a América Latina.

Os adversários identificam nele um extraordinário orador, mas acham que está fora de moda. E não mentem. Ele faz lembrar Saint Just pelo estilo inflamado e cortante. Mas pelo conteúdo distancia-se de qualquer modelo. Funde um idealismo messiânico no materialismo histórico.

Bolívar, o inspirador e herói, é para ele a referência permanente no discurso, no programa, na acção. Tão forte, tão obsessiva, que a nova Constituição mudou o nome do país, agora República Bolivariana da Venezuela.

O que fez da Conferência de Chavez um acontecimento político que comoveu o povo cubano?

O projecto revolucionário que ele assume, a convicção de que o levará adiante e a coragem de desafiar.

Tudo nela foi atípico. Evitou análises elaboradas, estatísticas, citações longas.

Chavez, usando uma linguagem simples, mas carregada de emoção, contou a história recente da Venezuela. A narrativa desenvolveu-se em dois planos: iluminou o saque, a corrupção desenfreada, a arrogância dos governantes perante o povo e o seu servilismo perante os senhores do Império.

Paralelamente tornou transparente o trágico e progressivo empobrecimento das grandes maiorias num dos países do Continente mais ricos em recursos naturais, a

terra de Bolívar onde hoje mais de 80% da população sobrevive na miséria.

O cenário que esboçou, movimentando nele as personagens, parecia arrancado de uma peça de teatro do absurdo. Mas foi dramaticamente real na Venezuela da democracia de farsa. Uma Venezuela na qual um presidente instalou no Palácio a amante, (que governava nos bastidores), a Venezuela do «caracazo» onde os detentores do Poder olhavam para o povo como rebanho de carneiros, e usavam contra ele os fuzis em cruéis chacinas quando ele, ante o agravamento da fome, do desemprego, e da opressão saía às ruas, protestando.

Chavez, como moderno contador de histórias autênticas, trouxe depois ao discurso o seu sentimento de revolta de jovem oficial como espectador passivo da degradação da vida. A indignação que nele e noutros companheiros subiu ao assistirem impotentes à matança do «caracazo» e a outras similares foi tamanha que assumiram o compromisso de pôr termo a uma situação que aviltava a nação. Ele não esquecera a advertência de Bolívar, amaldiçoando aqueles que, envergando um uniforme, ousassem usar as armas contra o seu próprio povo.

Esse compromisso, ao concretizar-se no levante do ano 92, levou-o, como se sabe, à prisão. Dela saiu para retomar o desafio e numa trajetória sem precedentes chegar à Presidência nos braços do povo, eleito por maioria absoluta, numa campanha da qual saíram feridos de morte os partidos tradicionais.

Do presente, carregado de incógnitas, erizado de obstáculos de muito difícil superação, também falou, naturalmente, Chavez. Mas com muita prudência, consciente de que o grande adversário é exterior: a engrenagem de poder do império norte-americano.

O exemplo de Cuba esteve presente ao longo de toda a conferência. Não porque tenha a ilusão de tomar a ilha revolucio-

nária como modelo. O que em Cuba o inspira e lhe fortalece a determinação de lutar é a firmeza, a valentia do seu povo e a lucidez dos dirigentes, a fidelidade ao projecto e a decisão de prosseguir no caminho traçado custe o que custar. Não foi casual a invocação, no fecho, dos nomes de Bolívar e Martí, símbolos da unidade latino-americana.

Segundo me disseram, raramente um estadista estrangeiro foi saudado com uma ovação tão quente e prolongada na aula magna da Universidade de Havana.

Fidel, presente, disse o que muitos ali sentiam ao afirmar, dirigindo-se ao presidente venezuelano:

«Chavez guardarei as tuas palavras como um documento muito importante da nossa época. As ideias que expressaste são aquelas que vão impor-se e perdurar no novo milénio».

Esta conferência de Hugo Chavez e tudo o que disse e fez em Cuba, impressionaram-me muito. Não me constringe reconhecer que me levaram a repensar a ideia que tinha do homem, do soldado e do político.

É imprevisível o futuro próximo da Venezuela bolivariana. Os EUA farão o possível, quase o impossível, para conduzir ao malogro o projecto do presidente. Washington não hesitará em recorrer a meio criminosos para o travar.

Mas Clinton e sua gente estão também conscientes de que Hugo Chavez não vai ceder. Não é um presidente recuperável. Falta-lhe um partido revolucionário com implantação popular. Carece de experiência e saber; não dispõe de quadros em quantidade e qualidade. Mas a sua tempera no combate é a dos libertadores legendários, de Bolívar a Artigas, o seu eticismo, o seu compromisso com a história são os de estadistas como Salvador Allende que preferem a morte à capitulação.

* * *

O que aconteceu naquela noite é em Portugal do domínio do inimaginável. Mais de 50000 pessoas encheram o Estádio Latino para assistir a um jogo de baseball entre selecções de veteranos de Cuba e da Venezuela. Até aí tudo normal. O entusiasmo despertado pelo encontro nasceu, porém, de uma situação que somente em Cuba podia produzir-se. O presidente venezuelano, em visita oficial, fez parte da equipa do seu país. Na cubana apareceu como técnico, a dirigi-la, Fidel Castro, tendo como auxiliares Carlos Lage, na prática primeiro ministro, e Felipe Perez, ministro das Relações Exteriores.

O jogo empolgou o povo. Chavez foi lançador, batedor, andou pelas bases. Teve um desempenho brilhante. Fidel, com a compenetração de um grande *manager*, andava de um lado para outro, dando instruções aos seus atletas.

Durante a Conferência tinha anunciado uma surpresa para o jogo histórico. Houve duas: uma antes e outra no Estádio.

De tarde, no decurso de uma visita, Chavez, informado por Raul Castro de que faltara a luz teve de subir a pé dez andares de um edifício. Na realidade a paragem nos elevadores não existiu. «Pretendíamos cansar-te para o jogo - explicou mais tarde Fidel - E verificar se estavas em forma!»

Quando o jogo estava empatado, Fidel procedeu a substituições. O público estranhou que a meia dúzia de veteranos que entraram em campo fosse tão idosa. Quase todos eram barrigudos, tinham longas barbas e um ou outro mancava.

Entretanto, para surpresa geral, os velhinhos decrepitos corriam como gazelas pelo relvado e deixavam transparecer uma força muscular incomum. O mistério foi esclarecido, no final por Fidel, que ria a bandeiras despregadas. Os homens do banco de suplentes eram elementos da selecção nacional de Cuba, campeã olímpica e mundial de baseball. Apareceram maquilados.

Chavez, numa volta ao campo, foi saudado com uma ovação colossais que se repetiu no abraço a Fidel.

Jornalistas estrangeiros presentes disseram-me ter dificuldade em compreender aquela atmosfera, o significado do jogo, a compenetração de Fidel, o desempenho de Chavez como atleta e sobretudo a alegria explosiva da multidão.

Foi difícil explicar-lhes que a alegria de viver é inseparável da ideia de revolução. Num mundo desumanizado pela sacralização do mercado e pelo pensamento único, onde a pequena política invade e deforma a vida, os revolucionários autênticos tratam de introduzir a vida na política. Se o objectivo do homem é a busca da felicidade possível, por que não abrir as portas à alegria, permitindo que ela ilumine o grande rio da vida?

Naquela noite belíssima, no grande Estádio de Havana ficou transparente que em Cuba, após quarenta anos de bloqueio e muitos de dura escassez, a vida, a alegria e a política continuam a caminhar juntas, numa simbiose humanista.

O Presidente e os Sem Terra

O Movimento dos Sem Terra brasileiro luta, há décadas, contra uma das mais monstruosas expressões de exploração e desigualdade no mundo, que é a que se verifica no Brasil no aspecto agrícola, onde milhões de camponeses morrem à fome por não terem uma leira por plantar, enquanto umas dúzias de latifundiários (lá chamam-se «fazendeiros») são proprietários de vastidões de terra com o tamanho de países europeus. Desta vez o Movimento desencadeou um protesto sem dúvida eficiente: cercou uma fazenda propriedade do Presidente Fernando Henrique Cardoso como forma de exigir que o governo liberte o financiamento público prometido, mas não entregue, para o plantio de terras na área, no âmbito de uma tímida Reforma Agrária esboçada pelo actual executivo. A resposta foi o envio de mais de 600 militares das tropas federais brasileiras para escorraçar os camponeses, operação que custou ao Estado brasileiro muito mais que o magro financiamento prometido para o plantio. Entretanto, enquanto estes acontecimentos se desenrolavam, o Presidente

PONTOS CARDEAIS

Fernando Henrique Cardoso estava em Florença, na cimeira do «Reformismo no século XXI», defendendo garbosamente, para os seus pares sociais-democratas, que «o grande desafio para o próximo milénio é o de extinguir a pobreza no mundo»...

Ah, grandes reformadores!

O truque...

Ora aí está a boa nova: o Governo garantiu, via ministério Pina Moura, que o preço dos combustíveis não se vai alterar nos tempos mais próximos, apesar de o preço do barril de crude continuar a subir pelas praças mundiais. O segredo? Nada mais simples: o Governo alargou os limites da margem de comercialização, o que permitirá aos operadores continuar a sacar os mesmos lucros sem mexer no preço da «gasosa». É evidente que o dinheiro vai faltar em algum lado e vai ser – pois claro... – nos cofres do Estado, que assim se «desapropria» a si mesmo de uns largos milhões de contos em impostos. Portanto, tudo na maior: as empresas de combustíveis continuam com os seus lucros a crescer, o cidadão vai pagar

tudo isto mas, para sua felicidade, quando atestar o carrinho nem vai dar pelo truque...

...e o reverso

Notícia de última hora, quentinha e a saltar no fecho desta edição: segundo manchete do *Diário de Notícias*, afinal «o preço da gasolina subirá já em Dezembro, ao contrário do que foi prometido pelo Governo, caso o Estado não altere o acordo com as petrolíferas». O caso «obrigou já à marcação de uma reunião de emergência, pois a partir de Dezembro o Governo fica sem poder baixar mais o imposto sobre os produtos petrolíferos para garantir o congelamento dos preços de venda ao público». O Governo, acrescenta o jornal, «fica ainda sem capacidade para compensar as companhias petrolíferas, a menos que comece mesmo a desembolsar dinheiro». Afinal, a coisa ainda está pior do que se pensava. Por este andar, não apenas vamos ter de garantir, por ínvios e outros impostos, os intocáveis lucros das petrolíferas como, ainda por cima, vamos pagar os combustíveis mais caros!

'Tá lá?!...

Estalou a «guerra» dos telefones. Com a aproximação da liberalização do sector, prevista para o princípio do próximo ano, as duas novas operadoras já entraram «a matar». Primeiro, foi a Oni, que anunciou tarifas de 7\$50 por minuto nas chamadas nacionais. A Portugal Telecom viu-se forçada a descer do seu pedestal de sobranceiro monopólio e anunciou de imediato, via presidente Murteira Nabo, que iria baixar as tarifas em 6%. Perante isto, e no seu estilo «buldozzer», a novíssima empresa Novis, operadora da empresa Sonae do sr. Belmiro de Azevedo, acaba de anunciar – sob contestação do próprio departamento financeiro da empresa! – a futura facturação de 3\$00 por minuto nas chamadas nacionais! Parece estar tudo doido, mas é só uma aparência. Afinal, tudo isto não passa da ferocidade na partilha de um imenso bolo a deglutir por três «devoradores». Acertadas as contas, o consumidor, agora iludido por uma cortina de migalhas, continuará a pagar mais ou menos o mesmo...

Incinerações

O novíssimo ministro do Ambiente, José Sócrates, no afã de mostrar serviço, declarou algures que a incineração de resíduos tóxicos e perigosos é o «melhor método» e garantiu que as duas unidades industriais de co-incineração iriam ser instaladas em Souselas e Maceira. Obviamente, caiu o Carmo e a Trindade em cima do dinâmico governante, com toda a gente a recordar-lhe que a decisão sobre esta matéria depende, exclusivamente, de uma comissão científica nomeada para o efeito através de diploma governamental. Perante o sururu, José Sócrates escapuliu-se pela porta do costume em casos que tais, garantindo que não tinha dito o que dissera e que tudo não passava de um equívoco onde, naturalmente, andava o dedo desatento da rapaziada do jornalismo, sempre pronta a «descontextualizar» as doudas palavras dos governantes. É sabido que o protagonismo é o alfa e o ómega de um certo estilo de governação lançado pelo PSD e diligentemente prosseguido pelo PS, mas cuidado: às vezes pode conduzir a «incinerações políticas»...

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Folha branca

Cavalinho

Tenho diante de mim a folha branca. Cavalo branco. Paciente. Quietos com toda a distância a haver por sua conta.

Cavalo imóvel como é seu costume no tempo sem fim.

Enquanto eu cultivo o lume da flor da angústia no meu jardim.

Esperança

Sim. Sei que tenho à porta o meu cavalo branco tão dócil e tão misterioso tão confiante nos horizontes de espanto além da esfera Anteu raiz de gente o freio morde à espera que eu subitamente acorde.

Lucidez

É preciso olhar a nossa voz com o juízo de uma outra pessoa a olhar para nós.

Não ver da janela a ave que voa tão rápido que nem ficamos dela senão com a cor da plumagem. Seja esta ave a imagem da nossa pessoa sendo a nossa pessoa a que vê da janela apenas um relâmpago de penas.

Meu cavallinho alado bem-amado cavallinho da crina que flutua: deixemo-nos de tretas acho que esta é a verdade nua e crua: eu já me vou um bocado abaixo das canetas.

O futuro continua

Ó folha branca cavallinho manso bravo cavallinho tão afeito a mim!

Não tardará, enfim que eu... Pronto: o caminho tem de se fazer, pois sempre há-de haver quem saiba o roteiro com mais poder de te fazer voar.

O novo cavaleiro Já se está a equipar breve, contigo arranca para o novo caminho.

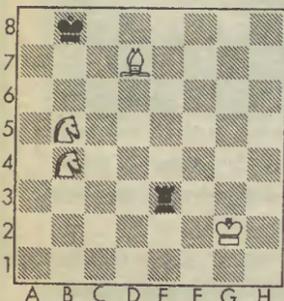
Minha folha branca bravo cavallinho.

XADREZ

DCCXXXI – 25 DE NOVEMBRO DE 1999
PROPOSIÇÃO Nº 1999X42

Por: Henri Rinck
«Argentine Chess Club Magazine» – 1921

Pr.: [2]: Tc3-Rb8
Br.: [4]: Cs, b4, b5-Bd7-Rg2



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1999X42 [H.R.]

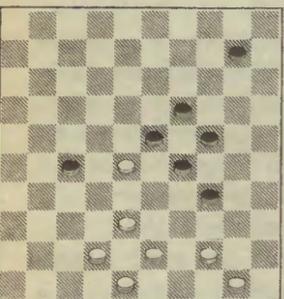
1. Rf2, Tb3 (64); 2. Ca6+, Rb7; 3. Cç5+eg.
A. de M. M.

DAMAS

DCCXXXI – 25 DE NOVEMBRO DE 1999
PROPOSIÇÃO Nº 1999D42

Por: W. Muliar
URSS, 1970

Pr.: [7]: 10-19-23-24-27-29-34
Br.: [7]: 28-38-42-43-44-48-50



Brancas jogam e ganham

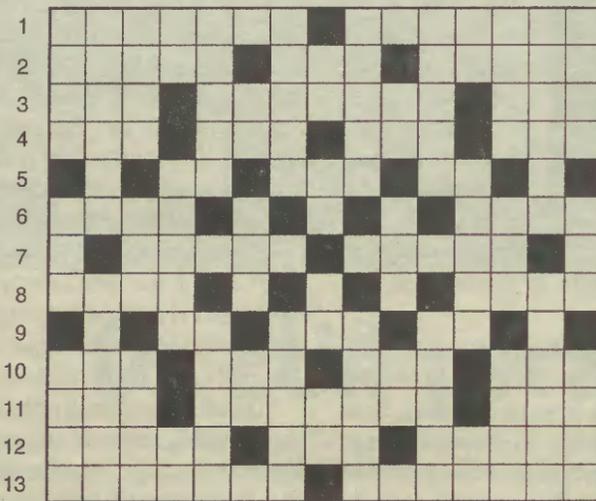
SOLUÇÃO DO Nº 1999D42 [W.M.]

1. 38-32, (27x40=D); 2. 50-45, (x); 3. 42-38, (x); 4. 48x30, (x); 5. 45x5=D e g.

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 – Frutos do pepineiro; dança de corte, de carácter grave, usada nos séculos XVI e XVII (pl.). 2 – Nome de homem; joeira; furiosa. 3 – Que é divisível por dois; género de plantas salicáceas, cujos ramos são delgados e muito flexíveis; sinal gráfico que serve para nasalar a vogal a que se sobrepõe. 4 – Folha de palma ou de coqueiro que servia para escrever; origem (fig.); relação; altar de sacrifícios. 5 – Existe; transpira; interj. de dor. 6 – Cem metros quadrados (pl.); sacerdote budista tibetano. 7 – Imagem pintada ou esculpida; interj. para incitar as bestas a caminhar (pl.). 8 – Pron. dem. essa coisa; alforge. 9 – Nota musical; óxido de cálcio; Cálcio (s.q.). 10 – Espécie de capa sem mangas usada por irmandades e confrarias, em actos solenes; senhora (abrev.); base aérea portuguesa; senhora (bras.). 11 – Alcastrão; marinha ou montão de sal (pl.); principal rio da Suíça. 12 – Animal aracnídeo de pequenas dimensões, que parasitam os animais e provocam no homem a sarna e alergias; minha (ant.); planta espinhosa. 13 – Tornara raro; ressoarias.

VERTICAIS: 1 – Dilatação a seguir ao esfago das aves, onde os alimentos são amolecidos, antes de passagem à moela; apelido de poeta português; inchar. 2 – Guardar na mala; moeda de cobre com orifício no centro. 3 – Cessa o movimento; aqui está; má sorte. 4 – Dirigir-se (fig.); a fina flor; acusada. 5 – Jovens; limpa as mucosidades do nariz. 6 – Quatro romanos; aniversário (fig.); divindade solar dos antigos egípcios. 7 – Supremos; serena. 8 – Telúrio (s.q.); uma (ant.); Bário (s.q.); dois romanos. 9 – Voa lentamente; tecido grosso e forte de algodão (pl.). 10 – Nome da décima sétima letra do alfabeto grego; larva que se cria nas feridas dos animais; basta. 11 – Designação popular da guitarra clássica; invólucro exterior de plantas, frutas, etc. 12 – Modo (fig.); incólume; brisa. 13 – Papel-moeda; braço (pop.); vestimenta de mulher indiana. 14 – Empunham; mulher ou rapariga assoldada para serviços domésticos. 15 – Compartimento principal de uma casa; a barlavento (naut.); argolas.

SOLUÇÃO:
VERTICAIS: 1 - Pápo; 2 - Emahar; 3 - Ptra; 4 - Ir; 5 - ecoli; 6 - Iv; 7 - anq; 8 - Ra; 9 - Te; 10 - uq; 11 - Ba; 12 - Pa; 13 - Jona; 14 - Pa; 15 - Jona.
HORIZONTAIS: 1 - Pepino; 2 - Amaro; 3 - Ptra; 4 - Ir; 5 - ecoli; 6 - Iv; 7 - anq; 8 - Ra; 9 - Te; 10 - uq; 11 - Ba; 12 - Pa; 13 - Jona; 14 - Pa; 15 - Jona.
SOLUÇÃO: 1 - Pápo; 2 - Emahar; 3 - Ptra; 4 - Ir; 5 - ecoli; 6 - Iv; 7 - anq; 8 - Ra; 9 - Te; 10 - uq; 11 - Ba; 12 - Pa; 13 - Jona; 14 - Pa; 15 - Jona.

AGENDA

Encontros e reuniões

Coruche

CDU - Encontro concelhio de membros das listas, para análise do Plano de Actividades da CM de Coruche para 2000: Sábado, 27, às 15h, no Refeitório do Rossio. Convívio-magusto no final.

Leiria

Reunião geral de militantes, com a participação da cam. **Fernanda Mateus**: Sábado, 27, às 15h30, no novo Centro de Trabalho. Convívio-magusto no final.

Lisboa

Plenário de militantes da freguesia do Beato: Sábado, 27, às 15h30, na Junta de Freguesia do Beato, com a participação de **Alexandra Gonçalves**, vereadora do PCP na CML.

Plenário de militantes da freguesia de Sta. Engrácia: Sábado, 27, às 15h na colectividade "Sempre Unidos" (Rua Vale de Sto. António).

Plenário de militantes da Organização dos Professores: Segunda-feira, 29, às 21h30 no Centro de Trabalho Vitória.

Oeiras

Reunião de eleitos CDU e quadros do PCP no concelho de Oeiras para apreciação do relatório do IGAT e discussão de perspectivas de acção para o relançamento da actividade e afirmação da CDU: Terça-feira, 30, às 19h30, no Centro de Trabalho de Algés.

Plenário de militantes da freguesia de Porto Salvo: Sábado às 15h30 no Centro de Trabalho local.

Palmela

Plenário de militantes da freguesia da Marateca: Sábado, 27, às 21h30, em casa do cam. Manuel Correia, em Cajados, com a participação de **Valdemar Santos**.

Torres Novas

Reunião concelhia de quadros do PCP sobre a situação política sobre a situação política e próximas iniciativas, com a participação de **Jorge Cordeiro**: Sexta-feira, 26, às 21h30, no CT de Torres Novas. Magusto-convívio no final.

Vila do Conde

Plenário de militantes sobre a situação política actual e as últimas eleições, com a participação de **Teresa Lopes**: hoje, Quinta-feira, às 21h30, no Centro de Trabalho.



JCP
20 anos...
... muitas lutas

Vale de Óbidos (Rio Maior)

"Actualidade do Ideal Comunista"

Debate com

Albano Nunes e Margarida Botelho

Sábado, 21h, na A.R.D.C. de Vale de Óbidos

Oliveira de Azeméis

Debate sobre

Toxicoddependência

com o deputado **António Filipe, Ana Pedro e Isabel Nogueira**

No *Dream's*, Sábado às 22h

Actuação da banda "Cranky", de Aveiro, no final

Braga

Encontro-festa de aniversário

No CT do PCP, Sábado a partir das 21h

Guarda

Jantar-convívio

no Restaurante "A Grelha",
Sexta-feira a partir das 21h

Reunião Nacional de Quadros

da Organização do Ensino Secundário da JCP sobre GESTÃO ESCOLAR

Sábado, 27, a partir das 11h,
na Sede Nacional da JCP

Magustos-convívios

Em Gouveia...

(dia 27 às 16h no CT do PCP)

... em Gonçalo

(dia 28 às 15h30 no CT local)

com **Lúisa Araújo**, que estará presente em ambos e intervirá sobre a situação política e as conclusões da última reunião do CC

... e em Monte Abraão

promovido pelas Comissões de Freguesia do PCP de Queluz, Monte Abraão e Massamá, com intervenção sobre a situação política:

Sábado, 27, a partir das 15h na Esc. Primária de Monte Abraão

Almoços-convívios

no Lumiar...

No Centro de Trabalho do PCP,
dia 1 às 13h,
com a participação de **Jerónimo de Sousa**

... e em Queijas

No Centro de Trabalho do PCP,
Domingo, 28 a partir das 13h,
com a participação de um camarada do CC.

Convívio

na sede do Núcleo de Setúbal da Associação Portugal-Cuba lembrando o dia 25 de Novembro de 1956, quando Fidel e seus companheiros zarparam do México no iate Granma...

Bar cubano e castanhas assadas
Sexta-feira, 26, a partir das 21h30.

LISBOA

Encontro de Quadros sobre o Trabalho Autárquico

Hoje, dia 25, às 18h30 na Casa do Alentejo



SEIXAL

Encontro Regional de Quadros de Setúbal

Sábado, dia 27, às 10h30 na União Seixalense,
com a participação de

Carlos Carvalhas



LISBOA

Manifesto 99

Pacto de Insubmissão

Perspectivas de Intervenção Política dos Intelectuais

- Encontro-debate -

Sábado, dia 27, a partir das 14h30
na Faculdade de Ciências da UL
(Edifício C3 - Anfiteatro 3.2.14),
com a participação de

Carlos Carvalhas

Agostinho Lopes em Guimarães

O camarada Agostinho Lopes desloca-se amanhã ao concelho de Guimarães, percorrendo de manhã o mercado e feira semanal em contactos com a população; à tarde participa numa jornada de propaganda das propostas apresentadas pelo PCP na AR, junto dos trabalhadores da Têxtil, em empresas da zona.

Ilda Figueiredo visita Afife

A deputada da CDU no Parlamento Europeu desloca-se a Afife no próximo Sábado, em visita de informação e esclarecimento sobre alguns dos problemas que afectam os seus habitantes, nomeadamente os que se relacionam com a orla costeira. O programa da visita prevê a partida às 14h30 do Largo Tomás Fernandes Pinto (largo do Casino) para a orla costeira, centrais elevatórias e loteamento da bouça da Cabrita, e uma sessão pública, a partir das 16h, nas instalações do Casino.

Exposição de Artes Plásticas no Porto

Na próxima Sexta-feira às 22h é inaugurada no Centro de Trabalho da Boavista um Exposição Colectiva de Artes Plásticas com o tema comum **Votos para um Novo Tempo**. Na ocasião haverá um convívio que inclui música e poesia e uma pequena ceia.

Venda de Natal em Cascais

No Centro de Trabalho de Cascais abriu já e continua até 30 de Dezembro uma **Venda de Natal** com artesanato, brinquedos, bebidas, etc., e que pode ser visitada diariamente das 12 às 21h.

TELEVISÃO

Quinta, 25

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Consultório
14.55 A Usurpadora
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 A Lenda da Garça
22.00 Lições do Tonecas
22.35 Grande Entrevista (com o Ministro da Cultura)
23.15 O Protector (EUA, com C. Thomas Howell, Roddy Piper, David Carradine. Ficção Científica. Telefilme)
01.20 Julgamento e Castigo
02.20 24 Horas
03.05 1ª Página
03.35 O Casamento de Muriel (de Paul J. Hogan, Austrália/1994, com Toni Collette, Bill Hunter. Drama)

RTP 2

10.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Que Vida Esta
17.00 A História da Terra
18.00 Informação Religiosa
18.35 No Começo do Século
19.00 Infantil
19.55 Andebol: Sporting-ABC
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Acontece
23.05 Juízo Final
23.35 Macau: As Duas Faces de Cláudia
00.30 Mistérios de Ruth Rendell
01.30 1914/18 - A Grande Guerra e o Nosso Século (IV)

Sexta, 26

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Consultório
14.55 A Usurpadora
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 Lenda da Garça
22.00 Companhia do Riso
22.40 Macau: Entre Dois Mundos
23.40 Em Terra Selvagem (de Steven Seagal, EUA/1994, com Steven Seagal, Michael Caine, Joan Chen. Acção)
01.35 24 Horas
02.25 Primeira Página
03.00 NBA

RTP 2

10.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Que Vida Esta
17.00 Central Casting
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
19.00 Ciclismo (Campeonato do Mundo de Sala)
20.35 Animais em Grande Plano
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Acontece
23.05 Juízo Final
23.35 Andamentos
00.05 Crime Violento
01.00 "Journey Into the Cosmos"
01.55 Amigos

SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas

Sábado, 27

RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.00 Cosmos - à Descoberta de Marte
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
15.00 Parlamento
16.00 Máquinas
17.00 Bud, o Vencedor (de Charles Martin Smith, EUA/1997, com Kevin Zegers, Michael Jeter, Wendy Makkena, Bill Cobbs, Eric Christmas. Comédia)
19.05 Jet 7
20.00 Telejornal
21.30 Santa Casa
23.15 Esquadra de Polícia
00.25 24 Horas
01.05 Nash Bridges
02.00 Futebol (Resumo)
03.00 Bolero (de John Derek, EUA/1984, com Bo Derek, George Kennedy, Andrea Occhipinti, Ana Obregon, Greg Bensen. Erótico)

RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.15 Quem Sai aos Seus
12.40 Juvenil
14.30 Dinheiro Vivo
15.00 Desporto 2
19.00 2001
19.35 Onda Curta (A Rapariga das Tesouras, Piken Med Saksen, de Thorkil Evan Nielsen, Nor./1998. Curta Metragem)
20.05 Ficheiros dos Gordos
21.00 Novos Heróis
22.00 Jornal 2
22.50 O Lugar da História
23.40 Allô, Allô!
00.10 A Grande Barraca
00.40 Smith and Jones

Domingo, 28

RTP 1

07.00 Infantil / Juvenil
12.00 Cosmos - A Corrida à Lua
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.10 Academia de Polícia
16.15 Frank Sinatra: Os Bons Anos
17.30 Acção Executiva (de David Miller, EUA/1973, com Burt Lancaster, Robert Ryan, Will Geer, Gilbert Green. «Thriller» Político)
19.30 Domingo Desportivo
20.00 Futebol: Salgueiros-Porto
22.00 Telejornal
23.15 Os Principais
00.45 Domingo Desportivo
02.00 24 Horas
02.40 Lua 44 (de Roland Emmerich, RFA/1990, com Michael Paré, Lisa Eichhorn, Malcolm MacDowell, Dean Ripley. Ficção Científica)
03.10 Liga dos Campeões

RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.50 Um Mergulho no Mundo
12.40 Quem Sai aos Seus
13.30 Saber e Fazer
14.00 Jornal d' África
14.30 Rotações
15.00 Desporto 2
18.10 Novos Heróis
19.00 Bombordo
20.00 Artes e Letras - "Bernardo Marques"
21.00 O Amigo Comum
22.00 Jornal 2
22.50 Horizontes da Memória
23.20 Nazismo: Um Aviso da História (Ult' Ep.)
00.20 O Quatrilho (de Fábio Barreto, Br./1995, com Glória Pires, Patrícia Pillar, Bruno Campos, Alexandre Paternost, José Lewgoy. Ver Destaque)

SIC

08.00 Zip Zap
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.50 Em Busca da Esmeralda Perdida (de Robert Zemeckis, EUA/1984, com Michael Douglas, Kathleen Turner, Danny De Vito. Aventuras)
15.50 Rex, O Cão Polícia
17.00 Quem Tramou Roger Rabbit? (de Robert Zemeckis, EUA/1988, com Bob Hoskins, Christopher Lloyd, Joanna Cassidy. Comédia)
20.00 Jornal da Noite
21.45 O Tempo dos Dinossauros
22.15 Um Sarilho Chamado Marina
22.45 Casos de Polícia
24.00 Lolita (de Adrian Lyne, EUA/1997, com Jeremy Irons, Dominique Swain, Melanie Griffith, Frank Langella. Drama / Erótico)

Segunda, 29

RTP 1

07.00 Euronews
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.45 Consultório
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 A Lenda da Garça
22.00 Crónica do Século (Progr. 3)
23.10 Jogo Falado
01.00 Operação 2000
01.20 24 Horas
02.10 Primeira Página
02.40 Clube do Cemitério (de Bill Duke, EUA/1992, com Ellen Burstyn, Olympia Dukakis, Diane Ladd, Danny Aiello. Ver Destaque)

RTP 2

10.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Que Vida Esta
17.00 A Europa de Comboio



"Central Casting" - ou como se organizou esse extraordinário exército de "mão-de-obra" que são os actores da indústria de cinema americana: amanhã à tarde na RTP2

18.00 Informação Religiosa
18.35 Universidade Aberta
19.00 Juvenil
20.35 Animais em Grande Plano
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Acontece
23.05 Juízo Final
23.35 Segredos Reais
00.05 Perigo Iminente
01.00 Retratos: «Eduardo Viana»

SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
20.50 Clube dos Campeões
21.20 Terra Nostra



"Juízo Final", que vale sempre a pena espreitar e quase sempre ver até ao fim: de segunda a sexta às 11 da noite na RTP2

02.00 Último Jornal
02.35 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
11.00 Programa Religioso
11.50 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Caras Lindas
16.00 Um Pai Solteiro (de Michael Switzer, EUA/1997, com Brian Austin Green, Nicholle Tom, Isabella Hoffman. Drama)
17.50 "This Matter of Marriage" (de Brad Turner, EUA, com Leslie Hope, Sherry Miller, Michael Nouri. Comédia Romântica)
19.30 Cinco Caras de Desespero (de Thomas Carter, EUA/1995, com Sharon Lawrence. Drama)
21.30 Todo o Tempo do Mundo
22.25 Filhos da Escuridão (de Michael Switzer, EUA, com Bill Smitrovich, Tracy Pollan, Peter Horton. Drama)
00.15 Directo XXI
00.40 Revelação Mortal (de Lawrence Mortorff, EUA/1993, com Robby Benson, Laura Johnson, Andrew Prine. Drama)
02.35 Casos de Arquivo
03.30 A Balada de Hill Street
04.30 Mulher Perigosa

TVI

09.00 Animação
11.45 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Acção em Acapulco
19.30 Directo XXI
20.00 The Net
21.00 Directo XXI
21.10 Quero Justiça
23.00 O Vingador
24.00 A Noite de Todos os Perigos (de Mark Lester, EUA/1995, com Scott Glenn, Andrew McCarthy, Janet Gunn. Drama)
02.05 Doido por Ti
02.35 Terra: Conflito Final
03.35 A Balada de Hill Street
04.35 Mulher Perigosa

Terça, 30

RTP 1

07.00 Euronews
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.45 Consultório
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 A Lenda da Garça
22.00 Crónica do Século (Progr. 3)
23.10 Jogo Falado
01.00 Operação 2000
01.20 24 Horas
02.10 Primeira Página
02.40 Clube do Cemitério (de Bill Duke, EUA/1992, com Ellen Burstyn, Olympia Dukakis, Diane Ladd, Danny Aiello. Ver Destaque)

RTP 2

10.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Que Vida Esta
17.00 A Europa de Comboio

A "Crónica do Século" (na RTP1) leva-nos esta semana à 1.ª Guerra e à agonia da 1.ª República

20.00 Telejornal
21.20 A Lenda da Garça
22.00 Não Es Homem Não És Nada
22.30 Herman 99
00.30 Jesse
01.00 Operação 2000
01.20 24 Horas
02.10 Primeira Página
02.40 Sequest, Brigada Submarina
03.40 Os Implacáveis da Justiça

RTP 2

10.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Que Vida Esta
17.00 A Europa de Comboio
18.00 Informação Religiosa
18.35 No Começo do Século
19.00 Juvenil
20.00 Nancy Drew
20.40 Animais em Grande Plano
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Acontece
23.05 Juízo Final
23.35 Macau
00.30 Komodo: Caça ao Dragão
01.30 Conto de Verão (de Eric Rohmer, Fr./1995, com Melvil Poupaud, Amanda Langlet, Aurélia Nolin. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família (Longa-metragem)
22.15 Terra Nostra
23.30 O Império do Mal (de Michael Karbelnikoff, EUA/1991, com Christian Slater, Patrick Dempsey, Richard Grieco. Policial)
01.30 Último Jornal
01.55 Noites Longas da SIC: "A Fé do Século"
04.00 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
11.50 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Acção em Acapulco
19.30 Directo XXI
20.00 The Net
21.00 Directo XXI
21.10 República & Bananas
21.45 Especial TVI
23.15 Filadélfia (de Jonathan Demme, EUA/1993, com Tom Hanks, Denzel Washington, Antonio Banderas, Jason Roberts, Mary Steenburgen, Joanne Woodward. Ver Destaque)
01.20 O Judeu (de Scott Rosenfelt, EUA/1994, com Joe Mantegna, Anne Archer, Paul Reiser, Julianne Michelle. Drama)
03.25 Doido por Ti
03.55 Terra, Conflito Final
04.55 Desporto
05.35 A Balada de Hill Street
06.35 Mulher Perigosa

Quarta, 1

RTP 1

07.00 Euronews
08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.45 Gala da Cruz Vermelha
16.00 Infantil / Juvenil
18.00 Amélia Earhardt - O Último Voo (de Yves Simoneau, EUA/1994, com Diane Keaton, Rutger Hauer, Bruce Dern. Telefilme. Aventuras)



19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.15 A Lenda da Garça
22.05 Nós, os Ricos
22.35 Tribunal de Honra (de Geoffrey Sax, EUA/1995, com Tom Selleck, Marsha Mason, Elizabeth McGovern, William Atherton. Drama Policial)
00.15 Operação 2000
00.35 24 Horas
01.25 Primeira Página
01.55 Diário de Maria
03.00 A Tríade de Xangai (de Zhang Yimou, China/França/1995, com Gong Li, Li Baotian, Li Xuejian, Sun Chun. Ver Destaque)

RTP 2

10.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Derrick
17.00 Informação Religiosa
17.30 Hóquei: Porto-Benfica
19.00 Juvenil
20.35 Animais em Grande Plano
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Acontece
23.05 Juízo Final
23.35 Sinais do Tempo ou Zoom
00.35 Ópera - "O Chapéu de Palha de Florença"

SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
11.30 Prémios de Música MTV Europa
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Tempo dos Dinossauros (Making of)
15.00 Rex
16.00 Três Desejos (Longa-metragem)
18.00 Academia de Polícia (Longa-metragem)
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.15 Terra Nostra
23.40 O Príncipe das Mulheres (Longa-metragem)
01.40 Último Jornal
02.25 Toda a Verdade
03.25 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
11.50 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Arca de Noé
17.00 Viva o Zoo
19.30 Directo XXI
20.00 The Net
21.00 Directo XXI
21.15 Ri-te Ri-te
22.40 Manobras na Casa Branca (de Barry Levinson, EUA/1997, com Dustin Hoffman, Robert De Niro, Anne Heche, Denis Leary. Ver Destaque)
01.00 Doido por Ti
01.30 O Corvo
02.30 Terra: Conflito Final
03.30 A Balada de Hill Street
04.30 Mulher Perigosa

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



Bernardo Marques, homem e artista luminoso, retratado no "Artes e Letras" de domingo na RTP2

02.30 E Então? (Longa Metragem)

SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Loja de Camilo
21.30 Terra Nostra
22.30 Esta Semana
23.40 Crying Freeman, O Dragão (de Christophe Gans, EUA/1995, com Mark Dacascos, Julie Condra, Tchecky Karyo. Artes Marciais)
02.10 Último Jornal
02.45 Dra. Quinn
03.45 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
11.50 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Acção em Acapulco
19.30 Directo XXI
20.00 The Net
21.00 Directo XXI
21.10 Os Reis da Música Nacional
24.00 Por Amor a David (de Robert Ackerman, EUA/1993, com Kirstie Alley, Sam Waterston, Stockard Channing. Drama)
02.05 Doido por Ti
02.35 Terra, Conflito Final
03.35 A Balada de Hill Street
04.35 Mulher Perigosa

12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
20.10 Residencial Tejo
22.15 Terra Nostra
23.35 Jogo Limpo
02.10 Último Jornal
02.45 Terra Bruta (de John Ford, EUA/1961, com James Stewart, Richard Widmark, Linda Crissall, Shirley Jones. «Western»)
04.45 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
11.45 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Acção em Acapulco
19.30 Directo XXI
20.00 The Net
21.00 Directo XXI
21.10 Os Reis da Música Nacional
24.00 Por Amor a David (de Robert Ackerman, EUA/1993, com Kirstie Alley, Sam Waterston, Stockard Channing. Drama)
02.05 Doido por Ti
02.35 Terra, Conflito Final
03.35 A Balada de Hill Street
04.35 Mulher Perigosa

01.10 O Festim Nu (de David Cronenberg, Can./Gr.Br./1991, com Peter Weller, Judy David, Ian Holm, Julian Sands. Ver Destaque)

SIC

08.00 Zip Zap
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Jovem Procura Companheira (de Barbet Schroeder, EUA/1992, com Bridget Fonda, Jennifer Jason Leigh, Steven Weber. «Thriller»)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Negócio Fechado
23.15 Desaparecido em Combate II (de Lance Hool, EUA/1985, com Chuck Norris, Soon-Teck Oh. Guerra)
01.15 Afrodísia
02.15 Último Jornal
02.50 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
12.20 Top Rock
13.30 Contra-Ataque
14.30 Caras Lindas
16.00 Milagre na Floresta (de Arthur Seidelman EUA/1997, com Meredith Baxter, Della Reese, Patricia Heaton. Drama)
17.50 "This Matter of Marriage" (de Brad Turner, EUA, com Leslie Hope, Sherry Miller, Michael Nouri. Comédia Romântica)
19.30 Cinco Caras de Desespero (de Thomas Carter, EUA/1995, com Sharon Lawrence. Drama)
21.30 Todo o Tempo do Mundo
22.25 Filhos da Escuridão (de Michael Switzer, EUA, com Bill Smitrovich, Tracy Pollan, Peter Horton. Drama)
00.15 Directo XXI
00.40 Revelação Mortal (de Lawrence Mortorff, EUA/1993, com Robby Benson, Laura Johnson, Andrew Prine. Drama)
02.35 Casos de Arquivo
03.30 A Balada de Hill Street
04.30 Mulher Perigosa

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...



«Sr. DeMille, estou pronta para o meu grande plano.» Ou Gloria Swanson numa cena célebre de «O Crepúsculo dos Deuses», de Billy Wilder



Os intérpretes principais de «Filadélfia», um filme dramático de Jonathan Demme

O Festim Nu

(Sábado, 01.10, RTP2)

Este filme, realizado pelo canadiano David Cronenberg, é a adaptação ao cinema do romance homónimo do escritor norte-americano William S. Burroughs. Segundo o texto de apresentação do filme, pela própria RTP, estamos perante a «alucinogénica trajectória de um exterminador de insectos que se envolve com uns fantásticos e repulsivos insectos que, todavia, o vão ajudar a escrever um delirante romance sobre personagens e locais absolutamente fascinantes.» Enfim, um verdadeiro delírio visual numa obra cinematográfica forte e chocante que nos transmite (em imagens reais) o provocante imaginário do próprio Burroughs.

retrata a vida de cada uma e a forma como encaram os problemas provocados pela sua viuvez. Adaptação bem encenada por Bill Duke de um original teatral de Ivan Merschell, o destaque vai para as interpretações de Ellen Burstyn, Olympia Dukakis e Diane Ladd.

O Crepúsculo dos Deuses

(Segunda, 03.15, SIC)

Norma Desmond (Gloria Swanson), uma antiga vedeta do cinema mudo, vive em reclusão numa luxuosa vivenda de Beverly Hills na companhia de um mordomo (Erich von Stroheim) que fora também seu marido e realizador dos seus filmes mais famosos. Um argumentista oportunista, penetrando

no reduto daquela, torna-se seu confidente e aceita o papel de amante e também o de escritor do argumento com que a vedeta pretende regressar aos estúdios, no filme *Salomé*. Mas o papel de *gigolot* também farta e quando o nosso argumentista tenta abandonar a vedeta esta abate-o a tiros de revólver. E é então que, perante a polícia que vem prendê-la, ela representa o seu último papel perante as câmaras dos jornais de actualidades a ser dirigidas... pelo mordomo (!). Um filme fascinante e dos mais originais da História do Cinema, realizado por um Billy Wilder em grande forma e utilizando uma liberdade de tom sem exemplo. O mais interessante é que esta obra-prima contém, ao mesmo tempo, a originalidade única de ser narrado na primeira pessoa pelo... cadáver de uma das personagens principais (o próprio argumentista), como quem comenta um longo *flash-back* de cerca de duas horas, o que transforma este filme num prodígio de narração cinematográfica. Não menos curiosa e insolente é a forma como Wilder (não falando já no papel que distribuiu a von Stroheim) utiliza a figura

de Gloria Swanson para, no fundo, esta representar o seu próprio papel, fazendo-a regressar aos mesmos estúdios que lhe conheceram a fama (a *Paramount*) e pondo-a em contacto com o mesmo realizador que fez dela uma estrela no tempo do *mudo* (Cecil B. DeMille). Fabuloso é, por exemplo, um dos últimos planos do filme quando a vedeta desce as escadas dizendo: «Sr. DeMille, estou pronta para o meu grande plano.» A gravar, sem hesitação!

Filadélfia

(Terça, 23.15, TVI)

Primeiro filme realizado nos EUA sobre a problemática da SIDA - e extremamente crítico em relação a certos preconceitos conservadores muito arraigados na sociedade - esta realização de Jonathan Demme foi bastante bem recebida pela crítica e contribuiu para a atribuição a Tom Hanks do primeiro Oscar da sua carreira, precisamente por uma interpretação que vai ao arrepiado do que mais se lhe conhece. Também o tema principal da banda sonora, de Bruce Springsteen foi contemplado com um Oscar para a especialidade.

Conto de Verão

(Terça, 01.30, RTP2)

Seguindo-se a *Paulina na Praia* e a *O Raio Verde*, este filme é o terceiro do ciclo *Contos das Quatro Estações* que, no seu estilo habitual, o realizador francês Eric Rohmer encenou em 95. Sempre maneando os jogos morais e a dispersão amorosa da juventude, o realizador conta-nos a história de um estudante que, durante alguns dias de férias em casa de um amigo, chega ao conhecimento de três raparigas que simultaneamente lhe interessam, sem saber muito por qual delas se decidir.

Manobras na Casa Branca

(Quarta, 22.40, TVI)

Às vezes, o que parece é... Eis o que poderia dizer-se a propósito desta comédia de Barry Levinson (agora estreada na TV) que nos conta as desventuras por que passa o Presidente dos EUA quando, a cerca de duas semanas das eleições presidenciais (às quais se recandidata), a opinião pública é surpreendida por um escândalo sexual em que está envolvido. E é então que, um dos seus conselheiros (Robert DeNiro) contacta um importante produtor de Hollywood (Dustin Hoffman) para que (exclusivamente com o apoio dos meios de comunicação social de massas)

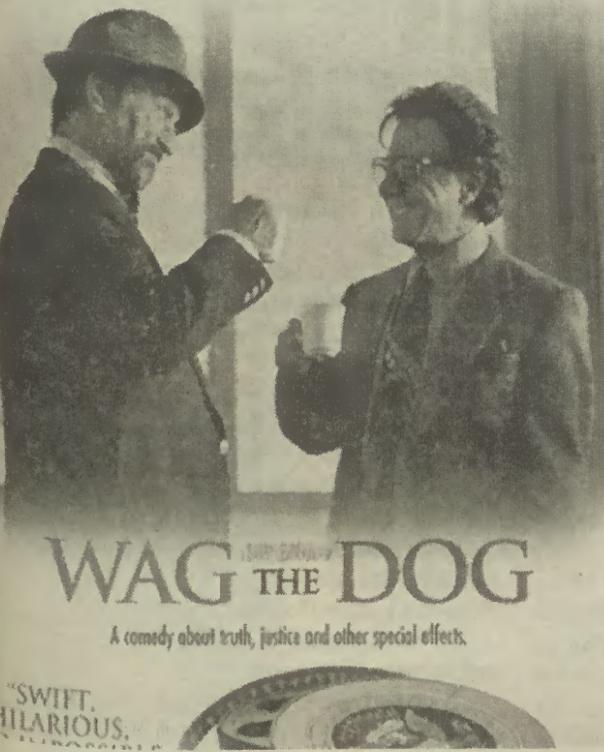
leve a cabo a encenação de uma guerra, lá longe, na Albânia, à qual o Presidente porá corajosamente cobro. Significativo e hilariante, como se pode ver!

A Triade de Xangai

(Quarta, 03.00, RTP1)

Mais fraco do que os dois primeiros filmes deste ciclo, diz-se ser *A Triade de Xangai*, uma história passada nos meandros impenetráveis e obscuros do mundo dos *gangsters* em plena Xangai. Contado através dos olhos de um jovem adolescente que vem da província para ser criado de *Bijou*, cantora de *cabaret* e amante de um «padrinho» da mafia local, o filme parece sofrer, no contexto concreto, precisamente desse processo narrativo e dessa visão unilateral que não pode por natureza abordar mais do que os olhos do jovem vêem e, quando o faz, destrói irremediavelmente a lógica interna do próprio dispositivo narrativo. Mesmo assim, o filme não deixa de ser visualmente impressionante - em particular nas deambulações da câmara nas sequências dos decedentes interiores noctívagos - uma característica que é uma evidência em muitas das obras mais recentes daquela proveniência. Tal como em *Adeus, Minha Concubina*, a principal intérprete feminina é a deslumbrante Gong Li.

DUSTIN HOFFMAN ROBERT DE NIRO



WAG THE DOG

A comedy about truth, justice and other special effects.

O cartaz do filme «Manobras na Casa Branca», de Barry

O Quartilho

(Domingo, 00.20, RTP1)

Eis um objecto fílmico raro nas nossas televisões, inundadas que estão pelas telenovelas mais ou menos estandardizadas mas ignorando o cinema brasileiro, propriamente dito. Realizado por Flávio Barreto que em 1995 adaptou ao cinema um romance homónimo de Clemente Pozenato, *O Quartilho* conta-nos a história de dois jovens casais italianos que, no princípio do século, se instalam numa propriedade rural no sul do Brasil e cujas estreitas relações de amizade acabam por se transformar em separações e aproximações trágicas provocadas por incidências amorosas, para escândalo da sociedade local. Com actrizes e actores mais ou menos conhecidos, como Glória Pires, Patrícia Pillar, Bruno Campos e Alexandre Paternost, o filme tem uma excelente banda sonora de Caetano Veloso. A confirmar.

Clube do Cemitério

(Segunda, 02.40, RTP1)

Três velhas amigas de origem judaica são as principais personagens de uma comédia que nos

CABO & SATÉLITE

Uma descoberta cinematográfica

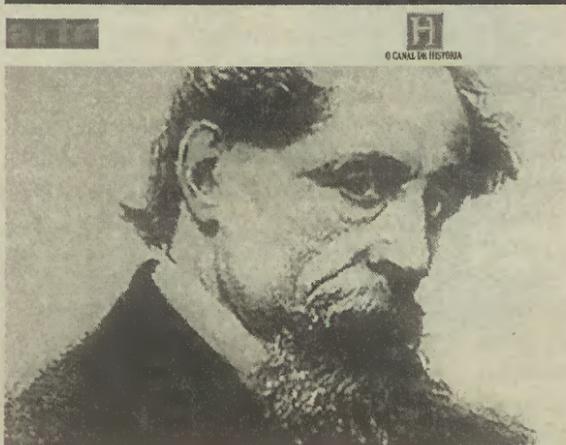
Nenhuma história da cinematografia havia até hoje dado nota de um filme do cineasta italiano Augusto Genina (mais conhecido pela sua colaboração com o regime fascista de Mussolini, após o seu regresso à Itália nos anos 30) e que

constituiu a primeira adaptação ao cinema da célebre peça teatral de Edmond Rostand. Nada mais natural, já que só nas 18.ª Jornadas do Cinema Mudo de Pordenone ele foi redescoberto através de uma cópia restaurada do original que, filmada em 1922 e colorizada durante três anos (!) antes da sua primeira estreia, agora com o comentário musical de Kurt Kuenne pela Orquestra de Câmara do Olympia sob a direcção de Timothy Brook.

A não perder!
(Arte, Quinta, das 22.50 às 00.45)

A vida de um grande escritor inglês

Na sua rubrica *Biografia* o canal *História* apresenta hoje às 21 horas um documentário sobre a vida e obra de Charles Dickens, um dos melhores escritores ingleses do século XIX. Autor, entre outros, dos célebres romances *Oliver Twist* ou *David Copperfield*, foca-se também, neste filme, a sua ocupação de jornalista no Parlamento e de editor de dois semanários, actividades que desenvolveu paralelamente à sua actividade principal de escritor. (História, sexta, das 21 às 22 horas)



Do bombardeamento e seus efeitos

Já vai mais de um bom par de anos sobre a queda do Muro de Berlim, agora tão efusivamente celebrada, já começa a perder-se nos confins da memória o mês de Agosto de 91, de que veio a decorrer a floração da Rússia actual, tão liberta e também tão didacticamente capitalista, e ainda os *media* em geral, inevitavelmente liderados pela força da TV, se aplicam diariamente, entre nós e não só, a desferir golpes sobre o cadáver da falecida URSS. Como bem se sabe, a mais pesada artilharia apontada ao cadáver recorda as várias brutalidades do estalinismo e aproveita-as para condenar por cumplicidade todos os que se solidarizaram com a União Soviética não pelas infracções à legalidade interna ou aos meros princípios de humanidade, mas sim pela esperança e pelo estímulo concreto que dela irradiaram para a luta de milhões de humilhados e ofendidos em todo o mundo, pela vitoriosa resistência contra a besta nazi-fascista, pela bandeira da paz que durante décadas hasteou num planeta ameaçado por uma guerra apocalíptica. Os *media* multinacionais não cuidam de tais minudências: comunista, onde quer que o seja, é como se tivesse pessoalmente carregado para campos nas Sibérias ou para muros de execução milhares de inocentes. E o caso é que a força desta culpabilização é tal que não poucas vezes

mo mas também do próprio projecto socialista em tentada construção, aliás sempre interrompida e duramente perturbada, na União Soviética.

O campo da derrota

É o que ocorre, designadamente, com a repetida alusão à «derrocada do comunismo», expressão que contém uma dupla mentira. Uma delas, facilmente detectável para quem esteja minimamente informado mas não pela generalidade do público, é a sugestão de que estaria já dado por implantado e construído na URSS o comunismo. A outra é mais sorna: ao falar em «derrocada», a «informação» está a sugerir quase subliminarmente a

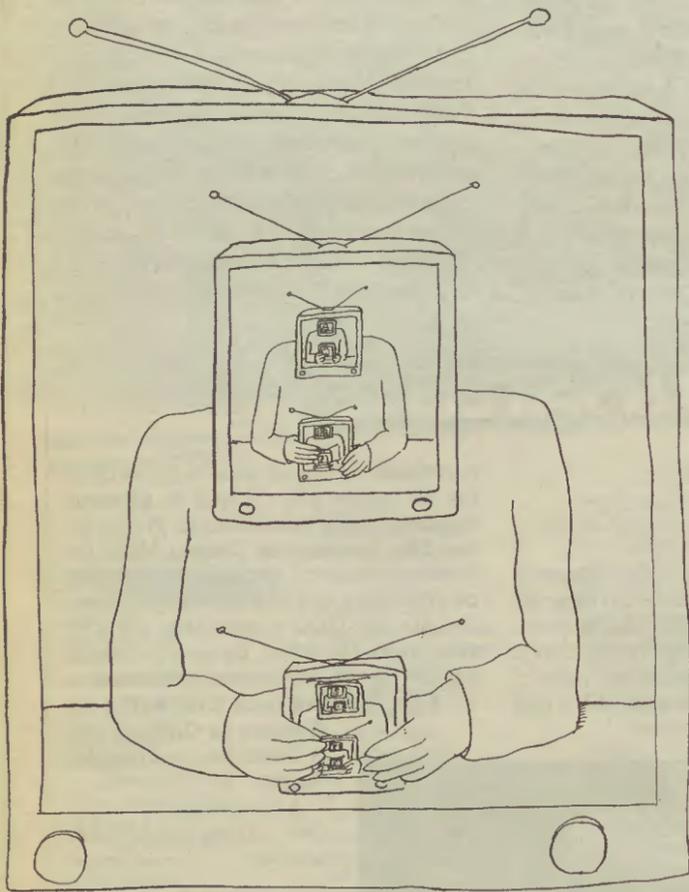
noção de um edifício que terá vindo abaixo em resultado de decisivos erros de construção. Ora, é falso, e nem todos dão por isso. Não é que não tenha havido muitos dos tais erros de construção, e graves, mas o que fundamentalmente aconteceu foi que a URSS foi derrotada na Guerra (Fria) que em 46 lhe foi declarada em Fulton em nome de todo o Ocidente. Porque a guerra foi «fria», decidiu-se no económico, e é claro que aí, a URSS, tendo arrancado de uma Rússia czarista infra-desenvolvida, devastada a seguir a 1917 por incursões militares e bloqueios económicos, devastada pela invasão nazi como nenhum outro beligerante, obrigada a partir de 45 não apenas às tarefas de reconstrução mas também a suportar os custos verdadeiramente astronómicos da corrida às armas nucleares, perdeu perante os Estados Unidos que há pelo menos um século se nutrem com a exploração em seu proveito de riquezas do planeta inteiro e que saíram do conflito de 1939-1945 robustecidos pelo excelente negócio da guerra.

Contudo, ainda assim, a URSS reconstruiu-se e durante algum

tempo aguentou a competição. Se a sua derrota pudesse ser atribuída às efectivas faltas de liberdade e democraticidade impostas (no quadro psicossocial de «fortaleza assediada» que sempre foi o da URSS) por Estaline, que dominou a União Soviética pelo menos desde 1925 e só morreu em 53, dificilmente teria podido resistir então. Contudo, a derrota só se consumou mais de trinta anos depois. Quanto aos crimes, recordados quase diariamente na televisão, não se trata de os perdoar ou sequer de esquecê-los, como aliás fazem as TV's quanto aos infundáveis crimes do capitalismo, mas a lucidez manda lembrar, a propósito, os crimes da também temporariamente vencida Revolução Francesa, os inevitáveis excessos de todas as revoluções (pois os excessos não hão-de ser exclusivos das opressões) e recordar que a História dos homens, infelizmente, não avança por caminhos floridos e perfumados. Mas este é assunto que já aqui não cabe, por muito deve caber nas reflexões de quem se (des)informa pela TV.

TVISTO

■ Correia da Fonseca



empurra para formas *soft* de pusilanidade intelectual e cívica os alvos da pressão verdadeiramente terrorista.

Às vezes, o bombardeamento toma a forma intensa e compacta de um completo programa de TV ou mesmo de uma série. Noutras vezes, aliás mais frequentes, surge em avulsas granadas tóxicas disparadas no quadro de noticiários correntes, inocentíssimos e, já se vê, muitíssimo isentos e despartidarizados. Sobretudo nesta segunda fórmula, provavelmente mais eficaz porque menos evidente, apela especialmente à atenção da crítica a utilização de um vocabulário que se diria inócuo, até inevitável, e contudo contém implícita, quase indetectável e por isso mais perigosa, a distorção e a falsificação histórica que, no espírito das gentes, até das que se supõem, mais ao abrigo das contaminações venenosas que contudo se lhe vão infiltrando nas veias, conduzem não apenas à rejeição e condenação dos piores momentos do estalinis-

CRÓNICA DO NORDESTE

■ José Brinquete



Ai estas presidenciais visitas senhor! Ainda não passou um mês da visita do senhor Presidente da República ao distrito de Bragança e já ninguém se lembra do que aconteceu. Se é que aconteceu alguma coisa.

Talvez nem valha a pena falar mais no assunto. Dirão alguns. Houve mesmo quem

Visitas presidenciais e outras que tais...

lhe chamasse uma mini Presidência Aberta. Eu discordo. Para todos os efeitos o senhor Presidente esteve quatro dias no Nordeste Transmontano.

A ausência de governantes na comitiva presidencial, espero, esperamos todos, não seja motivo para que estes ignorem as palavras então proferidas pelo senhor Presidente da República. As preocupações e alertas suscitados não podem cair em «saco roto». As «passeatas» governamentais só se realizam quando não são necessárias.

A comunicação social remeteu-se a frouxos relatos do programa. A RTP, televisão estatal paga com o dinheiro dos contribuintes, foi dos órgãos de informação que fez pior trabalho.

Bom seria que a RTP 1 ou 2 ou, ainda, a Delegação Regional tivessem programado um debate com projecção nacional, envolvendo as organizações económicas, sociais, culturais, ambientais e as forças políticas para que o País, no seu todo, adquirisse maior consciência da situação em que vive. Um País a duas velocidades. Um litoral em acelerado crescimento, um interior em desertificação contínua e ambos carentes de um verdadeiro desenvolvimento harmonioso e sustentado.

Nada disso aconteceu. A conjuntura da visita parece não fazer sentido, forçada mesmo. O programa no geral foi rasca.

Portanto, é natural que os objectivos desta visita não se vislumbrem facilmente. O balanço é claramente negativo, há dois momentos do programa que são ilustrativos desta afirmação: a inauguração da Zona Industrial de Vimioso e o Debate sobre «Perspectivas para o Desenvolvimento Económico e Social», realizado no Instituto Politécnico de Bragança.

A inauguração da Zona Industrial, nas condições em que se realizou, é no mínimo confrangedora. Sem incentivos à fixação de investimentos privados, diferentes daqueles que existem no litoral, nenhum industrial se

instalará com sucesso naquela infra-estrutura. O município tem uma experiência dolorosa que prova que assim é, refiro-me à promessa, não cumprida, de criação de 80 postos de trabalho com a instalação da empresa Fire-Cate.

O debate no IPB, momento alto da visita, esperava-se aberto, frontal e fraterno, onde o Presidente da República pudesse ouvir, de viva voz, as inúmeras personalidades e cidadãos que ali acorreram.

Acabou por ser drasticamente limitado e castrado pelas intervenções iniciais do eng. Braga da Cruz, presidente da CCRN, e do eng. Aires Ferreira, presidente da AMTAD. Ambas demagógicas e panfletárias.

O presidente da AMTAD condicionou irremediavelmente as possíveis intervenções das forças vivas ali presentes. Aires Ferreira teve a «lata» de apresentar um documento a que chamou de «Orientações Estratégicas», insuficiente e parcial em áreas fundamentais, como veio a provar-se no decorrer do debate. Documento que não passa de uma lista de necessidades, sem sentido estratégico e que terá o fatal destino de ir para a gaveta do esquecimento. Aliás, o presidente da AMTAD previa deixar a pasta daqui a três meses mas há uma semana e apressadamente abandonou tanto a AMTAD, como a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, seguindo a sua «vocação» de chefe de gabinete de Ricardo de Magalhães.

Do debate resta o puxão de orelhas que o senhor Presidente da República deu às várias instituições (industriais, comerciais, áreas protegidas, etc.), por terem ficado mudas e silenciosas.

Espero que o senhor Presidente da República não se esqueça do desafio que lhe fiz em pleno debate: ao propor-lhe que se junte a nós na elaboração duma candidatura que permita a declaração do Nordeste Transmontano **Patri-mónio Natural e Cultural**.

ESCAPARATE

BAILADO



Companhia Portuguesa de Bailado

De hoje até domingo, a Companhia Portuguesa de Bailado (dirigida por Jorge Salavisa) vai apresentar no Teatro Nacional de S. Carlos (Lisboa) os bailados «Agon», com música de Stravinsky e coreografia de Balanchine, «Intacto» (estrela absoluta), com música de Sérgio Azevedo e coreografia de Rui Lopes Graça; e «Present Tense» (também em estreia absoluta), com música de Steve Reich e coreografia de David Fielding. Pianistas: Tânia Achot e Miguel Borges Coelho e Orquestra Metropolitana de

Lisboa sob a direcção de Jean-Sébastien Béreau.

Bailado no CAM/ACARTE

Com concepção e coreografia de Cláudia Dias que também dança na companhia de Cecília Fernandes, Karas e Joaquim Pedro, a *Ninho de Víboras* (em co-produção com o CAM/ACARTE) apresenta na Sala Polivalente, de hoje até sábado, o bailado «Juntem-se 2 a 2». A dramaturgia é de Miguel Clara Vasconcelos e a música original e os arranjos de João Miguel Fonseca e Jorge Fernandes.



Eduardo Gageiro
no Museu
Grão Vasco

Exposições
um pouco por todo o lado

Organizada pelo Sindicato dos Professores da Região Centro (FENPROF) e pelo Museu Grão Vasco, é inaugurada na próxima quinta-feira 1 de Dezembro às 16.30, naquele museu, a exposição «25 Textos de Autores Portugueses sobre Fotos de Abril». Apresentada pela primeira vez na Festa do «Avante!» deste ano e agora percorrendo o país, esta exposição é constituída por 25 fotos de Eduardo Gageiro sobre os dias festivos da Revolução de Abril, em relação às quais 25 autores portugueses escreveram outros tantos textos.

No Museu de Serralves (Porto) foi inaugurada no passado dia 20 e manter-se-á patente ao público até 23 de Janeiro uma exposição intitulada «The Most Contemporary Picture Show», do pintor holandês René Daniëls. Segundo o texto de apresentação da exposição, «a obra de Daniëls pode ser vista como uma torrente de imagens intuitivamente ligadas, com surpreendentes e diversos sentidos (nas quais) o artista descreve o seu modo de trabalho como "fazedor de poesia virtual" preocupando-se constantemente com o conceito da diversão, do inesperado e da ambiguidade.»

Também no Porto, a Cordeiros Galeria está a apresentar estes dias (até 28) a exposição intitulada *Mestres da Pintura*, com obras de (entre outros) Camarinha, Almada Negreiros, Menez, Mário Ely, Lima de Freitas, Nadir Afonso, Júlio Resende, Rogério Ribeiro ou Júlio Pomar. Segunda a sexta das 10 às 12.30

e das 14.30 às 24 horas; sábados das 14.30 às 24 horas; e domingos das 14.30 às 24 horas.

Entretanto, é sempre reconfortante ir regularmente aos museus. Hoje aconselhamos uma visita ao Museu Nacional de Arte Antiga (em Lisboa) no qual podem ser apreciadas várias exposições temporárias e permanentes. Quanto às suas colecções, elas «são originalmente constituídas por peças dos numerosos mosteiros e conventos extintos pela lei liberal de 1834. Este riquíssimo



Menez - «sem título»

espólio conventual foi posteriormente complementado através de aquisições efectuadas pela Academia Real de Belas-Artes e da acção mecénica dos reis D. Fernando II e D. Luís. Parte significativa das colecções reais deu entrada após a implantação da República, em 1910, e na sequência da Lei da separação da Igreja e do Estado foi integrado também um variado espólio proveniente das Sés e Paços Episcopais.»

LIVROS

Vozes Africanas
na Caminho

Não haverá outra editora em Portugal que, como a Caminho, tanta iniciativa dedique à edição de livros de autores africanos, muito especialmente dando voz a vozes africanas de expressão portuguesa. Recenseamos hoje vários livros que em África se escreveram, com autores já bem conhecidos do público português.

Obra Poética I - de José Craveirinha, a Caminho lança o primeiro volume da obra deste desta-

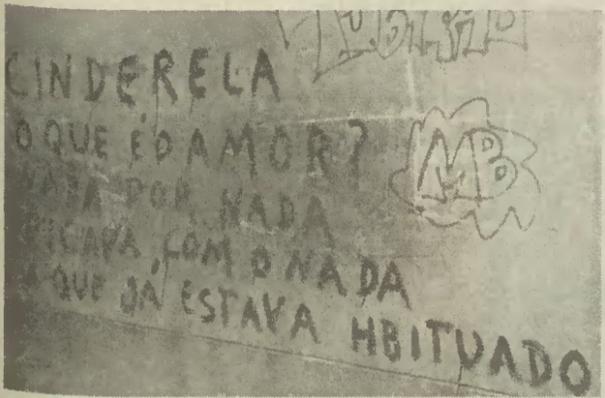


autor moçambicano que aqui reúne poemas escritos desde os anos quarenta e nos ampara a leitura com um glossário de termos do seu país, a enriquecer uma língua que cresce com as contribuições da sua expressiva escrita.

Raiz de Orvalho - Mia Couto, que muitos leitores tem agrado com as suas prosas, nomeadamente contos, propõe agora à leitura, esta *Raiz de Orvalho e Outros Poemas*, um livro antecorrem lançado pela Caminho e pela RDP-África.

O Dia das Calças Roladas - Germano de Almeida é um autor cabo-verdiano que a Caminho tem vindo a publicar. Desta vez não se trata de ficção, mas da narração, pelo escritor, de momentos históricos ligados à discussão de um projecto de Reforma Agrária. Mas se os factos são factos, a escrita já pode ser literatura, como neste livro.

Palestra para um Morto - Romance, desta vez, o livro de Suleiman Cassamo, um moçambicano que também tem visto a sua obra publicada na Caminho. Este autor, que é secretário-geral da Associação dos Escritores do seu país, junta agora o seu primeiro romance aos livros de crónicas e de contos já vindos a lume.



CINEMA

Cinema de Hong Kong

Intitulado «Made in H.K.», é hoje inaugurada no Fórum Lisboa (Av. de Roma, Lisboa) a Mostra de Cinema de Hong Kong 1996/98, da organização conjunta da Akademya Lusoh-Galaktika, da Videoteca de Lisboa e do Fórum Lisboa. Com sessões diárias até 5 de Dezembro, serão apresentados os seguintes filmes: *Beast Cops*, de Gordon Chan (1998); *The Storm Riders*, de Andrew Lou (1998); *Too Many Ways to be Number One*, de Wai Ka-Fai (1997); *Downtown Torpedoes*, de Teddy Chan (1998); *Beyond Hypothermya*, de Patrick Leung (1996); *The Odd One Dies* (1997), *The Longest Night* (1998) e *Expect the Unexpected* (1998), todos de Patrick Yau; *Casino*, de Billy Tang (1998); *A Hero Never Dies*, de Johnnie To (1998); e *Made in Hong Kong*, de Fruit Chan (1997).

TEATRO

Estreia no TEP

É já hoje que se estreia no Auditório Municipal de Gaia mais um espectáculo pelo Teatro Experimental do Porto. Intitulada «É Só Uma a Liberdade», a peça escrita por Manuel Dias e Norberto Barroca e encenada por este, é, segundo o texto de apresentação, uma peça «didáctica, com uma narração simples e, por vezes, divertida» e conta-nos «o percurso biográfico de Almeida Garrett, desde a sua infância em Vila Nova de Gaia até ao desembarque no Mindelo, lutando pela Liberdade.»

Intérpretes: Alexandra Ferreira, Aleixo Rodrigues, Alice Vasconcelos, Aquiles Dias, António Soares, Augusto Martins, Carlos Peixoto, David Cardoso, Fernanda Gonçalves, José Brás, José Pinto, Manuela Martinez, Rui Silva (no papel de Garrett) e as crianças Ana Teresa e Nuno Miguel. Informações e horários: 21 510 41 09.

COLÓQUIO

Casa Museu Abel Salazar

Organizado pela Casa Museu Abel Salazar (S. Mamede de Infesta, Matosinhos) realiza-se amanhã e sábado um colóquio intitulado «Forma e Emoção - As Artes e as Ciências no Horizonte da Racionalidade». Com sessões no Salão Nobre da Faculdade de Ciências, este colóquio, segundo os seus organizadores, pretende «discutir as relações entre as artes e as ciências no terreno da sua implicação mútua. Não se trata, pois, de confrontar a

objectividade das ciências com a subjectividade das artes nem, muito menos, de manter qualquer oposição entre ambas. Trata-se de pensar essas relações a partir de uma lógica de criatividade que subjaz a ambas e de, assim, reconstituir linhas de fronteira que classicamente parecem dividi-las.» Com painéis de discussão a realizar na sexta-feira às 10.30, 11.30, 15, 17 e 18 horas e, no sábado, às 10, 11, 15 e 17 horas, participarão neste colóquio personalidades



pertencentes às várias áreas abrangidas pelo colóquio. Informações: 22 901 08 27.

ATALHE DE FOICE Os Reformadores

Realizou-se esta semana em Florença, na Itália, um seminário subordinado ao mote «Reformismo no século XXI», onde pontificaram alguns dos actuais governantes do mundo que se assumem como a «nova esquerda» no poder. No lote dos primeiros-ministros em exercício, lá esteve o Tony Blair da «terceira via», mais o francês Lionel Jospin da fraseologia social, o italiano Massimo D'Alema das «flexibilidades globais», o alemão Gerhard Schroeder dos pragmatismos germânicos e o português António Guterres do diálogo interminável. Quanto a presidentes, o seminário contou nem mais nem menos com o norte-americano Bill Clinton, **lui même**, a par do brasileiro Fernando Henrique Cardoso.

O sarau foi abundante em discursos e, sobretudo, em piedosas intenções. Nestas, a «prioridade do combate à pobreza» no mundo foi assumida pela enésima vez como a coqueluche do encontro, confluindo aí uma das preciosas unanimidades da conversa. Com um pormenor interessante: nas chamadas «preocupações sociais» destes senhores desapareceram, sem deixar rasto, quaisquer alusões à exploração do trabalho ou, sequer, às gritantes desigualdades que campeiam pelo mundo. A «nova esquerda» já só fala em pobreza e pobrezinhos, encarando os problemas sociais ao sabor duma caridade de sacristia a pulsar de almas piedosas. A «nova esquerda» desenha um mundo onde os explorados passaram a chamar-se «excluídos», onde a ferocidade da luta e dos interesses de classe se evaporou no éter da «globalização» e a panacea para a miséria planetária assenta num código de conduta a redigir pelas classes dirigentes, que o cumprirão numa espécie de acordo de cavalheiros.

Nesta visão, Tony Blair decretou que o problema a combater é o «isolacionismo», advogando que «muitos dos problemas que temos à frente só poderão ser enfrentados através da colaboração entre gerações». Ora aí está! A fome que mata milhares de pessoas por ano e a miséria mais completa que afoga quase metade da humanidade resulta, afinal, de um desentendimento entre as gerações! Se houver mais conversa intergeracional, o «isolacionismo» vai-se e a fartura chega. Já o primeiro-ministro francês, Daniel Jospin, resolveu ser mais «social» e afirmou que «se somos progressistas, temos de prever os riscos do capitalismo puro». Para ilustrar estes belos princípios, nada melhor que a bela política governamental de concentração capitalista e de desregulamentação social dirigida actualmente em França pelo próprio Jospin. Quanto a Schroeder, «os modelos dos últimos 50 anos têm que ser continuados, mas com mudanças» o que, inferido da sua própria performance governativa, significa, no mínimo e para já, «mudar» o que tão dolorosamente se conquistou em matéria de direitos sociais. Finalmente, o inefável presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso defendeu entusiasticamente que «a terceira via é a via da dignidade» no combate à pobreza, isto no preciso momento em que, a milhares de quilómetros de distância, 600 militares das forças federais brasileiras desalojavam à coronhada uma manifestação de camponeses do Movimento dos Sem Terra que se havia concentrado numa fazenda propriedade do próprio Henrique Cardoso, exigindo que o seu Governo pagasse os fundos que prometera para as sementeiras... Mas o melhor seria afirmado por Bill Clinton. Para o actual presidente dos EUA, «o mundo deve unir-se pela Internet» que, segundo ele, é o grande «instrumento para combater as desigualdades sociais». Ora tomem lá computadores, comam «ships», ponham-se on line, naveguem na Net e sejam todos felizes!

Uma coisa é certa: com «reformadores» destes, o futuro já passou à reforma ainda antes de nascer.

■ Henrique Custódio

Contra a decisão da ADtranz Manifestação na Amadora para defender a ex-Sorefame

Amanhã, a partir das 9.30 horas, os trabalhadores da ADtranz entram em greve e dirigem-se para a Câmara Municipal, protestando contra o anunciado encerramento da importante unidade industrial e exigindo que os órgãos de poder intervenham em defesa do emprego e do interesse nacional.

«O Governo, que é capaz de intervir na alta finança para resolver um negócio de muitos milhões entre banqueiros, envolvendo o erário público, nada faz para defender a indústria nacional e salvar os postos de trabalho», protesta o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, numa nota distribuída à comunicação social onde pergunta «quem põe mão nisto».

Depois de salientar que «ainda recentemente, acabaram de ser investidos 6 milhões de contos em robotização e na modernização de equipamentos» e que «está em curso

a adaptação de uma ala da fábrica para construção do Metro do Porto, com recurso a fundos comunitários», o sindicato interpela o Governo e a Câmara da Amadora acerca da sua posição quanto à ameaça de encerramento, feita pela multinacional ADtranz no dia 12.

A intenção de fechar a ex-Sorefame, realça o sindicato, confirma que «o interesse das multinacionais por este importante sector mais não significa do que uma forma de apropriação da sua capacidade técnica e do seu mercado, para posterior desmantelamento

das empresas e destruição dos postos de trabalho».

Do Governo, os metalúrgicos exigem que impeça o encerramento da fábrica e garanta a continuidade dos postos de trabalho. Da Câmara Municipal, reclamam a garantia de que os terrenos onde se situa a ADtranz se vão manter como espaço industrial e não vão servir para especulação imobiliária.

Ford

O encerramento da fábrica da Ford Lusitana contou com a cumplicidade do Governo do PS e de António Guterres, acusa o organismo de empresas da Azambuja do PCP. Em comunicado, os comunistas lembram que, há mais de um ano, quando deputados do PCP questionaram a adminis-

tração da Ford Lusitana acerca das apreensões manifestadas pelos trabalhadores e seus representantes, aquela afirmou o seu empenho em encontrar produtos alternativos à Ford Tansit e fazer tudo para que a unidade da Azambuja continuasse a laborar. Os deputados interpelaram também o Governo, e este deu a entender que tinha a solução na manga, mas «afinal, a solução foi nada fazer».

Fórum Associativo no Barreiro

Com o painel «Colectividades, Integração Social e Sociabilidade», teve ontem início, no auditório da Biblioteca Municipal, o Fórum Associativo do Barreiro. Lançada pela Câmara Municipal, esta iniciativa decorre ao longo de cinco dias, com uma série de debates sobre as principais preocupações do movimento associativo do concelho.

O Fórum prossegue hoje com o tema «Colectividades, Juventude e Associativismo Juvenil»; sexta-feira com o tema «Colectividades, Direito de Autor e Fiscalidade»; sábado com os temas «Colectividades e Desporto» e «Colectividades e Animação Cultural»; e domingo com o tema «Colectividades, Poder Local e Desenvolvimento» estando o encerramento marcado para as 18 horas, com a presença do presidente da Câmara, Pedro Canário.

Festa em Lisboa

Começa amanhã a quarta edição da Festa das Colectividades de Lisboa, que decorre no Complexo Desportivo dos Olivais até dia 5 de Dezembro. O programa inclui quatro noites de fado, uma semana de teatro, uma exposição permanente sobre os 75 anos da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, espectáculos de moda e de música e várias provas desportivas, com especial destaque para a Corrida das Colectividades, que se realiza dia 1 de Dezembro, a partir das 10.30 horas.

Esta iniciativa é promovida pela FPCCR e conta com o apoio do pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa.

Deputados comunistas apoiam têxteis de Coimbra

António Filipe e Natália Filipe vão levar à AR os problemas vividos na Mondorel, Textilândia e Rifer, reclamando medidas para a sua viabilização, mantendo os postos de trabalho.

Os deputados comunistas, acompanhados de Mário Nogueira e Domingos Oliveira, da Direcção Regional do PCP, efectuaram na passada segunda-feira vários contactos na cidade de Coimbra, com

vista a avaliar a difícil situação em que se encontram diversas empresas têxteis da região.

Para além de uma reunião de trabalho com a direcção do Sindicato dos Têxteis do Centro, estiveram com os trabalhadores e as administrações das empresas Textilândia e Rifer. Tiveram depois um encontro de solidariedade com os trabalhadores da Mondorel, concentrados junto das instalações da

empresa, encerrada há mais de dois meses.

No caso da Mondorel, cuja laboração se encontra paralisada sem que os trabalhadores recebam salários desde Setembro, foi salientada a exigência de pagamento imediato dos salários em dívida e do cumprimento de promessas governamentais quanto à procura de uma solução que viabilize o retorno ao trabalho, com salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.

Co-incineração leva Sócrates à AR

Foi aprovada anteontem, por unanimidade, uma proposta do Partido Ecologista «Os Verdes» de audição parlamentar, em sede de comissão, com o ministro do Ambiente. Em causa, refere um comunicado do PEV, estão «as graves declarações» proferidas por José Sócrates no fim-de-semana, sobre o processo de co-incineração em Maceira e Souselas, as quais «de modo inquietante, indiciam a vontade do Governo de impor uma decisão à margem da lei aprovada pela Assembleia da República».

Na conferência de imprensa em que anunciou a sua iniciativa parlamentar, o PEV lembrou que a AR, ao aprovar a Lei 20/99, no final da legislatura passada, suspendeu o processo de co-incineração e definiu um conjunto de pressupostos para a sua eventual retoma, os quais ainda não se verificaram, nomeadamente: o plano estratégico de gestão dos resíduos industriais

ainda não foi discutido na AR, não está feita a reabilitação ambiental das povoações onde se localizam as cimenteiras, não foi constituída a Comissão Científica e, logo, não está feito o relatório desta sobre a segurança e fiabilidade do sistema.

Acusando o Governo de «tentar passar por cima da lei, procurando implementar a co-incine-

ração a todo o custo, os Verdes denunciaram ainda que «estão a ser instalados aterros para resíduos industriais pelo País, indiscriminadamente». Nesta matéria, o Governo teve uma atitude «inqualificável e profundamente leviana», pois desresponsabilizou-se e passou para as empresas a definição das localizações dos aterros.

Paz em França

De hoje até domingo, uma delegação do Conselho Português para a Paz e Cooperação está em Paris, para participar no Congresso do Movimento da Paz da França. O CPPC faz-se representar pelo seu vice-presidente, Blasco Hugo Fernandes, e por Sandra Benfica, do Secretariado da Direcção.

Nos dias do congresso, informa uma nota de imprensa do CPPC, terá lugar mais uma reunião do Secretariado do Conselho Mundial da Paz, destinada a preparar a Assembleia Geral do CMP, marcada para Maio próximo. A delegação portuguesa participará ainda num encontro internacional sobre a acção das organizações de paz não governamentais, na Agenda 2000 e no Ano Internacional da Cultura para a Paz.

